

FACULDADE SANTA MARCELINA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PERSPECTIVAS IDENTITÁRIAS NO PROCESSO DE ADEÇÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPÉIA

Victor Mellão

São Paulo
Novembro/2008

FACULDADE SANTA MARCELINA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PERSPECTIVAS IDENTITÁRIAS NO PROCESSO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPÉIA

Victor Mellão

Orientadores:

Prof. Ms. Walter Mesquita Hupsel

Prof. Phd. Andrea Piccini

São Paulo

Novembro/2008

DEDICATÓRIA

*Para meu pai, Paulo Sergio, e
minha mãe, Maria Estela. Pais
admiráveis.*

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha imensa gratidão ao Prof. Walter Mesquita Hupsel, que me orientou com dedicação neste trabalho durante o ano de 2008.

Quero expressar meus agradecimentos a Andrea Piccini, pelas orientações de vida, e a Marcos Toyansk, pelos caminhos abertos.

À professora Caroline Cotta de Mello Freitas Hupsel, pelo apoio ao aprofundamento antropológico e ao professor Renatho Costa pelas indicações das pessoas certas.

Aos turcos do Colégio Belo Futuro, em especial aos meus professores Mustafa Goktepe, Enes Acar e Omer Budak.

Aos meus amigos Fábio Metzger, Yasser Hassan Saleh, Ivan de Pádua Rodrigues e Marcelo Haydu pelo envio de materiais que enriqueceram o trabalho.

Finalmente, quero agradecer ao carinhoso apoio recebido e à detalhada revisão de Alícia Toffani Magalhães.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o possível contato identitário proveniente da negociação de adesão da Turquia à União Européia, iniciada em 2005, e a sua interferência no processo de negociação. Para isso, é aprofundado o processo histórico do país desde a fundação da República da Turquia, passando por golpes militares e diferentes conflitos, além de suas relações internacionais no plano atual.

As conseqüências dos atentados de 11 de setembro de 2001 oferecem um ponto de inflexão neste estudo, que desdobra como o europeu percebia o turco antes e como passa a perceber após o evento, concluindo se este movimento influencia na negociação.

Independentemente das conclusões acerca das análises supracitadas, o trabalho ainda oferece perspectivas para o futuro das relações entre Turquia e União Européia.

Palavras-chave: Turquia, União Européia, Islã, identidade, Orientalismo, Europa, Oriente Médio, Relações Internacionais.

ILUSTRAÇÕES

Mapa político da Turquia (1999).....	12
Composição étnico-lingüística aproximada da Turquia em 2004	13
Mapa da divisão da Anatólia de acordo com o Tratado de Sèvres (1920).....	20
Mapa da ilha de Chipre e a separação entre cipriotas gregos e cipriotas turcos.....	31
Mapa da população e grupos étnicos majoritários na ilha de Chipre (1972).....	32
Mapa apresentado pela Delegação Curda na Conferência da Paz de São Francisco em 1945.....	33
Mapa da distribuição territorial das comunidades curdas em 2008.....	38
Cena do filme Vale dos Lobos	53
Porcentagem da população turca com uma visão favorável aos EUA entre 2002 e 2007.....	54
Turcos que aprovam as políticas globais de George W. Bush (2005).....	55
Porcentagem da população turca com uma visão favorável ao Irã entre 2002 e 2007	57
Mapa da zona etnolingüística turca	59
Você se considera... (2005)	68
Turcos identificados como "Muçulmano", e não "Secular" entre 1999 e 2005	68
Qual religião é a mais violenta? (2005).....	77
Cena do curta metragem Submissão de Theo van Gogh.....	79
Charges ofensivas do jornal Jyllands-Posten ao profeta Maomé e à religião islâmica	80
Cena do documentário Fitna.....	80
Fluxo de poder das instituições da União Européia	106

TABELAS

Tabela 1: A Turquia de 1945: linguagem, religião e população rural/urbana	24
Tabela 2: Apoios e política internacional na história dos curdos na Turquia e do PKK.....	36
Tabela 3: Projeção demográfica comparativa da UE e da Turquia para 2015	48
Tabela 4: As populações muçulmanas nos Estados balcânicos em 2008.....	57
Tabela 5: A Matriz do Islã sunita na Turquia.....	65

ABREVIATURAS

ACRS – Controle de Armas e Segurança Regional
AKP – Partido da Justiça e do Desenvolvimento
ANAP - Partido da Pátria
BSEC – Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro
BZÖ – Aliança pelo Futuro da Áustria
CE – Comunidade Européia
CEE – Comunidade Econômica Européia
CENTCOM – Central de Comando dos EUA
DISK - Confederação dos Sindicalistas e Trabalhadores Revolucionários
DP – Partido Democrático
EUA – Estados Unidos da América
FDI - Forças de Defesa de Israel
FMI – Fundo Monetário Internacional
GAP – Projeto do Sudeste da Anatólia
HADEP – Partido Democrático dos Povos
IAI - Indústrias de Aeronaves Israelenses
ISAF – Força de Assistência à Segurança Internacional
JP – Partido da Justiça
KFOR – Força da OTAN-Kosovo
MGK – Conselho Nacional de Segurança
MHP – Partido da Ação Nacionalista
MÜSİAD – Associação dos Empresários e Industriais Independentes
NAP – Partido da Ação Nacionalista
NSP – Partido da Salvação Nacional
NUC – Comitê de União Social
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLP – Organização para a Libertação da Palestina
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão
RPP – Partido Republicano do Povo
TÜSİAD – Associação dos Industriais e Homens de Negócios Turcos

UE – União Européia

UEO – União da Europa Ocidental

UNFICYP – Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WP – Partido da Prosperidade

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1. A formação da República da Turquia	17
O legado do Império Otomano	17
O nascimento da República.....	19
Gestão política pós-Atatürk;.....	22
A Guerra Fria e seus efeitos na Turquia	24
Os golpes militares	26
O conflito da ilha de Chipre (e o surgimento do antiamericanismo turco)	29
A questão dos curdos	32
O plano político a partir dos anos 90.....	38
Capítulo 2. As relações internacionais da Turquia	45
União Européia.....	45
Estados Unidos da América.....	51
Oriente Médio.....	55
Balcãs, Ásia Central e Cáucaso	57
Capítulo 3. A questão identitária	61
Concepção de identidade	61
A identidade turca.....	63
A identidade européia e o choque de civilizações.....	69
O Orientalismo no contato de identidades.....	71
O 11 de Setembro de 2001	74
Movimentos de extrema-direita na Europa	77
Considerações Finais	82
Referências Bibliográficas.....	85
Anexos	91
Anexo A – Cronologia da questão cipriota (1959-2002)	91
Anexo B – Cronologia da relação da Turquia-UE (1952-2007)	95
Anexo C – O processo de adesão de um novo Estado-membro na UE.....	99
Anexo D – Fluxo de poder das instituições da União Européia.....	106
Anexo E – Status dos capítulos da negociação da adesão da Turquia à UE	108
Anexo F – Cronologia da relação Turquia-Israel (1949-2006).....	109

INTRODUÇÃO

A Turquia é uma república democrática e secular, com sistema político formado em 1923, após a I Guerra Mundial e o fim do Império Otomano. Conta com um território altamente estratégico, que separa a Europa da Ásia, sendo banhada pelo Mar Negro ao norte, pelo Egeu e o Mar de Mármara a oeste e pelo Mediterrâneo ao sul, e vizinha da Bulgária a noroeste, da Grécia a oeste, da Geórgia a nordeste, da Armênia, o Irã e o Azerbaijão a leste, e o Iraque e a Síria a sudeste.

Mapa político da Turquia (1999)



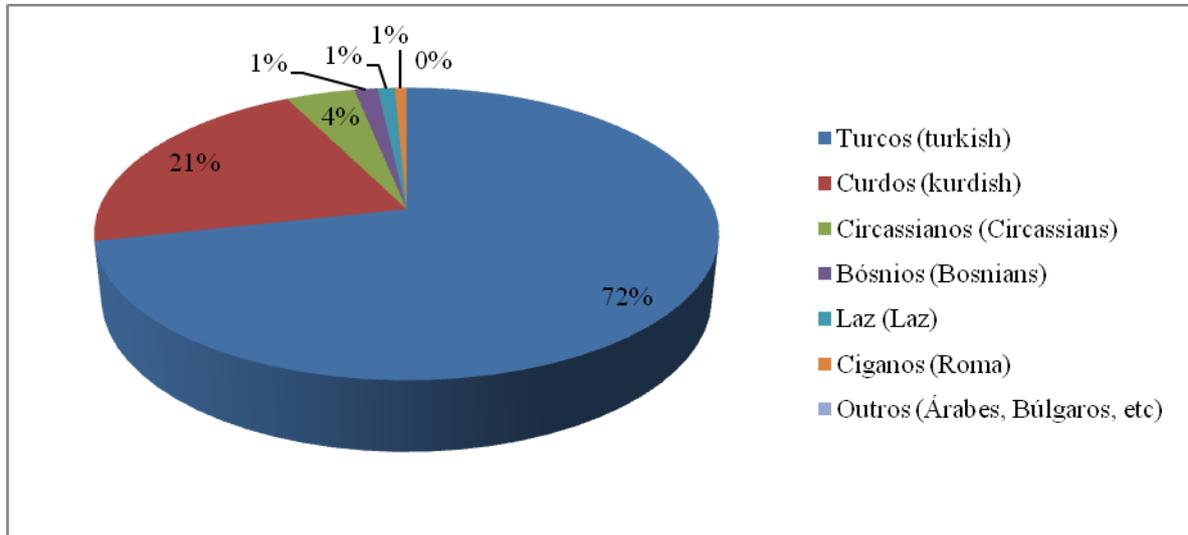
Fonte: AskAsia.org. Disponível em: <<http://www.askasia.org/teachers/maps>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

Trata-se de um país instigante no estudo das Relações Internacionais principalmente por ter características exclusivas no cenário internacional. Um governo secular, mas com grande parte de sua população muçulmana¹ e com tendências liberais nas interpretações do

¹ Dentre esta composição, grande maioria desses muçulmanos é sunita, porém destacam-se dois pontos: 1) “Um fato freqüentemente ignorado na União Européia é o de que cerca de ¼ da população turca é xiita (isto é, 16 milhões de pessoas). Este valor, que varia consoante as fontes, em qualquer dos casos é bastante elevado, sobretudo se tivermos em conta que o Império Otomano, que precedeu a atual República da Turquia, foi, durante vários séculos, o líder e o garante do Islão sunita”. (THUAL, 2002, p.65, apud FERNANDES, 2005, p.79); 2) Os curdos, principal minoria na Turquia, com cerca de 15 milhões de pessoas (KAYA; BALDWIN, 2004:7), apesar de características heterogêneas, consistindo diversos grupos religiosos e lingüísticos, possui significativa predominância de muçulmanos sunitas. (FERNANDES, 2005, p.88).

Alcorão e nos hábitos da sociedade, principalmente em grandes cidades como Istambul, antiga Constantinopla, importante rota comercial por ter localização estratégica para os asiáticos e europeus.

Composição étnico-lingüística aproximada da Turquia em 2004



Fonte: Minority Right Groups International. Disponível em: <<http://www.minorityrights.org/download.php?id=183>>. Acesso em: 22 mai. 2008.

Economicamente, após uma grande crise inflacionária na década de 90, a Turquia vem obtendo resultados crescentes nos últimos anos, principalmente provenientes da união aduaneira com a União Européia – UE, pois entre seus principais parceiros comerciais figuram a Alemanha, o Reino Unido, a Itália, a França e a Espanha.

Outra peculiaridade advém das forças armadas turcas, um dos maiores exércitos da Europa, que possuem forte poder de influência na política do país, autodefinindo-se como as guardiãs da natureza secular e unitária da república². Além disso, a Turquia é membro da OTAN desde 1952 e parceira dos EUA na Guerra contra o Terror e em outras empreitadas no Oriente Médio.

Na mesma década da adesão turca na OTAN, mais precisamente em 11 de setembro de 1959, a Turquia abriu diálogo com a Comunidade Econômica Européia – CEE, que aceitou os pedidos de Ancara e Atenas como membros associados. Um pouco mais tarde, em 01 de dezembro de 1964, entrou em vigor o Acordo de Ancara, que visava assegurar a associação completa da Turquia na CEE mediante o estabelecimento em três fases de uma união

² A partir da década de 60, as forças armadas tornam-se, virtualmente, uma instituição autônoma. Os generais eram reconhecidos como os guardiões do regime recém-criado por eles. A partir de então, pode-se considerar um profundo envolvimento dos militares na vida política e econômica do país. (AHMAD, 1993, p.12).

aduaneira. O objetivo só foi alcançado em 31 de dezembro de 1995, quando a Comunidade Europeia – CE e a Turquia iniciam um acordo formal de união aduaneira. Apesar de um longo período negociativo, essa foi a primeira união aduaneira importante em funcionamento da CE com um terceiro Estado.

Em uma segunda tentativa de candidatura turca à admissão como membro da UE em 1999 – a primeira foi em 1987 e o pedido foi rejeitado em 1989 sob a alegação de que a Turquia não cumpria as pré-condições necessárias em relação à economia e aos direitos humanos –, o Conselho Europeu de Helsinque afirmou a viabilidade da candidatura, porém condicionado ao cumprimento do “Critério de Copenhague”, que será posteriormente detalhado.

Em 16 de dezembro de 2004 há o consenso por parte dos líderes da UE em abrir oficialmente às negociações com a Turquia a partir de 2005, mas ressaltou-se que a sua aceitação como membro dependeria da aprovação unânime dos Estados membros. A partir daí, os movimentos dos atores envolvidos na negociação deveriam seguir a estratégia elaborada pela Comissão Europeia no relatório de 2004, que se apóia em um tripé: reforçar e sustentar o processo de reforma na Turquia, especialmente no que concerne ao respeito sistemático dos Critérios de Copenhague; condições específicas para a condução das negociações de adesão com a Turquia; diálogo político e cultural entre os cidadãos dos Estados-Membros da UE e da Turquia.

Entretanto, em efeito prático, esta negociação não caminha conforme previsto, existem vários obstáculos. Em uma análise geopolítica poderia ser citada a reivindicação de reconhecimento de identidade cultural e jurídica da minoria curda e os conflitos com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão – PKK. Outra questão muito usada nos argumentos do presidente da França, Nicolas Sarkozy, contra a adesão turca é o conflito da ilha de Chipre. A questão do reconhecimento do genocídio dos armênios em 1915 pelo Império Otomano também é motivo de discórdia entre alguns países da UE e a Turquia. Uma análise demográfica permite identificar outro grande obstáculo: considerando o crescimento populacional da Alemanha, atualmente o país mais populoso da UE, é muito provável que mesmo antes de 2024 a Turquia tenha a maior população da Europa. Por fim, analisando economicamente, há uma disparidade entre a economia europeia e a turca. Mesmo com a obtenção de resultados crescentes a cada ano, a Turquia ainda é considerada um país de risco para investimentos. Sua dívida externa e a necessidade de ajuda econômica da UE pode significar um grande aumento nas despesas do orçamento do bloco, instigando a divergência de opiniões entre os Estados-membros da UE.

Apesar destas barreiras, este trabalho visa analisar a questão da identidade neste processo negociativo, mais especificamente, em como a identidade europeia recebe a identidade turca e vice-versa, aprofundando as possibilidades de conflitos que este contato poderia proporcionar e problematizar os efeitos práticos deste contexto usando o ponto de inflexão do 11 de setembro de 2001, data chave para o estudo das Relações Internacionais por ter quebrado paradigmas pré-existentes no cenário internacional e ter estimulado sentimentos islamofóbicos em diversas sociedades. E, também, o avanço político da extrema-direita em alguns países europeus, em que a tentativa de homogeneização social interfere no debate em questão.

A possibilidade deste choque identitário pode trazer perspectivas opostas, uma delas é a de que parte da sociedade europeia rejeitaria a adesão turca à UE receando o livre trânsito populacional e a migração muçulmana para os seus países, colocando-os em risco tendo em vista a simples presença do outro, sendo assim, fatores político-econômicos perderiam peso. Dessa forma, o simples veto de um país que coloca a decisão da adesão em plebiscito seria o suficiente para barrar o processo. A outra perspectiva é muito trabalhada pelo Ministério das Relações Exteriores da Turquia, que em sua política face à UE se pronuncia oficialmente da seguinte forma:

Do lado da UE, cabe-lhe particularmente a preparação da opinião pública para os benefícios de ter a Turquia como membro da União. As recentes discussões sobre identidade cultural e as referências às particulares raízes religiosas da UE devem ser concluídas, e uma visão inclusiva, secular e moderna precisa de ser estabelecida entre os povos da União. A Turquia é parte intrínseca do sistema europeu de valores democráticos, e vai dar uma grande contribuição para o diálogo e a harmonia das civilizações dentro e fora da UE. (FERNANDES, 2005, p.138).

Através deste pronunciamento do governo turco, na época representado por Recep Tayyip Erdogan, como presidente, e Abdullah Gül, como ministro das relações exteriores, fica, mais uma vez, exaltado o caráter ocidentalizador, aproximando a matriz cultural cristã da matriz cultural muçulmana para a caracterização de uma UE secular. Além disso, fica implícito o potencial de interlocução da Turquia com os países muçulmanos, sugerindo uma contribuição para o diálogo entre as identidades.

Esta composição cultural será problematizada no decorrer do trabalho. Neste aspecto, será avaliado se o 11 de setembro de 2001 influenciou e ainda influencia o processo de

negociação de adesão e caso seja verificada esta ocorrência, será analisado de que forma isto interfere tanto na esfera institucional, quanto na pública.

CAPÍTULO 1. A FORMAÇÃO DA REPÚBLICA DA TURQUIA

O LEGADO DO IMPÉRIO OTOMANO

Através de quase toda a história, o Império Otomano teve a religiosidade atrelada à sua ideologia oficial, com a simples lógica “siga o seu Profeta e a sua lei, e estarás bem” (MANGO, 2002, p.5 apud FERNANDES, 2005, p.29). Embora a prática tivesse um caráter mais material, a ideologia religiosa afetou a forma de pensar e de tomar decisões dos governantes muçulmanos. Com o enfraquecimento do Império, esta ideologia começou a ficar em segundo plano em contrapeso ao direcionamento da orientação política para o Ocidente.

A aproximação do aparelho burocrático-estatal da Turquia ao modelo europeu é um dos fatores-chaves no contexto da queda do Império Otomano e da formação da República da Turquia. Entretanto, a origem deste movimento se dá ainda nos dois últimos séculos de existência do Império.

Nesta época, várias reformas foram introduzidas em sua administração, com inspirações europeias de secularização do Estado. O sociólogo Ziya Gökalp (apud FERNANDES, 2005, p.36) exalta o surgimento neste período da terminologia *ladini* ou *lâyik*³, primeiro em turco e o seguinte em árabe, para expressar a idéia de secular.

A ineficácia das reformas e a instabilidade econômica deram margem ao surgimento de grupos políticos de oposição. O mais significativo exemplo deste reflexo é denominado “Jovens Otomanos”, primeiro grupo popular muçulmano que visava pressionar o Estado em prol de interesses próprios (AHMAD, 1993, p.28). Este ator foi fundamental na decisão de restauração de uma nova constituição em 1876⁴, reforma de grande importância do *Tanzimat* – “o estabelecimento da ordem” (FERNANDES, 2005, p.36) – que não propunha mudanças revolucionárias. Para o historiador Feroz Ahmad (2005, p.38, tradução nossa)⁵, “seus objetivos não eram derrubar o sistema político, mas meramente reformá-lo para que se tornasse mais inclusivo e preparado para a expansão européia”.

Apesar da tentativa de modernização por parte da elite dirigente otomana em suas reformas, grande parcela da sociedade ainda não estava preparada para acompanhar tal

³ “[...] *ladini*, como significado literal de “não religioso”. O termo, cunhado pelo famoso sociólogo Ziya Gökalp, foi freqüentemente tomado como “irreligioso” ou “anti-religioso”, e estas interpretações contribuíram para aumentar a hostilidade com que a noção foi recebida. Mais tarde foi substituída por *lâyik*, um estrangeirismo francês” (LEWIS apud FERNANDES 2005, p.36).

⁴ Através desta constituição, que não possuía caráter liberal e democrático, no final do século XIX e início do reinado do sultão-califa Abdülhamid II, já havia sido introduzido um aparelho civil e administrativo semelhante aos das potências europeias, transferindo o poder dos grupos tradicionalistas para uma burocracia estatal, de tipo secular. (FERNANDES, 2005, p.36).

⁵ Do original: “Their objective was not to overthrow the system, but merely to reform it so that it was more inclusive and capable of standing up to European expansion”.

processo. Andrew Mango (2002, p.7 apud FERNANDES, 2005, p.37) ressalta a diferença entre posturas de muçulmanos reformistas e de nacionalistas, ambos com os hábitos pré-modernos, e a generalidade da população muçulmana, constatando então não um entrave político para o Império Otomano, mas sim, social.

O declínio do Império Otomano era latente e sua dissolução se inicia em 1908 com um regime completamente imprevisível. Entra em cena o grupo sucessor ao dos “Jovens Otomanos”, o “Jovens Turcos”, também com intuito de evitar este processo, entretanto, alcança o poder através de um golpe de estado cinco anos mais tarde.

Apesar de suas diversas facções, os “Jovens Turcos” podem ser divididos basicamente entre dois principais grupos: Liberais e Sindicalistas. Em linhas gerais, os Liberais pertenciam às classes mais altas da sociedade otomana, eram bem educados, “oestizados”, cosmopolitas e próximos às culturas e línguas estrangeiras, principalmente a francesa; os Sindicalistas, além de constitucionalistas, seguiam um plano político semelhante aos Liberais, porém, para eles, o único meio para se obter a transformação econômica e social seria derrubando a autocracia vigente (AHMAD, 1993, p.34).

Graças a esta característica revolucionária, os Sindicalistas instauraram o golpe de 1913. No poder não apenas atuaram na mudança do sistema político, mas também, redesenharam a sociedade se utilizando, como nunca, de valores ocidentais⁶ (AHMAD, 1993, p.31). Entretanto, o Islã continuou como um importante fator em sua política externa, especialmente nos anos que antecederam a I Guerra Mundial (AHMAD, 1993, p.39).

Apesar da orientação política dos “Jovens Turcos” advir da França e da Inglaterra, uma aliança secreta com a Alemanha foi firmada em 02 de agosto de 1914. Segundo Feroz Ahmad (2005, p.63), os Sindicalistas viam esta aliança como uma forma de proteção às ambições do imperialismo europeu. Eles esperavam uma guerra de curta duração seguida de um acordo diplomático de paz.

O contexto do pós-guerra destaca o fim do Império. Para o historiador Bernard Lewis (1968, p.238, tradução nossa)⁷ “havia poucas esperanças, destruído, o Império caiu sob o

⁶ Esta política já era atuante mesmo antes do golpe, haja vista que pela primeira vez na história dois atletas representaram o time otomano nas Olimpíadas de Estocolmo de 1912; o clube de futebol Galatasaray, fundado em 1905, começa a triunfar; o primeiro filme otomano foi lançado pouco antes da I Guerra Mundial e continha propaganda anti-Rússia, visando justificar a entrada do Império Otomano na guerra; a produção teatral floresce e agora conta com mulheres muçulmanas atuando, antes, os papéis femininos eram destinados principalmente às atrizes armênias (AHMAD, 1993, p.31).

⁷ Do original: “There were vain hopes. On both side, the ramshackle, polyglot dynastic Empires collapsed under the impact of modern war. In Turkey, military defeat, economic ruin, and political ineptitude finally sapped the morale and loyalty even of the Muslim Turks”.

impacto de uma guerra moderna. O exército derrotado, a economia arruinada e a inépcia política finalmente minaram a moral e a lealdade até dos muçulmanos turcos”.

Estes muçulmanos turcos podem ser considerados a gênese de um Império que possuía grande heterogeneidade populacional e territorial, que proporcionou o desmembramento desse império nos anos seguintes resultou na formação de vários outros Estados, como Síria, Líbano, Iraque, Iêmen, Arábia Saudita, Jordânia e Palestina/Israel. A aceitação desses muçulmanos para a formação da República da Turquia na Anatólia, com sua legitimidade fora do passado otomano, aos moldes de um Estado secular Europeu, caracteriza uma ação a contragosto, porém muito bem manobrada politicamente, como veremos no sub-capítulo a seguir.

O NASCIMENTO DA REPÚBLICA

O fim da I Guerra Mundial dá início a um período muito conturbado de definição de fronteiras e de configurações étnica, religiosa e demográfica. Tratando do Império Otomano, observa-se que, a partir do Armistício de Compiègne, de novembro de 1918, seguido da ocupação e tentativa de controle de Istambul e dos demais centros político-econômicos pela coligação de tropas das potências vencedoras com contingentes do Reino Unido, da França, da Itália e da Grécia, não se constata uma exceção (FERNANDES, 2005, p.41).

Os movimentos nacionalistas turco-otomanos buscavam defender seus interesses para fazer emergir um novo Estado, já que o Império Otomano se encontrava em ruínas. Ganham força após o Tratado de Sèvres, de 10 de agosto de 1920, cujo enfoque se dava na regulação da divisão do território otomano entre os países invasores. Para José Pedro Teixeira Fernandes (2005, p.41), na prática, o tratado significava o progressivo desmantelamento do império. Entretanto, Feroz Ahmad ressalta outra preocupação:

Felizmente para os turcos, os aliados vencedores não conseguiam concordar em como dividir os espólios de guerra. Eles estavam mais determinados em prevenir as possíveis vantagens estratégicas nos ganhos territoriais uns dos outros do que suprimir os turcos. O Reino Unido queria prevenir a França e a Itália de ganharem um território com acesso ao Mediterrâneo e interferiram nas comunicações britânicas com a Índia. Os italianos e os franceses fizeram de tudo para sabotar os planos britânicos, especialmente na tentativa de usar a Grécia como subordinação de poder. Os EUA falharam no que se esperavam deles, – era esperado que se assumisse o mandato da Armênia – possibilitando que a imposição dos planos aos turcos se tornasse mais difícil. (AHMAD, 1993, p.47-48, tradução nossa)⁸.

⁸ Do original: “Fortunately for the Turks, the victorious Allies could not agree on how to divide the spoils of war. They were more determined to prevent each other from obtaining territory which would give one a strategic advantage over the rest than on crushing the Turks. Britain wanted to prevent France and Italy from acquiring land which would strengthen their position in the Mediterranean and threaten British communications with India. The Italians and the French did all they could to sabotage British schemes, especially the attempt to use Greece as a surrogate power. America’s failure to play the role expected of her – she was expected to assume the

Mapa da divisão da Anatólia de acordo com o Tratado de Sèvres (1920)



Fonte: Adaptado de Today's Zaman. Disponível em: <http://medya.todayszaman.com/todayszaman/2008/08/30/Todays_Victory_Day.pdf>. Acesso em: 3 set. 2008.

A ocupação das tropas gregas na região de Izmir foi o estopim para o início de uma campanha político-militar que a historiografia turca glorifica como Guerra de Independência (1919-1922), sob liderança de Mustafa Kemal, posteriormente idolatrado e conhecido por Atatürk, cujo significado é “pai dos turcos”.

A imagem de Mustafa Kemal, para o professor Erik Zürcher, (1984, p.106 apud AHMAD, 1993, p.49) nesse momento, era a de um sindicalista e nacionalista que tinha grande reputação advinda de sua proeza militar, pois emergiu da guerra como um general imbatível e um dos heróis das campanhas vitoriosas turcas, principalmente a do Estreito de Dardanelos⁹. No período constitucional, manteve-se independente de facções políticas, o que corroborou na sua boa reputação e integridade pessoal, tendo em vista as lideranças dos Jovens Turcos fracassadas anteriormente.

Conforme observam Dietrich Jung e Wolfango Piccoli,

sob a liderança de Mustafa Kemal, o movimento nacionalista foi capaz de “reverter em seu proveito os interesses divergentes entre os aliados, jogando-os uns contra os outros” e concluindo acordos bilaterais separados, o que lhe permitiu, na prática,

mandate for Armenia, and even Turkey – made the allied task of imposing their will on the Turks more difficult”.

⁹ Campanha de Galípoli, de 1915 e 1916.

deixar isolada a Grécia na condução das operações militares. (2001, p.65 apud FERNANDES, 2005, p.43).

No final de 1922, a República da Turquia era o único Estado emergente do antigo Império Otomano que conseguiu impor as suas próprias fronteiras às potências vencedoras da I Guerra Mundial. O Tratado de Lausana¹⁰, de julho de 1923, assegura o fim das hostilidades e o reconhecimento internacional do território (FERNANDES, 2005, p.45).

Feroz Ahmad (1993, p.48) destaca a importância da valorização dos valores islâmicos atrelados à ideia de nacionalismo no período de 1919 até 1922. Em reflexo deste processo, o já citado Erik Zürcher (2004, p.164) levanta o dado de que antes desse período, a população da Anatólia era composta por cerca de 80% de muçulmanos e os 20% restantes, em sua grande maioria, por diferentes comunidades cristãs. Após tal período, a composição religiosa no território atingiu a ordem de 98% de muçulmanos.

A ideia de Atatürk era romper com a tradição política-cultural-religiosa do Império Otomano, pois seria essa a origem da decadência turca. Assim, ele mesmo funda o Partido Republicano do Povo – RPP, que conta com seis princípios basilares: reformismo, secularismo, republicanismo, nacionalismo, populismo e estatismo. O sociólogo Nilüfer Göle (1994, p.132 apud FERNANDES, 2005, p.48) nota muito bem a ausência da democracia, o que mostra, na própria origem de sua ideologia, a tensão entre o estabelecimento do secularismo e seu respectivo consentimento democrático.

Em 29 de outubro de 1923, Mustafa Kemal consegue aprovação de sua proposta de emenda constitucional para tornar a Turquia uma república, e em seguida abre votação na Grande Assembléia Nacional para o cargo de presidente. Após um longo e caloroso debate ele é eleito e adquire o direito de escolher o primeiro-ministro (LEWIS, 1968, p.260-262).

Nas décadas de 20 e 30, Mustafa Kemal adota diversas medidas revolucionárias com os objetivos de construir uma nova identidade nacional turca e criar uma organização e burocracia estatal semelhante à ocidental europeia. Entre as mais importantes, pelo seu impacto na ruptura com as tradições do passado otomano, José Pedro Teixeira Fernandes (2005, p.48-49) destaca:

1. Abolição do califado e encerramento dos tribunais religiosos, passando todas as escolas e instituições islâmicas ao controle estatal;
2. Adoção de uma constituição republicana semelhante às ocidentais;

¹⁰ Vale comentar a existência de uma cláusula de proteção às minorias neste Tratado. A Turquia se comprometeu a proteger todos os seus cidadãos, independente de sua nacionalidade, religião ou língua. Entretanto, não se previa qualquer dispositivo de supervisão. (FERNANDES, 2005, p.46).

3. Adoção de um novo código civil sobre o modelo do Código Civil da Suíça, garantindo às mulheres, direitos civis idênticos aos homens (1926);
4. Adoção de um Código Penal baseado no italiano (1926);
5. Primeiro recenseamento da população (1927);
6. O Islã deixou de ser a religião oficial na Constituição;
7. Adoção do alfabeto latino, em substituição do árabe (1928) e abertura de “escolas nacionais” para ensinar o novo alfabeto (1929);
8. Direito de voto atribuído as mulheres nas eleições locais;
9. Fundação da Sociedade de História da Turquia para elaborar uma história nacionalista (este processo ficou conhecido como “teses da história”);
10. Estabelecimento da Sociedade para a Língua Turca para promover um turco “puro”, visando assim, remover as influências árabes e persas;
11. Obrigação da chamada para as orações em língua turca, proibindo o uso do árabe para tal fim (1932);
12. Adoção obrigatória de sobrenomes para a população (1934).

Entretanto, este processo foi penoso aos turcos. Em um artigo de 1930, Yakub Kadri (1981, p.40-41 apud AHMAD, 1993, p.61) analisa que as reformas iniciadas na segunda metade da década de 20 não funcionaram como planejadas por causa da fracassada relação entre religião e ideologia política. A população estava receosa e era incapaz de compreender o caráter do regime emergente. Feroz Ahmad (1993, p.61) ainda acrescenta que o regime não conseguiu agregar benefícios materiais e econômicos à sociedade de imediato, e que a população continuou a sofrer as conseqüências de duas décadas de guerra e instabilidade social. Neste contexto surgiu a ideologia política cunhada de “kemalismo”, que objetivava o rápido progresso para obter lealdade social.

No final da década de 30, o governo havia se tornado mais autocrático e repressivo, especialmente com esquerdistas e trabalhadores. A morte do presidente Atatürk, em 10 de novembro de 1938, acelera o processo. No dia seguinte, é eleito em seu lugar İsmet İnönü, um antigo companheiro militar.

GESTÃO POLÍTICA PÓS-ATATÜRK;

A presidência de İsmet İnönü coincidiu com o início da II Guerra Mundial e sua grande façanha foi manter a Turquia neutra, apesar da ocorrência de pressões multilaterais. Sai fortalecido deste contexto o setor privado que, a partir de então, se torna forte e poderoso,

exigindo do Estado uma administração isenta de arbitrariedades e imprevisibilidades (AHMAD, 1993, p.101-104).

O fim da guerra traz a vitória da democracia sobre o fascismo e a conseqüente exigência de reformas no sistema político turco, visando sua adequação ao sistema internacional. A principal medida adotada foi a introdução do pluripartidarismo na Turquia, dando margem à fundação de um partido de oposição em 1945, o Partido Democrático – DP.

Contudo, segundo Ahmad (1993, p.103), não havia motivos de extrema preocupação ao RPP, pois ambos os líderes partidários eram kemalistas de longa data e possuíam a mesma base lógica, apenas com pequenas diferenças de enfoque.

Não tardou para que os democratas se aliassem aos liberais, à iniciativa privada e aos formadores de opinião e ganhassem força para as eleições de 1950. Mesmo assim, a expectativa do próprio DP era de que dificilmente conseguiriam se eleger.

Entre 1945 e 1950 é possível notar uma tentativa de transformação do RPP, que estava desgastado pelo seu histórico de repressão, que aumentava na medida em que se aproximavam as eleições, e pelo papel de “polícia da neutralidade” durante a II Guerra.

Uma das raízes desta reforma estava na tentativa de liberalização do partido e do regime. Esta abertura econômica, dentre outros efeitos, causa uma grande onda inflacionária na Turquia, e fortalece de vez a candidatura do DP.

Tentando contornar esta situação, os republicanos iniciam um processo de concessões religiosas que eram demandadas socialmente para tentar isolar o Partido Democrata. Mas já era tarde: quase 90% do eleitorado registrou voto e o DM conquistou 53,35% e 408 cadeiras, enquanto o RPP atingiu apenas 38,38%, mas com apenas 39 cadeiras na nova Assembléia (AHMAD, 1993, p.109).

A vitória do DM, sob a liderança de Adnan Menderes demonstra um apoio conjunto da oposição religiosa e da população rural, ainda predominante na época (tabela 1). Esta relação fica nítida tendo em vista uma das primeiras medidas do novo governo: a abolição da proibição da chamada em árabe para as orações nas mesquitas. Esta relação inicia um período de questionamento ao modelo secularista de Atatürk e de transformação político-social (FERNANDES, 2005, p.60).

Tabela 1: A Turquia de 1945: linguagem, religião e população rural/urbana

Variáveis	Porcentagem			
	Língua materna	Turca	88	Outras
Religião	Islã	98	Outras	2
População rural/urbana*	Rural	85	Urbana	15

Fonte: Bozkurt Güvenç apud José Pedro Teixeira Fernandes. Turquia: Metamorfoses de Identidade. 2005, p.61, Quadro 1.

Nota: Critério para a população urbana: cidade = 10000 habitantes.

O DP esteve no poder por toda a década de 50. Ahmad analisa sua herança política:

a contribuição positiva do DP para o desenvolvimento da prática democrática foi praticamente nula; entretanto, sua contribuição negativa foi considerável. [...] Todas as obsoletas instituições, da constituição de 1924, até o código penal de 1930, precisaram ser trocadas por novas adaptadas à Turquia, que estava em rápida transformação. (AHMAD, 1993, p.110, tradução nossa).¹¹

Estes fatores, somados às medidas populistas e à utilização da religião para fins políticos tomadas por Menderes para tentar evitar o enfraquecimento do partido no poder, dão início a um período de fortes tensões entre a oposição popular/rural (muçulmana) e o secularismo na Turquia. Controladas repressivamente pelo governo, que declara a condição de oposicionista igual à de subversivo, inicia-se um período sangrento no país.

Já não havia mais como restaurar a estabilidade social e a situação política. Menderes ainda tentou antecipar as eleições de setembro de 1960, mas, em 27 de maio, grupos militares derrubam o presidente e assumem o poder, configurando o primeiro golpe militar na Turquia (AHMAD, 1993, p.114).

A GUERRA FRIA E SEUS EFEITOS NA TURQUIA

Para entender o papel da Turquia na Guerra Fria e seus desdobramentos, é fundamental perceber sua importância geoestratégica. Porém, antes de analisar especificamente o país, cabe tomar conhecimento de como os geógrafos clássicos compreendem a massa terrestre que engloba o território turco, a Eurásia.

Em 1904, o geógrafo inglês Halford Mackinder lançou sua teoria que opunha o poder continental ao marítimo. Neste embate, a região geoestratégica de poder do planeta seria o *Heartland* (“terra-coração”)¹², cuja posse seria condição básica para a hegemonia mundial.

¹¹ Do original: “The positive contribution of the DP to the development of democratic practice in Turkey was virtually nil; however, their negative contribution was considerable. [...] All these outmoded institutions, from the constitution of 1924 to the penal code of 1930, had to be replaced with new ones suited to a Turkey in the throes of rapid change”.

¹² Hoje corresponde a aproximadamente a Europa Oriental.

De acordo com esta teoria, a Turquia estaria situada em uma posição intermediária entre a vocação marítima e terrestre, caracterizando o poder anfíbio. No entanto, a expansão histórica a partir da Anatólia se realizou principalmente por terra, tendo a atuação marítima se limitado aos mares “fechados”. Neste sentido, com base nos pressupostos mackinderianos, a Turquia poderia ser classificada como um poder terrestre que serve ao poder marítimo na contenção do poder terrestre que controla o *Heartland*: a Rússia (GUIMARAIS, 2007, p.22).

Uma das teorias sucessoras a esta de Mackinder foi elaborada pelo geógrafo estadunidense Nicholas Spykman. Adepto do intervencionismo norte-americano e analisando as relações de poder em escala global no período entre-guerras, Spykman faz uso das linhas conceituais mackinderianas, principalmente ao se tratar de divisões de mundo, aperfeiçoando-as e realçando a importância das forças militares dos Estados Unidos da América – EUA avançarem nas duas extremidades da Eurásia a fim de cercar as potências do “grande continente basilar” (GUIMARAIS, 2007, p.23).

No que concerne à Turquia, seguindo a concepção de Spykman, esta continuaria tendo caráter anfíbio e funcionaria como zona amortizadora para os dois poderes antagônicos. Neste sentido, a Turquia pertenceria a uma zona de posição central (*Rimland*), que determina a supremacia mundial.

Estes conceitos influenciaram decisivamente a política estadunidense de contenção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Isto fica explícito na afirmação do professor Leonel Itaussu Mello:

São indubitavelmente muito fortes os indícios de que a matriz teórica sintetizada na oposição Heartland-Rimland inspirou a visão geopolítica e estratégica presente nos pactos militares multilaterais que foram parte integrante do sistema de defesa nacional americano no auge da Guerra Fria. (MELLO, 1999, p.132).

O cientista político e Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA no período de 1977 a 1981, Zbigniew Brzezinski (1997, p.41) ainda acrescenta que a Turquia é tanto Estado Pivô¹³, quanto ator geoestrategicamente ativo, apesar da sua capacidade limitada, colocando-a em destaque juntamente com o Irã.

Nesta conjuntura, se deu a parceria estratégica entre EUA e Turquia. Os EUA pretendiam conter a União Soviética e a Turquia precisava dos EUA para garantir sua integridade territorial e agregar benefícios político-econômicos.

¹³ Para Brzezinski (1997:41, tradução nossa), “pivôs geopolíticos são Estados cuja importância é derivada não de seu poder e motivação, mas de sua localização sensível das conseqüências de sua condição potencialmente vulnerável para o comportamento dos atores geoestratégicos”. Do original: “Geopolitical pivots are the states whose importance is derived not from their power and motivation but rather from their sensitive location and from the consequences of their potentially vulnerable condition for the behavior of geostrategic players”.

Esta aliança permitiu a Turquia ser incluída na Doutrina Truman em 1947 e no Plano Marshall, principal plano dos EUA para a reconstrução econômica dos países aliados. Além disso, se tornou membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN em 1952.

A adesão à OTAN teve um significado muito importante para a Turquia: o de ser tratada como semelhante pelos aliados ocidentais. Conforme Feroz Ahmad,

[...] a OTAN era vista como um clube, cuja qualidade de membro seria capaz de fornecer status e segurança, assim como era gozado pelos membros europeus. Fora da OTAN, a Turquia seria relegada a um país de segunda importância na zona de defesa”. (AHMAD, 1993, p.119)¹⁴.

Ainda segundo Ahmad (1993, p.119), isso explica o grande empenho turco como membro da OTAN na época, se envolvendo em diversas missões no decorrer dos anos. Além disso, a Turquia passou a ser vista pelo ocidente como um representante na região, favorecendo o sistema de dominação ocidental sobre os Estados árabes. Enquanto alguns jornais de países árabes acusavam a Turquia de ser objeto de constante manipulação das grandes potências, o governo turco se via com poder dominante a nível regional.

Apesar das concessões internacionais neste período, os investimentos externos na Turquia não foram tão significantes a ponto de contribuir para o desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, era possível constatar um poderio internacional completamente desproporcional ao potencial econômico turco. Visando o nivelamento destes aspectos, nos anos 50, o governo buscou parcerias para o financiamento de capital externo, dando início a um período de dependência, que continuou a crescer nas décadas seguintes (AHMAD, 1993, p.120).

OS GOLPES MILITARES

Mesmo antes do Golpe Militar de 1960, as forças armadas turcas eram uma das instituições mais respeitadas do país, sendo influente na tomada de decisões políticas e, principalmente, de segurança nacional. Este golpe configura a primeira e última experiência de intervenção política de sucesso na Turquia.

Ao alcançarem o poder, as forças armadas se tornaram uma instituição virtualmente autônoma, onde os generais se proclamavam guardiões do novo regime que eles tinham acabado de criar. A partir deste momento, os militares passaram a se envolver profundamente com a vida político-econômica do país. Anos mais tarde, fundam a Associação de Assistência

¹⁴ Do original: “[...] NATO was seen as club whose membership would provide status and security as full and as firm as that enjoyed by the European members of the alliance. Outside NATO, Turkey would be relegated to the second league and regarded as a secondary zone of defence”.

Mútua das Forças Armadas, mais conhecida por OYAK, que permitiu acesso aos setores comercial e industrial (AHMAD, 1993, p.12).

Para conciliar a diversidade de interesses das várias facções das forças armadas, formou-se uma coalizão de 38 membros chamada Comitê de União Social – NUC, cujo objetivo era restaurar a ordem paulatinamente. Entretanto, para Feroz Ahmad (1993, p.127, tradução nossa)¹⁵, “o NUC, incapaz de propor soluções próprias, convidaram um grupo de professores universitários para formar uma comissão e preparar uma nova constituição, [...] transformando o movimento de um golpe militar para uma revolução institucional”.

Esta parceria trouxe bons resultados para os turcos. Havia a garantia de liberdades de pensamento, expressão, associação e publicação. Dentre outras liberdades civis, a constituição ainda respaldava os direitos econômico-sociais, promovendo um plano de desenvolvimento econômico como forma de alcançar a justiça social.

Com o apoio da OYAK e com base no modelo de substituição de importação para a rápida industrialização, as metas do governo foram atingidas nos anos 60 e o crescimento econômico beirou 07%, caracterizando uma verdadeira revolução industrial na Turquia. Deste processo surgiram dois novos grupos politicamente ativos: a classe trabalhadora e a burguesia industrial, este último, formando a Associação dos Industriais e Homens de Negócios Turcos – TÜSIAD em 1971 (AHMAD, 1993, p.133-134).

Muitas economias européias também cresciam, porém de forma ainda mais explosiva. Para manter esta tendência, alguns países demandavam mão-de-obra, como a Alemanha, que recebeu muitos turcos neste período. De toda forma, este movimento também favoreceu a economia turca, pois seus emigrantes transferiam para casa grandes somas de dinheiro. Todavia, este processo demonstrou-se perigoso, uma vez que muitos turcos tornaram-se dependentes desta fonte. No começo dos anos 70, a demanda na Alemanha cai exponencialmente, causando o desemprego a vários imigrantes, alguns repatriados por políticas públicas alemãs.

Apesar das grandes transformações advindas das políticas implantadas na década de 60 e de sua reforma constitucional, algumas instituições ainda se encontravam ultrapassadas, como o código penal turco. Ainda baseado no modelo da Itália Fascista de 1930, promovia grande contradição ao tratar das liberdades individuais. Erik J. Zürcher (2004, p.248) detalha o caso que abriu precedente às violações das liberdades individuais e exaltou a dificuldade

¹⁵ Do original: “The NUC, unable to propose its own solutions, invited a group of academics to form a commission and prepare a new constitution, [...] transforming it from a mere *coup* to an institutional revolution”. (grifo do autor).

persistente em lidar com a questão partidária: a segunda república¹⁶, iniciada após o golpe militar de 1960, levou à execução por pena de morte, de Adnan Menderes e dos ex-ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros do Partido Democrático, todos sob acusação da prática de uma mistura bizarra de crimes comuns, de corrupção e de alegadas violações da Constituição. O julgamento e a condenação por um tribunal especial, constituído por nove juízes nomeados pela junta militar, ressaltou o carácter de um processo que se pode considerar revestido de uma legalidade e de uma imparcialidade bastante duvidosa.

Embora houvesse uma instabilidade no cenário partidário, ele é reorganizado travando competição entre o RPP e pelo Partido da Justiça – JP, dando margem ao aparecimento de dois novos partidos, o Partido da Salvação Nacional – NSP e o Partido da Ação Nacionalista – NAP. O primeiro se baseava na ordem islâmica tradicional e seguia os tradicionalismos da lei religiosa, a Xariá¹⁷; o segundo possuía uma ideologia étnico-nacionalista e anti-comunista.

O acirramento do conflito político-partidário, acrescentado às mudanças sócio-econômicas¹⁸ e as militâncias estudantis e trabalhadoras, formaram uma mistura perigosa no começo dos anos 70. Feroz Ahmad (2005, p.132-133), nomina este contexto de “revolução das expectativas crescentes”, que apesar de aumentarem, atingiam cada vez menos pessoas, em uma população que crescia rapidamente sem mercado de trabalho ou sistema educacional capaz de absorver os mais novos. Escolas e universidades estavam superlotadas e estimulavam indiretamente o recrutamento de militantes de esquerda e direita. Esses jovens tiveram um papel essencial na instabilidade política que levou a Turquia a sofrer nova intervenção militar em 12 de março de 1971.

A década de 70 foi extremamente conturbada na história da Turquia. Externamente, o 1º choque petrolífero, impulsionado pela Guerra do Yom Kipur¹⁹ em 1973, causou uma profunda recessão da economia turca, que dependia deste recurso energético; um ano mais tarde, com a invasão e a ocupação militar no norte da Ilha de Chipre, o país passa a receber fortes pressões internacionais político-diplomáticas, cujas causas e detalhes serão explanados no sub-capítulo seguinte. Internamente, o período foi marcado por intensa repressão e violência. Apesar da tentativa dos militares de estabelecer plena democracia em 1973 através

¹⁶ Alguns autores demarcam a historiografia da república turca em três períodos: primeira república (1923-1960), segunda república (1960-1980) e terceira república, que está atualmente em vigor.

¹⁷ Xariá ou *Shari'a*: “Rumo para uma fonte”; Código Penal Islâmico que, para os muçulmanos, estabelece regras que governam todos os aspectos da vida. (DEMANT, 2004, p.396).

¹⁸ No decorrer dos anos 60, a industrialização começou a mudar os hábitos de consumo dos turcos, que logo transformou o país em uma sociedade de consumo. (AHMAD, 1993, p.135)

¹⁹ Também conhecida como Guerra de Outubro, marca um conflito egípcio-sírio contra Israel. Como resultado, é possível constatar alguns avanços temporários árabes, quebrando a idéia de invencibilidade israelense. (DEMANT, 2004, p.378).

de emenda constitucional, aproximando o Estado da sociedade civil, e eleições ministeriais, que elegeram Bülent Ecevit pelo RPP, não se atingiu qualquer estabilidade. Muito pelo contrário, no verão de 1980, o cientista político Ersin Kalaycioglu (1997, p.2 apud FERNANDES, 2005, p.104-105) constata que a violência política atingiu seu ponto crítico, com uma média de 25 pessoas mortas por dia e com o parlamento incapaz de chegar a um consenso para eleger um novo presidente.

Um novo golpe militar se fez necessário e em 12 de setembro de 1980, sob a liderança do general Kenan Evren, o *status quo* foi quebrado e parlamento, governo e partidos políticos foram dissolvidos; líderes dos partidos banidos da carreira política por 10 anos; e a constituição suspensa.

Feroz Ahmad analisa o contexto subsequente da seguinte forma:

Este período de “transição para a democracia” era marcado pela incerteza, excitação e expectativa. O Terrorismo político havia sido virtualmente eliminado através de constantes lembranças da “anarquia” pré-1980 e isso justificava a conservação da lei marcial mesmo depois do retorno à ordem civil. (AHMAD, 1993, p.190, tradução nossa).²⁰

Entretanto, o já citado José Pedro Teixeira Fernandes nota que

apesar da intervenção militar na vida política e sociedade civil, esta não evoluiu para uma permanência *ab eterno* dos militares no poder. [...] Pelo contrário, foi sob a égide dos militares que foi desenhada a atual constituição, que entrou em vigor em 1982, e que em 1983 se reiniciou o jogo político democrático normal, com a realizações (sic) de eleições para formação de um governo legitimado pelo voto popular, do qual saiu vencedor o “Anavatan Partisi”/Partido da Pátria (ANAP), de Turgut Özal. (FERNANDES, 2005, p.105).

Özal – que possuía relações próximas com organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – foi posteriormente eleito presidente em 1989, substituindo o militar Kenan Evren.

O CONFLITO DA ILHA DE CHIPRE (E O SURGIMENTO DO ANTIAMERICANISMO TURCO)

As raízes da hostilidade entre a comunidade cipriota grega e a comunidade cipriota turca podem ser remontadas à conquista otomana da ilha em 1578 e da seqüente subjugação das populações gregas ortodoxas que a habitavam. Em 1878, após o Congresso de Berlim²¹, os britânicos assumiram a administração da ilha, apesar da manutenção da soberania otomana.

²⁰ Do original: “This period of ‘transition to democracy’ was therefore marked by uncertainty, excitement, and expectation. Political terrorism had been virtually eliminated though the marathon trials were a constant reminder of the pre-1980 ‘anarchy’ and justified the retention of martial law even after a return to civilian rule”.

²¹ Reunião das principais potências européias e do Império Otomano para tentar regular mais uma “crise no oriente”.

No pós-I Guerra Mundial, os britânicos invadiram e ocuparam a ilha e a Turquia reconheceu a integração ao Reino Unido através do Tratado de Lausana.

O movimento de descolonização pelas potências europeias no pós-II Guerra Mundial possibilitou a independência de Chipre, em 1960 (ver cronologia da questão cipriota no Anexo A), ocorrida após a celebração de acordos na Conferência de Zurique, em 1959. Segundo Fernandes (2005, p.155), Reino Unido, Grécia e Turquia estabeleceram o seguinte dispositivo: “a estrutura básica da República do Chipre; um tratado de garantia entre a República do Chipre e as três partes contratantes; um tratado da Aliança entre a Grécia, a Turquia e a República do Chipre”.

Esta aliança previa um equilíbrio entre as comunidades, mas, em 1963, ela é quebrada por uma proposta de emenda constitucional feita pelo presidente Makarios, gerando contestação por parte da comunidade cipriota turca, com a alegação de incorporar desigualdades étnico-religiosas.

A partir deste evento, se instaura um conflito armado entre as comunidades, ambas armadas e abastecidas pela Grécia e a Turquia. Os turcos chegaram até a enviar forças militares aéreas para o território.

Em 1964, a situação estava insustentável e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU decide intervir com o envio de um contingente de capacetes azuis através da missão Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre – UNFICYP, cujo objetivo de estabelecer uma situação sustentável e pacífica entre as partes foi momentaneamente atingido.

Esta seqüência de acontecimentos impulsionou o primeiro mal-estar nas relações entre os EUA e a Turquia. Fernandes descreve da seguinte forma:

[..] o Presidente dos EUA, Lyndon Johnson (1964), informou o primeiro-ministro turco, İsmet İnönü, de que não aprovaria o uso de qualquer arma fornecida pelos EUA, numa intervenção unilateral em Chipre, o que na ótica nacionalista turca foi visto como uma “traição” do seu poderoso aliado, provando, independentemente da leitura do governo turco ter sido também essa, ou não, uma viragem da política externa do país, até aí de pendor quase exclusivamente ocidental. (FERNANDES, 2005, p.156)

A opinião pública turca considerava os eventos na ilha uma injúria e estava convencida da legitimidade da intervenção militar. Ao tornar-se pública alguns anos depois, a carta de Johnson instaurou uma violenta onda anti-americana na sociedade, que defendia o “não-alinhamento” turco, chegando a bipolarizar o país: “direita pró-americana” e “esquerda anti-americana”. O que transcendia a potencialidade da questão, antes relacionada meramente à política externa (AHMAD, 1993, p.141).

A despeito desse elemento sociológico, a situação de ordem estabelecida pela UNFICYP se quebra em 1967, ano em que o governo nacionalista grego, sob a “ditadura dos coronéis”, começa a instigar a Guarda Nacional Cipriota a instaurar um golpe de Estado e derrubar o presidente Makarios. Este objetivo é alcançado em 1974, quando chega ao poder Nikos Sampson, cujas forças políticas vertiam à *Enosis*, isto é, união com a Grécia.

Esta seqüência de eventos desencadeou duas grandes intervenções militares turcas no Chipre, ambas baseadas nos acordos de Zurique. O primeiro ministro da época, Bülent Ecevit²², configurou a operação como “pacífica e com fins humanitários” (FERNANDES, 2005, p.157).

Essas intervenções militares dividiram a ilha e reagruparam a população de forma étnico-religiosa conforme o mapa abaixo:

Mapa da ilha de Chipre e a separação entre cipriotas gregos e cipriotas turcos

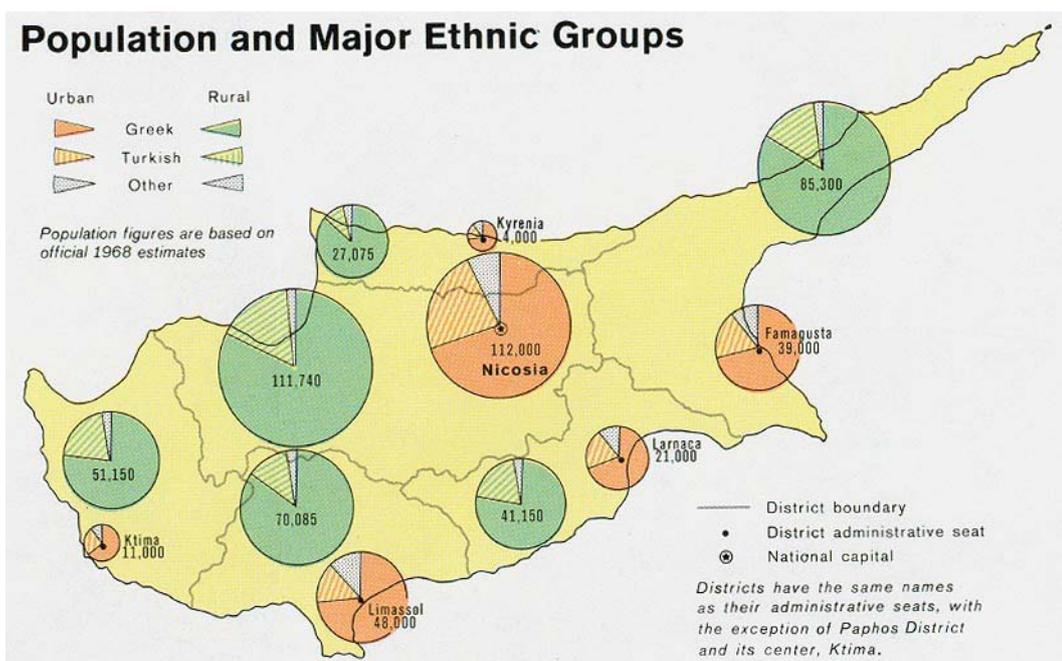


Fonte: The University of Texas. Disponível em: <<http://lib.utexas.edu/maps/cyprus.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

Vale ressaltar que, segundo levantamento feito em 1968, as etnias se encontravam mescladas e espalhadas pelo território, conforme comprova o mapa abaixo:

²² Bülent Ecevit também foi primeiro ministro entre 1999 e 2002.

Mapa da população e grupos étnicos majoritários na ilha de Chipre (1972)



Fonte: The University of Texas. Disponível em: <<http://lib.utexas.edu/maps/cyprus.html>>. Acesso em: 18 set. 2008.

Ainda em 1974, o poder de Makarios é restabelecido e ele reassume a presidência, – permanecendo até 1977, ano de sua morte – e os líderes cipriotas turcos declaram, inicialmente, o estabelecimento do “Estado Federado de Chipre da República da Turquia” em 1975 e, posteriormente, fundam a “República Turca do Norte do Chipre” em 1983, considerada ilegal pelo Conselho de Segurança da ONU e reconhecida internacionalmente apenas pela Turquia (FERNANDES, 2005, p.158).

Esta questão ainda gera inúmeras discussões em fóruns internacionais, o que demonstra a complexidade do assunto. Além de ser delicado no viés da política externa turca e grega, é algo que envolve suas respectivas sociedades, evocando traumas identitários, enraizados na consciência coletiva.

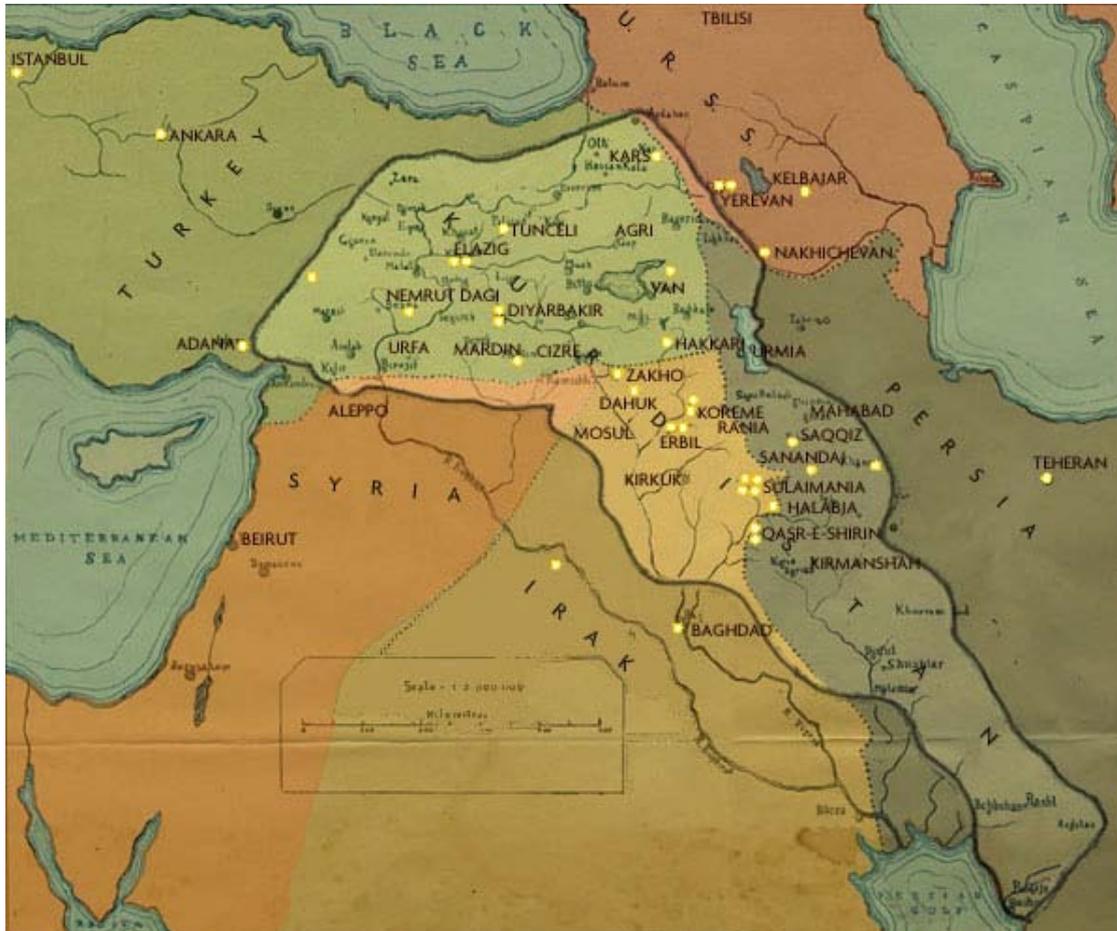
A QUESTÃO DOS CURDOS

O conflito que opõe os turcos aos movimentos separatistas curdos tiveram origem no pós-I Guerra Mundial e estão relacionados à formação da República da Turquia, envolvendo os Tratados de Sèvres (1920) e Lausana (1923) e o kemalismo.

O Tratado de Sèvres previa que os curdos tivessem “autonomia local”, com a possibilidade posterior de independência, tendo o Curdistão como Estado soberano (veja como os curdos propunham a configuração do Estado no mapa a seguir). Estes curdos, majoritariamente muçulmanos sunitas, não se prendiam aos ideais europeus de Estado-Nação

e, envoltos à idéia de solidariedade islâmica de um passado otomano, participaram das campanhas da Guerra de Independência, com papel importante nas batalhas contra os antigos *dhimmi*²³, principalmente contra os armênios.

Mapa apresentado pela Delegação Curda na Conferência da Paz de São Francisco em 1945



Fonte: Kurdistan National Assembly - Syria. Disponível em: <http://www.kurdnas.com/en/index.php?option=com_content&task=view&id=573&Itemid=71>. Acesso em: 18 set. 2008.

²³ Segundo Bat ye'Or (apud FERNANDES, 2005, p.84-85, grifo do autor), "a designação "*dhimmi*" também conhecida por *zimmī* ou *raya*, refere-se aos muçulmanos, cristãos, judeus e zoroastrianos, que na teologia muçulmana tradicional são referidos como "povos do Livro" e que em certas circunstâncias podiam "beneficiar" da *dhimmitude*, um estatuto com origem na teologia islâmica tradicional que implicava, entre outras coisas: (i) o pagamento de um imposto de tolerância da sua vida (*jizya*), fundamentado no Alcorão, sendo o seu não pagamento motivo para ficar sujeito às regras e conseqüências da *jihad* (escravatura, morte, ou eventualmente expulsão); (ii) o desarmamento, ficando a proteção da sua vida e o patrimônio a cargo dos seus senhores muçulmanos; (iii) o pagamento do *kharaj*, um imposto sobre a terra que cultivavam; (iv) uma proibição de uso de montadas consideradas nobres, como camelo ou cavalo; (v) uma impossibilidade de testemunharem contra um muçulmano, em caso de litúgio judicial; (vi) a uma obrigatoriedade de conduzirem as manifestações religiosas em silêncio, não sendo permitidas manifestações públicas, com sinos, cruzeiros ou ícones, com eventual exceção das regiões onde os cristãos eram maioria; (vii) a impossibilidade de construir novas igrejas, e o condicionamento das obras de restauração e/ou modificação a uma autorização especial".

Apesar do envolvimento curdo nesta campanha vitoriosa, após seu término, Mustafá Kemal mostrou-se hostil a qualquer possibilidade de autonomia ou auto-determinação dos curdos; inclusive, com o advento do Tratado de Lausana, houve um regresso nesta questão e a comunidade curda não foi reconhecida como minoria autônoma, isenta de qualquer direito específico ou estatuto especial (FERNANDES, 2005, p.84-85). Em consequência do tratado, o cientista político e internacionalista Kemal Kirişçi aponta que

o Curdistão ficou dividido entre Turquia, Irã, Iraque e Síria, principalmente. No caso da Turquia a reação dos curdos não tardou e a primeira revolta ocorreu em 1925, liderada pelo líder religioso Sheik Said. Entretanto, a falta de estrutura política, a divisão existente entre os próprios curdos e a falta de ajuda externa fez com que essas rebeliões fracassassem uma após a outra. (KIRIŞÇI, 1997 apud BERMEJO, 2006, p.122, tradução nossa)²⁴.

Dietrich Jung e Wolfgang Piccoli (2001, p.122 apud FERNANDES, 2005, p.86), ainda acrescentam que esta revolta foi o ponto de partida para o desenvolvimento do nacionalismo curdo como plataforma ideológica que legitima a resistência política, fora do mundo simbólico do Islã.

Este sentimento fica ainda mais inflamado com a aprovação da legislação de 1932, que permitia ao governo turco efetuar deportações em massa, reorganizando seu espaço territorial. Uma das quatro zonas consideradas atingem diretamente os curdos: “[...] zonas que era necessário evacuar e que são áreas proibidas por razões médicas, culturais, políticas ou estratégicas, incluindo-se nestas as regiões curdas menos acessíveis” (CHALIAND apud FERNANDES, 2005, p.86). O fato impulsionou uma nova e violenta revolta, a do Monte Ararat em 1930, mais uma vez, sem avanços às pretensões curdas, estabilizando a situação até meados da década de 60.

Graças à Constituição de 1961, considerada uma das mais flexíveis do mundo na época, apareceram diversas associações culturais, sociais e políticas, que abriram possibilidades de debates e publicações acerca da questão curda. Nesse contexto, em paralelo ao alinhamento dos líderes curdos ao aparelho burocrático estatal e aos partidos de centro-direita, surgiu paulatinamente uma nova liderança curda, atendendo os interesses da esquerda turca.

Isso fica nítido ao analisar a trajetória do fundador do PKK, o emblemático Abdullah Öcalan:

²⁴ Do original: “[...] el Kurdistan quedó dividido entre Turquía, Irán, Irak y Siria principalmente. En el caso de Turquía la reacción de los kurdos no se hizo esperar y la primera revuelta tuvo lugar en 1925 liderada por el líder religioso Sheik Said. Sin embargo, la falta de estructuras políticas, la división existente entre los propios kurdos y la falta de ayuda exterior hizo que estas rebeliones fracasaran una tras otra”.

Nascido em 1949 na província de Urfa, situada na região sudeste do país, no seio de uma família pobre, Öcalan via a situação em que se encontravam os habitantes de origem curda como insuportável, já que o governo turco lhes negava o direito de ter uma própria identidade cultural. [...] Em 1970 se muda para Istambul. Uma vez ali, se uniu pela primeira vez a uma associação cultural de ideologia marxista vinculada com o nacionalismo curdo. No ano seguinte, decidiu estudar ciências políticas na Universidade de Ancara, [...] que naquele momento era um centro formador para as ideologias marxistas e foi ali que Öcalan se convenceu da necessidade de organizar uma luta armada na Turquia. (BERMEJO, 2006, p.123, tradução nossa)²⁵

Foi a partir de 1974 que esta nova liderança se empenhou ao máximo para organizar seu partido e estudar as teorias de ação revolucionária. Para isso, escolheu a região sudeste do país como estabelecimento estrategicamente ideal por ter mais capacidade de apoio e atuação, e por ser uma base mais segura para o desenvolvimento de suas atividades.

Quatro anos mais tarde o PKK é oficialmente proclamado com o objetivo de estabelecer um Curdistão independente no sudeste da Turquia. Esta limitação frente ao plano original de extensão territorial do Curdistão que também abarcava parte dos territórios do Iraque, da Síria e do Irã se dava basicamente por duas razões: heterogeneidade da população curda, consistindo em diversos grupos religiosos e lingüísticos (FERNANDES, 2005, p.88); e, como o Curdistão havia sido colonizado pela Turquia, o primeiro passo seria conseguir a autodeterminação do povo curdo através da luta armada, uma vez que eram oprimidos pelo governo turco, assim, seria necessária uma revolução nacional para a criação de um Curdistão unificado, independente e socialista, sendo este último, a menor prioridade (BERMEJO, 2006, p.123).

Levando este fator em consideração, alguns autores como o cientista político Michael Radu (2001) afirmam que a criação do Estado curdo nunca foi o objetivo prioritário de Öcalan, e sim a difusão do modelo comunista, o que aproximou o PKK de muitos partidos de esquerda na Europa.

²⁵ Do original: “Nacido en 1949 en la provincia de Urfa situada en la región sureste del país en el seno de una familia pobre, Öcalan veía la insoportable situación en la que se encontraban los habitantes de origen kurdo, ya que el gobierno turco les denegaba el derecho de tener una propia identidad cultural, [...] En 1970 fue trasladado a Estambul. Una vez allí, se unió por primera vez a una asociación cultural de ideología marxista vinculada con el nacionalismo kurdo. Un año más tarde decidió estudiar ciencias políticas en la universidad de Ankara, [...] era en aquel momento un caldo de cultivo para las ideologías marxistas y fue allí donde Öcalan se convenció de la necesidad de organizar una lucha armada en Turquía”.

Tabela 2: Apoios e política internacional na história dos curdos na Turquia e do PKK

Síria	<ul style="list-style-type: none"> - Um dos Estados que mais ajudou o PKK desde sua criação; - Forneceu refúgio para Öcalan em 1979 e depois do golpe de Estado de 1980 deu asilo a uma grande parte de sua organização. O governo sírio também garantiu proteção, financiou parte de seus gastos, e permitiu que houvesse alguns campos de treinamento militar em seu território; - As principais causas para tal ajuda foram: <ul style="list-style-type: none"> • As disputas territoriais pela província de Hatay; • O recurso da água: a Turquia queria utilizar os leitos de Eufrates e de Tigres num projeto que pretendia cortar o fornecimento de água tanto para a Síria como para o Iraque. - Em 1998, após ameaça do governo turco de invadir a Síria caso esta não deixasse de apoiar ao PKK, finalmente o governo sírio pediu para que Öcalan deixasse seu território.
Iraque	<ul style="list-style-type: none"> - Os grupos insurgentes curdos não estavam unidos à mesma causa do PKK. Tanto o PDK quanto o PUK não eram favoráveis à violência indiscriminada do PKK. Apesar disso, nos anos 80 ambos o apoiaram, porém, esses acordos não duraram muito tempo; - Esses dois partidos curdos no Iraque se uniram e formaram a Frente do Curdistão-Iraque, com o objetivo de encontrar apoio dos EUA e da Europa em sua luta contra Saddam Hussein; - No ano de 1998, havia fortes indícios de que o PKK – em troca de armas e grandes somas de dinheiro – estava fornecendo informações a Saddam; - Em 1991, o PKK declarou abertamente seu apoio a Saddam em sua luta contra o imperialismo norte-americano. Diante deste fato, a Frente do Curdistão-Iraque se une ao governo turco permitindo que este entre no norte do Iraque para poder perseguir e capturar os terroristas do PKK.
Europa	<ul style="list-style-type: none"> - O apoio europeu é justificado para que não houvesse maiores levantes de migrantes aos países europeus, pois muitos vistos passaram a ser requisitados a partir da década de 1960. A paz no Curdistão levaria as pessoas a permanecerem em seu país de origem; - De acordo com fontes policiais, em meados dos anos 90, o PKK contava com mais de 7000 ativistas na Alemanha, cerca de 1000 na França e na Inglaterra e com mais de 60.000 simpatizantes espalhados pela Europa; - Alguns países europeus apoiaram e ajudaram na criação de um canal de televisão exclusivo do PKK, apesar da insistência do governo turco em alegar que esta era uma forma de difundir sua propaganda e seus conteúdos que incitavam o terrorismo e a violência; - O que mais afastou o PKK dos países europeus foi o seu envolvimento com tráfico de drogas, seqüestros e roubos. Em 1993, Alemanha e França proibiram o PKK de desenvolver suas atividades em seus Estados. O governo alemão ainda incluiu o PKK em sua lista de organizações criminais; - Em março de 1995, houve em Viena um encontro da internacional socialista centrado na questão curda na Turquia e no Iraque. Nesta reunião estiveram presentes representantes dos partidos socialistas da Alemanha, Dinamarca, França, Suíça e Suécia. - Apesar desses apoios, em 1998, nenhum destes países concedeu asilo político a Öcalan.

Fonte: Adaptado de Laura Fernández Bermejo. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76701113.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2008. p.128-133.

Em agosto de 1984 o PKK inicia a guerrilha tendo como primeiro alvo os camponeses da região sudeste que colaboravam com o governo, já que muitos delatavam os membros do PKK às autoridades. Partindo destes ataques, o governo estabelece o “Sistema de Vigilância Rural”, que, basicamente, abastecia os habitantes da região com dinheiro e armas. Este plano deu início ao conflito mais sangrento dos anos seguintes. Em 1988, Öcalan segue a mesma idéia do governo e decide recrutar, sob ameaça de morte, quem poderia ser sondado pelo sistema de vigilância turco (BERMEJO, 2006, p.127).

Entre 1987 e 1990, os militantes e os simpatizantes do PKK cresceram consideravelmente e, da mesma forma, a onda de violência. O governo turco chegou a

declarar estado de emergência em várias cidades da região sudeste. Suas tentativas de solucionar este problema foram sempre de ordem puramente militar, considerando o país alvo de terrorismo.

O PKK – que mais se assemelhava a um grupo militar paralelo do que um movimento de guerrilha – tem seu alvo alterado em 1990, decidindo atacar os militares. Segundo a pesquisadora Laura Fernández Bermejo,

junto aos objetivos militares, centravam seus ataques em pontos turísticos com o propósito de prejudicar a economia do país; boicotavam qualquer tentativa de desenvolvimento econômico nessa zona, destruíam colégios, ameaçaram meios de comunicação, assassinaram personalidades políticas, intelectuais, jornalistas, músicos... qualquer que levantasse a voz contra a organização corria perigo de morte. (BERMEJO, 2006, p.127, tradução nossa)²⁶.

Com o respaldo da população, os militares turcos ganharam mais poder de fogo para investir contra o PKK no começo da década de 90. A Guerra do Golfo em 1991 também teve papel importante nesta situação, uma vez que um dos desdobramentos poderia ser a criação de um protetorado curdo no norte do Iraque, protegido pelos EUA e o Reino Unido. Essa autonomia curda poderia contagiar as populações curdas na Turquia e intensificar suas revoltas pela autodeterminação nacional.

Em 1995 o partido já se encontrava enfraquecido, comprovando o fracasso da luta armada. A partir daí o alvo da solução para a questão curda começa a verter aos meios político-democráticos. O surgimento do Partido Democrático dos Povos – HADEP, assumidamente curdo, alguns anos antes comprova este movimento. Entretanto, até a captura de Öcalan em 1999, os ataques dos guardas rurais continuaram cada vez mais habituais e violentos. Segundo Ely Karmon (1998 apud BERMEJO, 2006, p.128), as baixas do PKK eram tão grandes que muitos combatentes optaram por se entregar ou se refugiar em outros países. O fracasso da guerrilha era inevitável.

Com o conflito político-militar estável e já tendo em vista a negociação de adesão à UE, a Turquia ainda esboçou melhorias no âmbito da proteção dos direitos das minorias e mudou a sentença de morte Abdullah Öcalan para prisão perpétua. O que não satisfez alguns estudiosos turcos, entre eles o renomado Soner Cagaptay, diretor do Programa de Pesquisa Turco do Instituto de Washington, que em seu artigo com co-autoria de Duden Yegenoglu “O monstro esquerdista: Abdullah Öcalan” (tradução nossa) alega que

²⁶ Do original: “Junto a los objetivos militares centraron sus ataques en destinos turísticos con el propósito de dañar a la economía del país; boicotearon todo intento de desarrollo económico en la zona, destruyeron colegios, amenazaron a medios de comunicación, asesinaron a personalidades políticas, intelectuales, periodistas, maestros... cualquiera que alzara la voz contra la organización corría peligro de muerte”.

democrático²⁸ com Turgut Özal no poder, sendo primeiro ministro entre de 1983 e 1989 e, de 1989 até 1993 como presidente.

Começando pelo aspecto político com o estabelecimento da Constituição de 1982, a década de 80 foi marcada por mudanças como a que instituiu um regime semelhante ao modelo parlamentar. Fica fácil traçar a relação a partir da comparação da Grande Assembléia Nacional com um modelo de parlamento, pois possui a competência para eleição do Presidente da República, neste caso, através de maioria qualificada por dois terços dos votos e com mandato de sete anos de duração (FERNANDES, 2005, p.106).

Em termos de segurança e interesses nacionais, Gilles Dorronsoro ressalta que

a Constituição de 1982 prevê que as decisões sejam tomadas após consulta ao Conselho Nacional de Segurança, o qual permite uma influência significativa aos militares, quer em questões de política externa, quer em questões de política interna, de uma forma que não é propriamente usual nas democracias ocidentais, funcionando como uma espécie de “governo paralelo”. (DORRONSORO, 1994, p.33-34 apud FERNANDES, 2005, p.108).

Por meio disso é possível constatar que a condução da política externa fica dependente da inter-relação e dos equilíbrios que se estabelecem entre os quatro órgãos institucionais: a Grande Assembléia Nacional, com poder para declarar o estado de guerra, autorizar o envio de Forças Armadas ao exterior e autorizar a permanência de Forças Armadas estrangeiras em território turco; o presidente da República; o Conselho de Ministros; e o Conselho Nacional de Segurança – MGK, como órgão de aconselhamento (FERNANDES, 2005, p.110).

No âmbito econômico, a Turquia enfoca sua entrada no mercado global através de reformas para torná-la mais competitiva, para isso, o país precisava se tornar mais produtivo e possuir mão-de-obra com valores mais acessíveis. O governo não poupou esforços para atingir essas metas, incluindo privatizações, queda de protecionismos, entre outras medidas liberais.

A *priori*, as políticas econômicas dos anos 80 produziram resultados memoráveis. Segundo Ahmad (2005, p.159), a inflação caiu e a balança comercial se tornou mais ativa. A imprensa local falava em “milagre econômico” devido ao crescimento das exportações de US\$2,3 bilhões em 1979 para US\$11,7 bilhões em 1988. A Turquia soube aproveitar bem o momento da Guerra Irã-Iraque (1980-1988) para este fim, tornando-se um grande exportador para ambos os países²⁹.

²⁸ Vale notar que falar de plena democracia nessa época é plenamente contestável, porém alguns autores, como José Pedro Teixeira Fernandes argumentam de forma cautelosa que “de fato, neste país podemos encontrar um jogo político que, pelo menos nos seus traços essenciais, é comparável ao que encontramos nas chamadas democracias ocidentais”. (FERNANDES, 2005:106).

²⁹ Neste período, as exportações para o Oriente Médio ultrapassaram aquelas à Europa. (AHMAD, 2005, p.159).

Entretanto, o próprio Feroz Ahmad analisa que

o chamado milagre nas exportações foi bancado por um grande financiamento externo, o qual tornou-se um pesadelo para o governo. A Turquia esperava pagar suas dívidas por volta de 1995, mas não conseguiu; mesmo em 2002, ela ainda não havia pagado tudo. A Câmara de Comércio de Ancara calculou que no decorrer das duas últimas décadas, o país pagou juros tão altos que o futuro econômico estaria ameaçado. (AHMAD, 2005, p.161)³⁰

Culturalmente, ainda na década de 80, é importante destacar o crescimento da manifestação islâmica na Turquia, porém, para entender este reflexo, se faz necessário voltar até a década 70, quando houve o maior impulso para a reislamização do secularismo kemalista.

O já citado Erik J. Zürcher atribui este evento à fundação do “Refúgio dos Intelectuais” (do original: *Aydınlar Ocağı*; do inglês: *Hearths of the Enlightened*), conforme descrito abaixo:

Muitos do ANAP, incluindo Özal, foram influenciados em suas idéias pela ideologia do *Aydınlar Ocağı*, o Refúgio dos Intelectuais, uma organização fundada em 1970 por pessoas influentes no setor privado, nas universidades e na política. Seu objetivo era quebrar o monopólio argumentativo de intelectuais de esquerda nos âmbitos social, político e cultural na Turquia. Eles organizavam seminários e patrocinavam publicações, propondo soluções para todos os tipos de questões concernentes à cultura, educação, vida social e economia.[...] Seu princípio básico era que o Islã exercia forte influência para os turcos por causa de um suposto número de exitosas similaridades entre a cultura pré-islâmica e a civilização islâmica. Eles compartilhavam um forte senso de justiça, monoteísmo e acreditavam na imortalidade da alma, e possuíam grande ênfase nos valores familiares e morais. (ZÜRCHER, 2004, p.288, tradução nossa, grifo do autor)³¹.

Este movimento avançou com uma proposta que ficou conhecida como “síntese turco-islâmica” (do original: *Türk İslam Sentezi*) e tornou-se uma ideologia não oficial da República da Turquia, ganhando força após o golpe militar de 1980, quando se tornou popular, não só entre os partidos conservadores e de direita, mas, também, entre os próprios líderes militares, que apesar de muitos terem formação secularista, demonstraram boa receptividade ao teor das propostas. Como assinala o historiador Étienne Copeaux,

³⁰ Do original: “The so-called export miracle had been financed through a massive foreign debt, whose service costs became a nightmare for the government. Turkey expected to be able to pay off her debts by 1995, but in the end could not do so; even by 2002, she had not paid them off, and the Ankara Chamber of Commerce calculated that over the past two decades, the country had paid such vast sums in interest payments that its economic future was threatened”.

³¹ Do original: “Many in the MP [do português: ANAP], including Özal, were influenced in their ideas by the ideology of *Aydınlar Ocağı*, the ‘Hearths of Enlightened’, an organization founded in 1970 by influential people from the business world, the universities and politics. Its aim was to break the monopoly of left-wing intellectuals on the social, political and cultural debate in Turkey. It held seminars and sponsored publications, proposing solutions for all kinds of questions in the realms of culture, education, social life and economics. [...] Its basic tenet was that Islam held a special attraction for the Turks because of a number of (supposedly) striking similarities between their pre-Islamic culture and Islamic civilization. They shared a deep sense of justice, monotheism and a belief in the immortal soul, and a strong emphasis on family life and morality”.

em termos práticos, a principal novidade introduzida por esta mutação sociológica-política foi, em matéria de ‘representação histórica’, a adequação da visão étnica da história proposta pelo kemalismo, como resposta aos desejos dos intelectuais que ‘queriam redefinir a personalidade turca também pela religião’. (COPEAUX, 1997, p.341 apud FERNANDES, 2005, p.65-66).

Esta questão identitária, com maiores detalhes acerca da síntese turco-islâmica, será mais bem desenvolvida nos capítulos seguintes. Por ora, vale retornar ao início da década de 90, agora com seu contexto – político, econômico e sócio-cultural – bem situado.

O começo da década de 90 é marcado internacionalmente pela crise oriunda da Guerra do Golfo. Em contrapartida, o governo turco embarca em um gradual processo de liberalização e reforma do sistema político. Em 1991, foi introduzido um pacote de emendas constitucionais voltadas para a melhoria das condições de direitos humanos no país e para o sistema político, alargando a assembleia, transformando as eleições presidenciais para diretas e reduzindo a idade mínima de votação para 18 anos. Foi através deste pacote que se lançou a Lei Anti-Terrorista que contava com uma definição superficial de terrorismo. O Artigo 08 determina que qualquer manifestação, seja verbal ou escrita, poderia ser considerada como um ato terrorista. Nos anos seguintes, muitos sindicalistas, advogados, ativistas de direitos humanos, jornalistas e escritores foram perseguidos com base neste artigo.

A despeito de escândalos e conflitos, este curto espaço de tempo de Özal na presidência da República é interrompido por sua súbita morte em 17 de abril de 1993. Segundo Zürcher,

havia um sentimento geral de que ele teria um espaço único na história moderna da Turquia e muitos ainda acreditam que ele seria o segundo grande modernizador (depois de Atatürk) do país. Há de ser dito que os anos que sucederam a sua morte confirmaram este ponto de vista. Enquanto a corrupção se tornava um legado cada vez mais aparente do período de Özal, também é verdade que a coragem e a determinação demonstradas por Özal em seus melhores momentos deixariam saudades. (ZÜRCHER, 2004, p.294, tradução nossa)³².

Um mês depois, Süleyman Demirel assume o poder e se torna o nono presidente da República da Turquia. Os anos seguintes são marcados por uma significativa ascensão do poder político muçulmano. Fato que fica comprovado pelas eleições municipais de 1994, quando o Partido da Prosperidade – WP, de orientação islâmica, foi eleito em 06 das 15 maiores cidades da Turquia, entre elas Istambul e Ancara. Em 1995, o WP já era o maior partido do país com pouco mais de 20% de aceitação da população.

³² Do original “there was a general feeling that he had a unique place in the modern history of Turkey and in many commentaries he was called the second great modernizer (after Atatürk) of the country. It has to be said that the years since his death have tended to confirm this view. While the corruption that was a legacy of the Özal era has become more and more apparent, it is also true that the kind of courage and decisiveness displayed by Özal in his best moments have been sadly missed since his death”.

A coesão dos partidos no poder na Turquia se torna muito frágil e os círculos secularistas demonstram cada vez mais preocupação com esta situação. Por isso, empresários de orientação ocidental preferiam um governo muçulmano estável a um secular instável. Entretanto, estes receios apenas aumentariam, quando em 28 de junho de 1996 Necmettin Erbakan é eleito primeiro-ministro pelo WP com mais de 30% dos votos.

É a partir de então que, segundo os militares, o governo começa a ter um comportamento islâmico, afrontando os princípios seculares da República. Em 10 de maio de 1997, Erbakan se salva por pouco de uma moção de “não confiança” proposta pelos militares. Não satisfeitos, passam a buscar a mobilização de diferentes setores da sociedade. Os sindicalistas foram os primeiros a se unir à “frente pelo secularismo”. Cinco dias depois, as Forças Armadas despedem 161 oficiais por suspeita de difusão de ensinamentos islâmicos. A manipulação dos mecanismos de imprensa pelos militares se torna corrente, e, em junho não havia mais condições para a continuidade de Erbakan no cargo, o deixando no dia 18. Assume, em seu lugar, Mesut Yılmaz, do mesmo partido de Özal, o ANAP. Erik Zürcher (2004, p.301) caracteriza a exitosa campanha militar como o “primeiro Golpe de Estado pós-moderno”.

Ainda receosos, os militares coordenaram algumas medidas “pró-seculares” e em 16 de janeiro de 1998, a corte constitucional banuiu o WP e suspendeu Erbakan dos cargos políticos por cinco anos, sentença que posteriormente foi ampliada ao banimento permanente. Em fevereiro, um processo foi aberto contra o popular prefeito de Istambul, Recep Tayyip Erdoğan. Este foi acusado de incitar a intolerância religiosa ao fazer referência a um poema de Ziya Gökalp. Dois meses depois, foi sentenciado a dez meses de prisão. Outros prefeitos que eram do WP também foram processados, assim como a Associação dos Empresários e Industriais Independentes – MÜSİAD, majoritariamente formada por muçulmanos (ZÜRCHER, 2004, p.301).

Em paralelo a essa crise política, havia a cobrança de se tomar medidas urgentes para salvar a economia. A inflação em julho de 97 atingiu o pior nível desde a fundação da República e a crise russa em 1998 afetou gravemente a Turquia. A saída encontrada pelo novo governo foi de assinar um acordo de financiamento com o FMI³³, que, em contrapartida exigiu uma reforma na política fiscal e maior abertura para privatizações.

³³ Segundo Mine Eder (2003, p.230), até 2003, a Turquia recebeu uma quantia significativa dos fundos do FMI, atingindo aproximadamente 30 bilhões de dólares, o que tornou o país o segundo maior “utilizador” do FMI, ficando atrás apenas do Brasil.

Durante um dos processos de privatização, o primeiro ministro Yılmaz se envolveu em um escândalo amplamente divulgado pela imprensa³⁴. Como resultado, ele foi forçado a renunciar seu cargo e as eleições foram antecipadas para 18 de abril de 1999, vencida pelo veterano Bülent Ecevit.

Independentemente disso, os muçulmanos sunitas voltam a crescer sob a liderança de Erdoğan em parceria com Abdullah Gül, que formam o Partido da Justiça e do Desenvolvimento – AKP em 14 de agosto de 2001. Zürcher (2004, p.306)³⁵ destaca a importância da figura de Erdoğan: “não era apenas um líder carismático com um passado relacionado com a classe trabalhadora, que poderia dar apelo às massas, mas ele provou ser um exitoso e popular prefeito da metrópole de Istambul entre 1994 e 1998”.

Dessa forma, depois de um governo secularista marcado pela grave crise econômica, o AKP vence as eleições para primeiro-ministro em 2002, levando ao poder Abdullah Gül³⁶; nas eleições locais de 2004, elege 56 prefeitos das 81 províncias da Turquia; e elege o presidente em 2007, também Abdullah Gül. Para o cientista político M. Hakan Yavuz (2003, p.256, tradução nossa)³⁷, a eleição de 2002 “representou uma ruptura histórica ao conceder a um partido islâmico uma oportunidade para reestruturar o cenário político e a esfera pública”. Sendo que não se trata de instituir a *xaria* ou restabelecer um Estado islâmico, mas remodelar o limite entre o Estado e a sociedade, consolidando a sociedade civil, e reconstituindo o cotidiano em termos de uma visão compartilhada de um modelo de vida prazeroso (YAVUZ, 2003, p.256).

O autor considera essa transformação sob orientação de baixo para cima, em que a sociedade civil deseja expandir as fronteiras da esfera pública e tornar as instituições políticas representativas do povo, em vez de representativas do Estado oficial governante. Outro ponto esclarecido por Yavuz diz respeito à natureza do partido que apesar da orientação islâmica,

³⁴ Trata-se do “Escândalo de Susurluk”, que através de um acidente de carro, descobriu-se a máfia de Susurluk, fundada sob o pretexto de combater o comunismo durante a Guerra Fria. Suas atividades na época do acidente estavam ligadas à ilegalidade, com atividades de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro através de cassinos, seqüestros, assassinatos etc. Em janeiro de 1998, Yılmaz requisitou a investigação de apenas 09 das 27 suspeitas levantadas pelo relatório das autoridades policiais, não incluindo tráfico de drogas e mortes por assaltantes desconhecidos. Esta opção levantou suspeitas públicas na relação do crime organizado com o governo e com as Forças Armadas. O escândalo ainda levou outros políticos a renunciarem.

³⁵ Do original “Not only was he a charismatic leader with a working class background who could appeal to the masses, but he had also proved himself to be a very successful and popular mayor of the Istanbul metropolitan area in the years from 1994 to 1998”.

³⁶ Apesar da vitória incontestável do AKP, o cargo de primeiro-ministro deveria ser destinado à Erdoğan, porém ele não pôde assumir por causa do seu banimento de atuação em cargos políticos, levando assim, Abdullah Gül ao poder. A sua substituição por Gül se deu em março de 2003 através de uma emenda constitucional, que derrubou o seu banimento.

³⁷ Do original: “the 2002 elections represents a historical break in terms of providing to a socially Muslim party and opportunity to restructure the political landscape and expand the public sphere”.

possui identidade híbrida. Pode ser considerado então, um partido pluralista, já que ao mesmo tempo é turco, muçulmano e ocidental, e que define seu nacionalismo em vertentes étnico-religiosas centradas na sociedade, em vez da visão secularista etnolingüística – embora o partido se declare favorável ao secularismo (GUIMARAIS, 2007, p.48-49).

Yavuz (2003, p.261, tradução nossa)³⁸ ainda destaca que "a base normativa do AKP consiste na síntese turco-islâmica dentro dos novos discursos globais de direitos humanos e democracia". Para ele, o diferencial do AKP seria proporcionar a busca dos turcos por um novo contrato social que substitua a estrutura política autoritária e corrupta.

Apesar da adesão popular e empresarial, além da influência que o AKP exerce sobre a imprensa, a governança do AKP segue sofrendo pressões dos seculares. Em 31 de março de 2008, a corte constitucional concordou em analisar o caso de uma suposta violação à constituição secular da Turquia, causando enorme instabilidade no país. A origem dessa questão foi a aprovação da permissão na legislação do uso de véu islâmico nos *campi* acadêmicos, em fevereiro do mesmo ano (CAGAPTAY, 2008). Entendeu-se que esta questão, que já havia sido metaforizada no final dos anos 80 como o embate do secularismo versus o islamismo na política (ZÜRCHER, 2004, p.289), definiria as linhas gerais da nova constituição turca, que está sendo desenvolvida pelo partido desde agosto de 2007 (CAGAPTAY, 2008). Após longos debates, em 05 de junho de 2008, o Tribunal Constitucional da Turquia anulou a emenda que autorizava as mulheres a usar o véu islâmico nas universidades, por considerá-la contrária ao secularismo (FRANCE, 2008) e, alguns meses mais tarde, por apenas um voto o AKP não foi suspenso de qualquer atividade política por cinco anos (ALPAY, 2008).

Como este recuo do AKP afetou sua política externa, principalmente no que concerne à negociação de adesão à UE, e como esta política ecoa no âmbito sócio-cultural serão temas aprofundados nos próximos capítulos.

³⁸ Do original: "the normative base of the AKP consists of a Turkish-Islamic synthesis within new global discourses of human rights and democracy".

CAPÍTULO 2. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA TURQUIA

UNIÃO EUROPÉIA

Foi possível perceber no capítulo anterior que, desde sua formação, a Turquia buscou alinhamento com as potências ocidentais. O país foi um dos membros fundadores da Liga das Nações, formalizando sua incorporação em 1926; tornou-se membro da OTAN em 1952, do Conselho da Europa em 1949, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE em 1961 e da União da Europa Ocidental – UEO em 1992. O governo turco iniciou sua aproximação com a CEE, posteriormente renomeada para União Européia, em 1959 (veja a cronologia da relação Turquia-UE no Anexo B).

Nesta ocasião, o enfoque era aprofundar as relações comerciais, objetivo que é alcançado em 1963, quando o Acordo de Ancara, que previa a formatação de união aduaneira, é assinado. Entretanto, esta parceria comercial só teria funcionamento prático e estável a partir de 1995. Nesta ocasião, a Turquia não somente reafirmou os laços comerciais com a Europa, como conseguiu por um fim ao bloqueio da Grécia, até então grande opositor da política de abertura comercial turca para o oeste.

No que diz respeito à adesão turca ao bloco comunitário (entenda como funciona o processo de adesão de um novo Estado membro à UE no Anexo C), o Acordo de Ancara também previa uma possibilidade de adesão. Porém, ao fazer esta requisição para a CEE em 1987, os turcos tiveram pedido rejeitado pela Comissão em 1989 (entenda como funciona o fluxo de poder institucional na UE no Anexo D) sob a alegação de que a Turquia não cumpria os pré-requisitos necessários em relação à economia e aos direitos humanos.

Em 1997, o Conselho de Luxemburgo confirmou a elegibilidade da Turquia para a adesão à UE. No entanto, o professor Tarcísio Hardman Reis (2005) exalta que esta decisão foi baseada na localização geográfica do país, mas, por outro lado, se garantiu o retardamento do processo ao afirmar que o país não preenchia as condições para a adesão.

No ano de 1999, o Conselho Europeu de Helsinque garante a viabilidade da candidatura turca e que a admissão como membro da UE dependia apenas do enquadramento satisfatório turco ao “Critério de Copenhague”³⁹. Define-se em 2002 que os resultados seriam avaliados em uma reunião do Conselho no final de 2004.

³⁹ “Os chamados ‘Critérios de Copenhague’ foram estabelecidos em 1993, no decurso de uma Cimeira da UE realizada na capital dinamarquesa, com o intuito de serem clarificados os pré-requisitos necessários à selecção dos candidatos interessados numa eventual adesão à UE. [...] Estes podem ser enunciados da seguinte maneira: (I) estabilidade das instituições democráticas, primado do direito, protecção das minorias; (II) existência de uma economia de mercado [...] único europeu; (III) capacidade de observância das obrigações inerentes à adesão, incluindo união política, económica e monetária; (IV) criação dos mecanismos administrativos necessários para

Neste evento, o relatório da Comissão recomendou a abertura das negociações, os líderes da UE aceitaram e definiram o início para 03 de outubro de 2005. O Conselho Europeu reconheceu o “significativo progresso legislativo em diversas áreas” na Turquia, mas acrescentou que “isto necessitaria ser ainda mais consolidado e estendido”. Além disso, o relatório ainda ressaltou os avanços do país na estabilidade, previsibilidade e independência econômica, e a eficiência do judiciário. Preservando o respeito aos direitos humanos e o exercício das liberdades fundamentais, “a Turquia atingiu as mais relevantes convenções internacionais e européias” (EURACTIV).

O quadro negociativo é aberto em 29 de outubro de 2005. Sendo descrito pelo Comissário do Alargamento Olli Rehn como rigoroso, o dispositivo conta com as seguintes características (EURACTIV):

1. O objetivo fundamental e compartilhado das discussões é a adesão da Turquia. Entretanto, as negociações serão ilimitadas, o que significa que o resultado não pode ser garantido antecipadamente;
2. Com o fim das conversas, caso a Turquia falhe no cumprimento de suas obrigações no processo de adesão à UE, como especificado no Critério de Copenhague, os Estados membros da UE devem ainda assegurar que Ancara está “profundamente enraizada nas estruturas européias através dos mais fortes laços possíveis”;
3. As negociações de acesso serão conduzidas no quadro de uma Conferência Intergovernamental com a participação da Turquia e dos Estados membros da UE. As questões políticas serão repartidas em 35 capítulos (veja os status dos capítulos no Anexo E) – nunca houve tantos – e as decisões serão tomadas por unanimidade;
4. A UE pode considerar a inclusão de longos períodos de transição, derrogações, reformas específicas ou cláusulas permanentes de salvaguarda em suas propostas para cada estrutura negociativa;
5. Os membros devem comunicar a candidatos como a Turquia – Estados que a adesão pode trazer conseqüências financeiras substanciais – que as negociações podem ser concluídas apenas em 2014, data programada para o estabelecimento de uma nova estrutura financeira para a UE;
6. As negociações de acesso podem ser suspensas no caso de “brechas sérias e persistentes dos princípios democráticos, do respeito aos direitos humanos e aos direitos fundamentais, e do domínio da lei em que a União foi fundada”. A suspensão

deve ser requerida por uma iniciativa da Comissão ou de uma requisição de pelo menos um terço dos Estados membros. A decisão final deve ser feita pelo Conselho por qualificação da maioria, e o Parlamento Europeu deve ser informado em seguida;

7. Através de compromisso firmado em dezembro de 2004 pelo Conselho, antes de 03 de outubro de 2005, a Turquia deve assinar um protocolo que adapte o Tratado de Ancara de 1963 para incorporar os dez novos Estados membros da UE, incluindo governo cipriota grego. Para efeitos práticos, isto equivaleria a um reconhecimento implícito do governo turco, pela primeira vez, desde a divisão da ilha em 1974.

Desde a criação da UE nos anos 50 pelos seis países fundadores, o bloco passou por cinco alargamentos sucessivos, formando um bloco com vinte e sete países membros. Se os últimos alargamentos foram considerados demasiadamente ambiciosos para muitos especialistas na área, a entrada da Turquia representa algo mais complexo e controverso.

Alimentando esta complexidade, alguns fatores, de diversas ordens, muitas vezes se interligando, podem ser considerados entraves, dentre eles:

1. A População da Turquia: caso a adesão da Turquia se viabilize a partir de 2015, sua população seria a maior população européia, ultrapassando a alemã (veja o quadro abaixo). Segundo Fernandes (2005, p.141), esta estimativa certamente trará fortes conseqüências sobre a economia e o bem-estar nos países da UE. Fica a questão a ser desdobrada no capítulo seguinte, de como seria a integração deste Estado de matriz-sociológica islâmica em uma Europa cada vez mais orientada à extrema-direita, que até hoje, o máximo “contingente” populacional já recebido nos alargamentos foi oriundo da Polônia, com cerca de 40 milhões de pessoas. Institucionalmente, o Conselho, e em menor grau, a Comissão da UE, contam com o parâmetro da população do Estado membro como principal fator que determina a representação deste. A adesão da Turquia poderia significar uma demanda de um delicado processo de reestruturação na representação institucional da UE;

Tabela 3: Projeção demográfica comparativa da UE e da Turquia para 2015

Estado membro	População em 2002 (em milhões de habitantes)	População em 2015 (em milhões de habitantes)
Alemanha	82 652	81 825
Áustria	8 292	8 514
Bélgica	10 398	10 613
Bulgária	7 745	7 180
Chipre	836	929
República Checa	10 192	10 129
Dinamarca	5 417	5 510
Eslováquia	5 387	5 392
Eslovênia	1 999	1 992
Espanha	43 397	46 000
Estônia	1 344	1 300
Finlândia	5 246	5 384
França	60 991	63 746
Grécia	11 100	11 273
Hungria	10 086	9 783
Irlanda	4 143	4 805
Itália	58 646	59 001
Letônia	2 302	2 189
Lituânia	3 425	3 263
Luxemburgo	457	510
Malta	403	420
Países Baixos	16 328	16 625
Polónia	38 196	37 580
Portugal	10 528	10 805
Reino Unido	60 245	62 787
Romênia	21 628	20 598
Suécia	9 038	9 440
Turquia	72 970	82 111

Fonte: United Nations Population Division – World Population Prospects: The 2006 Revision Population Database. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpp>>. Acesso em: 09 out. 2008.

2. Ajuda e estrutura econômica: apesar de pouco difundida para a opinião pública europeia, é de suma importância considerar o esforço que a UE teria de ceder para ajudar economicamente à Turquia – pela via dos fundos estruturais –, de modo a garantir um tratamento similar ao que beneficiou outros países anteriormente, como Irlanda em 1973, Grécia em 1981, além de Portugal e Espanha em 1986. Todos estes países tinham o PIB *per capita* bastante inferior à média europeia (FERNANDES, 2005, p.144). Segundo Maurice Catin e Garip Turunç (2001 apud FERNANDES, 2005, P.145), considerando a mesma lógica de atribuição do volume de fundos aos países supracitados, a Turquia representaria um aumento de despesas do orçamento da UE em um valor na ordem de 20%. Trata-se de um esforço financeiro significativo

para a UE que já possui a incumbência de beneficiar os novos membros da Europa Central e Oriental e vive em um contexto de crise econômica mundial;

3. Democracia limitada: é difícil falar de plena democracia na Turquia enquanto a população civil não tiver controle dos militares. Enquanto houver manobras como a de 1997, com o golpe “pós-moderno”, esta legitimidade segue questionada. Em virtude deste aspecto, a sustentação do AKP no poder após o julgamento do Tribunal Constitucional neste ano, mesmo que por apenas um voto, pode ser considerado uma boa tendência às pretensões turcas. Porém, a UE espera que a constituição turca seja adequada para evitar proibições inconsistentes de partidos políticos;
4. Direitos Humanos e Liberdade de Expressão: na área dos Direitos Humanos é possível observar um grande avanço da Turquia. A liberdade de expressão, após longos meses de pressões acerca do Artigo 301º do Código Penal, que punia quem “insultava a identidade nacional”, teve um progresso com a sua modificação aprovada pelo Parlamento turco em 30 de abril deste ano – idealmente, a UE esperava sua anulação. Entretanto, qualquer manifestação contrária a estes aspectos retiram estas questões de *stand by* e entram em tona com forte teor argumentativo, assim foi exaltado sobre o uso excessivo da força da polícia contra os participantes das manifestações de 1º de maio deste ano em Istambul. Outros pontos polêmicos, conferidos inclusive em pronunciamento público pelo italiano ex-vice-presidente da Comissão Europeia Franco Frattini – hoje Ministro do Exterior do governo de Berlusconi – (TURKISH, 2008), são as muitas deficiências em termos de direitos da mulher e padrões carcerários;
5. A Questão Armênia: a posição diplomática oficial da República da Turquia é a negação da qualificação de “genocídio armênio” aos eventos durante a I Guerra Mundial e no imediato pós-guerra, quando quase o total da população armênia existente no Império Otomano tenha supostamente desaparecido. Diversos especialistas divergem em suas análises acerca desta questão, entretanto cabe a este trabalho exaltar qual impacto que isso tem na negociação de adesão da Turquia à UE. Neste sentido este não-reconhecimento não seria considerado uma barreira de fato, mas devidamente manobrado por países que se opõem a adesão turca, ou optam pelo adiamento das negociações, fator este que contribui para a instauração de uma imagem negativa para a República da Turquia. O governo francês, que por diversas vezes se colocou contra a adesão turca, lançou em 2006, o “Ano da Armênia na França”. Provocações à parte, a França recebeu em 1915 dezenas de milhares de armênios,

cedendo refúgio seguro para eles; foi o primeiro país a reconhecer o genocídio armênio em 2001; e, desde 2006, condena a negação do genocídio armênio, conflitando com a Turquia em diversas oportunidades;

6. A Questão Curda: após 11 de setembro de 2001, a UE incluiu o PKK na lista de organizações terroristas. Apesar dos conflitos entre o PKK e a Turquia terem se adensado a partir de 2007, a UE espera uma resolução política. Algo muito complexo para um grupo paramilitar com 30 anos de existência. De toda forma, o bloco europeu conta que o governo turco empreenda uma solução duradora para esta questão, que possa proporcionar melhorias palpáveis das oportunidades de ordem econômica, cultural e social aos cidadãos de origem curda, incluindo possibilidades concretas de aprendizado da língua curda no sistema de ensino público e privado e de a utilizarem nas mídias de massa, na vida pública e no acesso aos serviços públicos. Além disso, recomenda aos partidos políticos de origem curda que se distanciem de forma evidente do PKK e auxiliem o Estado turco na resolução desta complexa questão;
7. Conflitos com a Grécia: a relação da Turquia com a Grécia nesta última década atingiu ótimo clima político, alimentando perspectivas da UE de melhorias nesta relação bilateral e de resolução pacífica em questões conflituosas, como a do Chipre;
8. A Questão Cipriota: o plano de reunificação de Chipre do ex-secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que contou com um referendo para a criação de uma confederação de tipo helvético, não levou as partes envolvidas ao acordo, apesar do suporte turco ao plano, que foi correspondido pela comunidade cipriota turca, 75,83% dos cipriotas gregos rejeitaram o plano (FERNANDES, 2005, p.159). Hüner Tuncer (2002, p.14 apud FERNANDES, 2005, p.160) destaca que o governo turco considera que o momento chave para a resolução deste conflito foi perdido na Conferência de Helsinque, em 1999, quando a UE considerou que para a adesão do Chipre ao bloco não seria necessária a resolução do conflito. De toda forma, as relações da Turquia com o “Chipre Grego” constituem um dos grandes entraves para a fluidez da negociação com a UE, tanto que oito capítulos foram suspensos por causa da recusa turca de abrir portos e aeroportos para os greco-cipriotas. Além disso, a França ainda bloqueou outros cinco capítulos, incluindo um que já estava suspenso (TODAY’S, 2008);
9. Disposição Territorial: este aspecto alimenta o debate entre os europeus com base no questionamento sobre até que ponto valeria à pena ter sua fronteira dividida com o

Iraque e a Síria. Para o cientista político alemão Claus Leggewie (2005, p.3) trata-se de uma questão de segurança política, não apenas limitada à Turquia;

10. Tendências de Extrema Direita na UE, Anti-muçulmanismo e Islamofobia: muitos autores ignoram estes fatores, talvez por serem mais abstratos e desprendidos do plano político-diplomático. Cabe a este trabalho analisar se a relação de identidades entre UE e Turquia se configura em novas barreiras ou se permitem que algumas suposições sejam quebradas e que haja uma nova formatação para um bloco europeu – mais – secular. Estes aspectos serão aprofundados especificamente no capítulo seguinte.

Enquanto a Turquia despende grandes esforços, tratando a questão da adesão à UE como uma das prioridades do governo e rejeitando qualquer outra proposta de parceria privilegiada, a UE parece perdida em um debate daqueles que querem uma Europa profunda com os que querem uma Europa ampla, ou daqueles que querem investir mais nas relações com os membros já existentes com os que querem uma ampla e desprendida união, baseada no livre comércio. Esta negociação permitirá a UE definir o seu enfoque para o futuro e a repensar sua identidade política.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Até a década de 80, as relações diplomáticas entre Turquia e EUA estiveram muito ligadas ao cenário internacional bipolar e às estratégias de segurança internacional com a OTAN. A República da Turquia se tornou um importante aliado dos EUA neste contexto, apesar do seu desapontamento com a questão da ilha de Chipre.

Com o golpe militar de 80, a política externa turca se afastou um pouco da UE, que exercia uma série de pressões acerca, principalmente, dos direitos humanos no país. Privilegiou-se assim, as relações com os EUA. Neste sentido, a Turquia foi importante no combate à invasão soviética no Afeganistão, na Revolução Iraniana e na Guerra Irã-Iraque (ISYAR, 2005, p.30).

O governo de Özal garantiu novas perspectivas nesta relação, abrindo frentes de cooperação econômica em 1985, ao mesmo tempo em que os estadunidenses modernizavam as Forças Armadas da Turquia. Foi uma década cautelosa por parte dos EUA, pois o problema dos curdos foi tratado com muito cuidado e a tese de genocídio armênio afastada das discussões públicas.

Com o colapso da União Soviética, a relação EUA-Turquia foi revista. Além da OTAN – com o envolvimento turco na Força da OTAN-Kosovo – KFOR –, o país passou a participar ativamente das coalizões empreitadas pelos EUA. Assim ocorreu na Guerra do

Golfo, quando Ancara abriu suas bases militares para as forças da coalizão lideradas pelos EUA (ISYAR, 2005, p.37).

O 11 de setembro deu oportunidade ao alinhamento do discurso de duas vítimas de terrorismo. Ancara logo se incluiu na política antiterrorista estadunidense e despendeu grandes esforços na Guerra do Afeganistão, enviando contingente militar à Central de Comando dos EUA – CENTCOM e participando do comando da Força de Assistência à Segurança Internacional – ISAF por mais de seis meses (ISYAR, 2005, p.37).

Já a Guerra do Iraque, iniciada em 2003, foi um ponto muito delicado para esta relação bilateral. Receando um deslocamento da população curda do Iraque para o norte e o conseqüente fortalecimento do PKK, a Grande Assembléia Nacional da Turquia se recusou a abrir suas bases na região sudeste do país para os EUA. Além de uma represália econômica, houve diversos discursos políticos estadunidenses condenando tal decisão, o que irritou e gerou indignações por parte da opinião pública turca. Para Omer Goksel Isyar (2005, p.38), neste momento, a Turquia deixou de seguir a política externa dos EUA no pós-Guerra Fria.

Quando soldados americanos insultaram oficiais turcos no norte do Iraque em 04 de julho de 2003, e estes foram deportados encapuzados, deteriorou-se ainda mais a relação entre os países. Este evento gerou grande mobilização nacional e posteriormente foi retratado em um filme de grande sucesso popular na Turquia, chamado Vale dos Lobos (VALE, 2006), que além de abordar a questão da humilhação sofrida pelos militares turcos, faz uma denúncia a uma suposta rede de tráfico de órgãos alimentada pela própria coalizão liderada pelos EUA, e cria um estereótipo do soldado americano como uma pessoa bruta e irracional.

Cena do filme Vale dos Lobos



Foto: It's a new World. Disponível em: <<http://baghdadtreasure.blogspot.com/2006/08/valley-of-wolves-iraq.html>>. Acesso em: 10 out. 2008. Filme: (VALE, 2006).

Nota: Na cena, militares turcos são encapuzados por soldados estadunidenses.

Em 10 de outubro de 2007, o Congresso americano deixou o presidente Bush em uma situação complicada ao aprovar uma resolução que reconhece o genocídio armênio, agravando ainda mais a diplomacia entre os dois países. Apesar da forte oposição declarada pelo presidente, o resultado foi de 27 a 21 votos⁴⁰.

Outro problema desta relação é oriundo da questão dos curdos. Diferentemente da postura turca no Afeganistão, os EUA nunca trataram o PKK como uma organização terrorista que deve ser combatida prioritariamente. De fato, essa questão nunca foi administrada como um problema direto dos estadunidenses ou como um problema global – nota-se, aqui, o mesmo apelo da luta contra o terror a nível mundial, usado em outras empreitadas do país. Apesar da insistência turca em contar com os EUA como um aliado nesta questão, não há envolvimento direto nos conflitos.

⁴⁰ Para mais informações sobre este evento consulte: <http://www.voanews.com/english/archive/2007-10/2007-10-10-voa50.cfm?CFID=50149070&CFTOKEN=12793737>

Este posicionamento pode ser entendido pelas recentes descobertas de campos petrolíferos na região curda do norte do Iraque. Conforme destaca Mariano Marzo:

Em 2006, a descoberta de um novo campo petrolífero em Tawke, pela companhia norueguesa DNO, seguida por novos achados em Taq Taq, uma região vizinha, dessa vez a cargo de um consórcio entre empresas petrolíferas canadenses e turcas liderado pela Addax Petroleum e pela Genel Enerji, representaram um excelente auspício, e o possível começo de uma nova era para a indústria do petróleo na região. (MARZO).

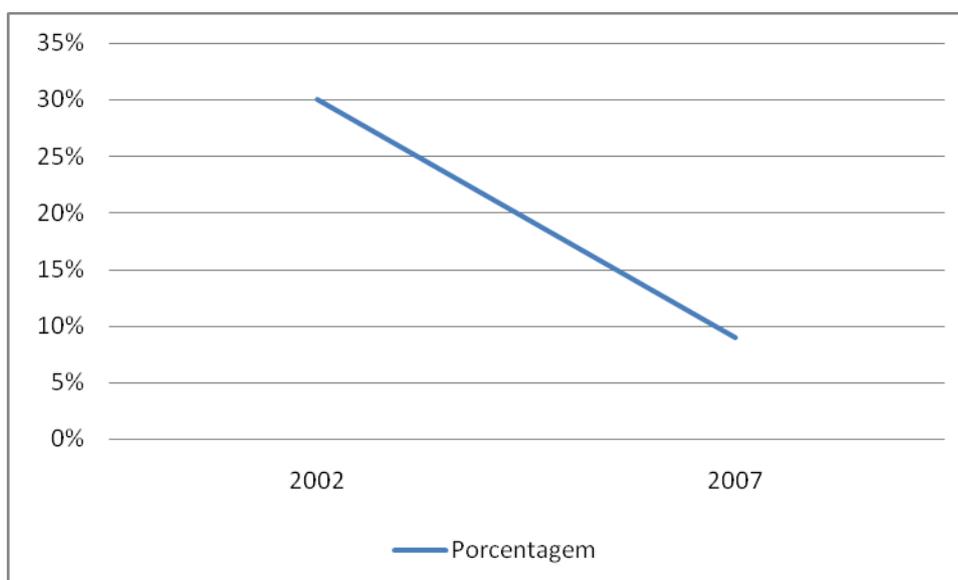
Neste sentido, é possível compreender a importância da estabilidade no norte do Iraque para as grandes empresas petrolíferas. A americana Shell, por exemplo,

já mantém há algum tempo estreitos vínculos com o ministro do Petróleo da região curda, Ashti Hawrami, o qual anteriormente dirigia uma empresa do setor encarregada pela gigante do petróleo, em 2005, de conduzir um estudo sobre o potencial dos combustíveis fósseis na região norte do Iraque. (MARZO).

Ainda em 2007, o governo regional do Curdistão assinou quatro novos contratos de prospecção, sendo que um deles é um consórcio dos EUA formado pela Hunt Oil e pela Impulse Energy (MARZO).

Esta sucessão de fatos culmina em um dos momentos mais delicados na relação Turquia-EUA, haja vista os índices de antiamericanismo entre a população turca, atingindo números nunca antes vistos.

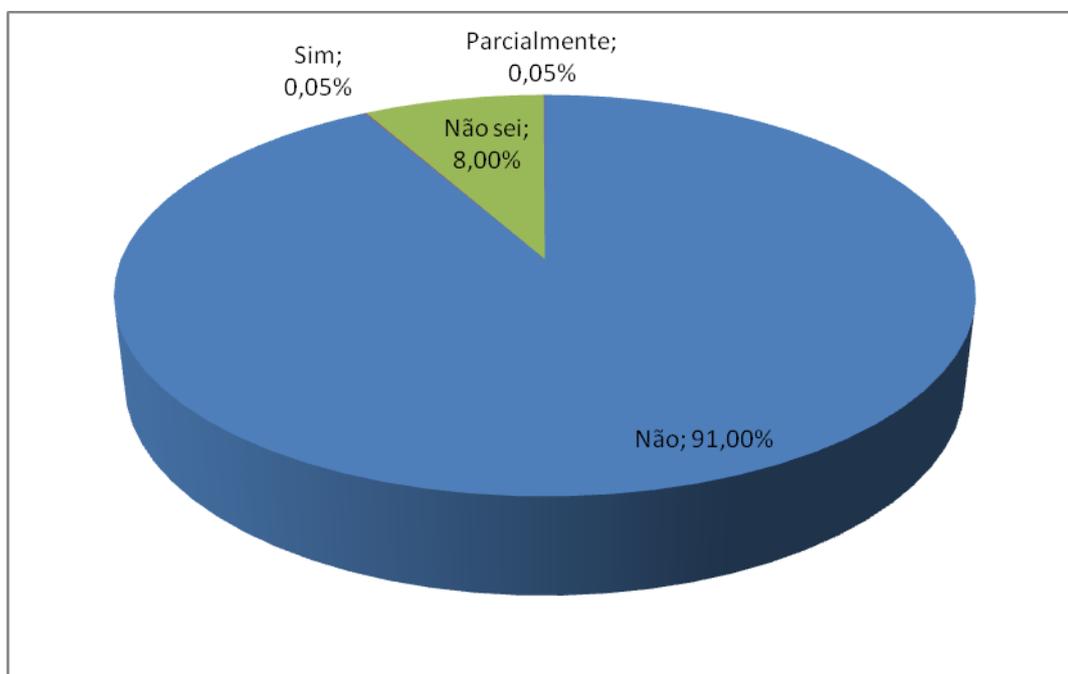
Porcentagem da população turca com uma visão favorável aos EUA entre 2002 e 2007



Fonte: Adaptado de Eurobarometer public opinion survey apud The Washington Institute for Near East Policy. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1142>>. Acesso em: 13 out. 2008.

Um dos fatores desta queda da visão favorável dos EUA entre população turca de 21% em cinco anos pode ser relacionado ao governo Bush (2001-2008), conforme nota este outro gráfico:

Turcos que aprovam as políticas globais de George W. Bush (2005)



Fonte: ISRO (USAK), Turkey-USA Relations Survey Results. Disponível em: <http://www.turkishweekly.net/us-tr_eng.pdf>. Acesso em: 13 out. 2008.

Independente disso, os EUA é um dos Estados mais fortes a apoiar a adesão da Turquia à UE, conforme pronunciado pelo presidente George W. Bush na reunião EUA-UE em 10 de junho de 2008, na Eslovênia: “Nós acreditamos friamente que a Turquia deva se tornar um membro da UE, e nós apreciamos os avanços democráticos, das reformas de livre mercado e das adequações para realizar as aspirações com a UE” (SIMSEK, 2008)⁴¹.

ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio é lembrado na década de 80 pela Revolução Iraniana e a Guerra Irã-Iraque. Enquanto os EUA mantinham embargo ao Irã, a Turquia aproveitou o momento e tornou o Irã um grande mercado exportador. Já o Iraque teve papel importante no fornecimento de petróleo através da construção de oleodutos.

⁴¹ Do original: “We strongly believe Turkey should be a member of the EU, and we appreciate Turkey's record of democratic and free market reforms and working to realise its EU aspirations”.

Entretanto, no final desta década, enquanto as relações com o Irã, que seria um Estado antagônico às políticas turcas⁴², melhoraram, as relações com Síria e Iraque se deterioraram. Uma das razões para isso foram os conflitos advindos da questão do uso dos rios Tigre e Eufrates⁴³. A construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo pela Turquia, o Projeto do Sudeste da Anatólia – GAP (do original: *Güneydoğu Anadolu Projesi*) possibilitou o controle turco do fluxo das águas dos rios supracitados. Para sírios e iraquianos, o projeto tem reduzido substancialmente o fluxo dos rios, sendo considerada uma forte ameaça à estabilidade regional. Para Zürcher (2004, p.326), a forma de a Síria pressionar a Turquia neste período foi dar suporte ao PKK, permitindo que o grupo operasse em seu território.

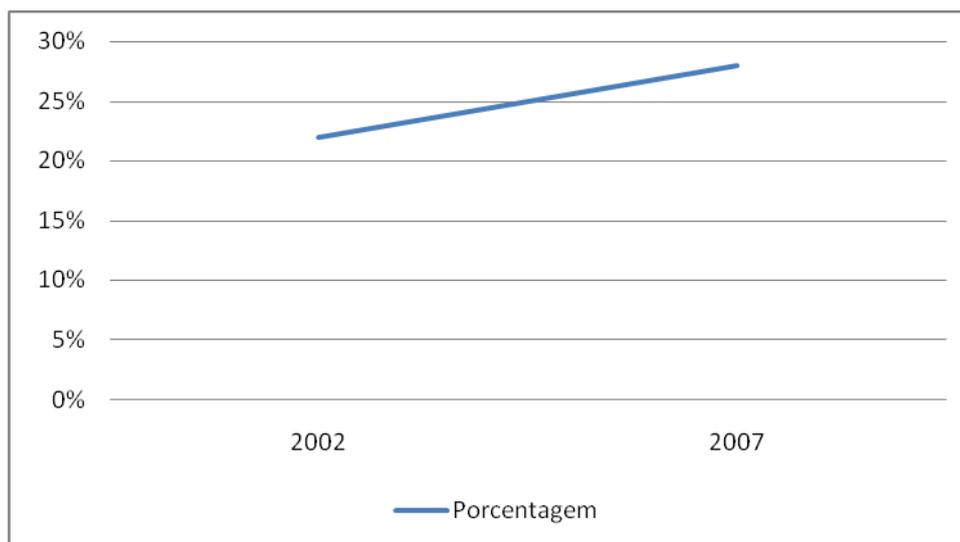
Ao se iniciar a década de 90, a Turquia ainda permanecia relativamente isolada do Oriente Médio. Um fator para a manutenção dessa relação fria com o mundo árabe foi a forte convergência da política externa com Israel, que envolve interesses políticos, econômicos e estratégico-militares. Zürcher (2004, p.332) define esta política externa como “simbólica”, pois representa o alinhamento da Turquia ao ocidente. Para essa compreensão, vale ressaltar que nesta época os EUA mantinham embargo ao Irã e a Líbia e que a Turquia foi o primeiro Estado do Oriente Médio a reconhecer diplomaticamente o Estado judaico em 1949, logo após a criação do Estado de Israel.

Essa disputa ideológica regional se dá através do Irã e da Turquia alinhada com Israel, e cria um dilema para os turcos que por um lado se sentem atraídos economicamente pelos dois países, porém, politicamente, divergem antagonicamente do Irã e buscam manter as relações saudáveis com Israel, que por sua vez, observa cautelosamente a governança do AKP. Esta preocupação israelense pode ser justificada pelo crescimento das opiniões públicas favoráveis às políticas iranianas desde que o AKP assumiu o poder, conforme comprova o gráfico abaixo:

⁴² “A rivalidade ideológica entre os dois Estados muçulmanos criou uma profunda divergência em seus interesses políticos no decorrer da história. Enquanto a Turquia é uma democracia secular, o Irã é uma teocracia islamista; cada um representa um modelo alternativo para os Estados reformistas no Oriente Médio”. (MARTIN apud GUIMARAIS, 2008, p.85).

⁴³ Para se ter noção da importância destes rios em poucas palavras vale duas citações: “Os recursos hídricos dos rios Tigres e Eufrates compreendem 28,5% de todo o potencial de água corrente da Turquia”. (OLCAY apud GUIMARAIS, 2005, p.80); “Sem água proveniente do Eufrates, a Síria não poderá sobreviver”. (OLCAY apud GUIMARAIS, 2005, p.79).

Porcentagem da população turca com uma visão favorável ao Irã entre 2002 e 2007



Fonte: Adaptado de Pew Global Attitudes Project apud The Washington Institute for Near East Policy. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1142>>. Acesso em: 13 out. 2008.

BÁLCÃS, ÁSIA CENTRAL E CÁUCASO

Copeaux (1997, p.278 apud FERNANDES, 2005, p.150) destaca que a região dos Bálcãs “ocupa um lugar particular no afeto turco”. A origem deste argumento se dá, principalmente, pela presença e manutenção das populações islamizadas pelos otomanos, sobretudo na Albânia e na Bósnia e Herzegovina, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4: As populações muçulmanas nos Estados balcânicos em 2008

Estado	População total	Muçulmanos	Muçulmanos em relação ao total da população (porcentagem)
Albânia	3619778	2533845	70,00
Bósnia e Herzegovina	4590310	1836124	40,00
Bulgária	7262675	886046	12,20
Croácia	4491543	58390	1,30
Eslovênia	2007711	48185	2,40
Grécia	10722816	139397	1,30
Macedônia	2061315	686418	33,30
Montenegro	678177	120037	17,70
Sérvia	10159046	325089	3,20
Total	45593371	6633531	14,55

Fonte: Central Intelligence Agency, The World Factbook (2008). Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 13 out. 2008.

Nota: Romênia e Hungria não foram levados em consideração.

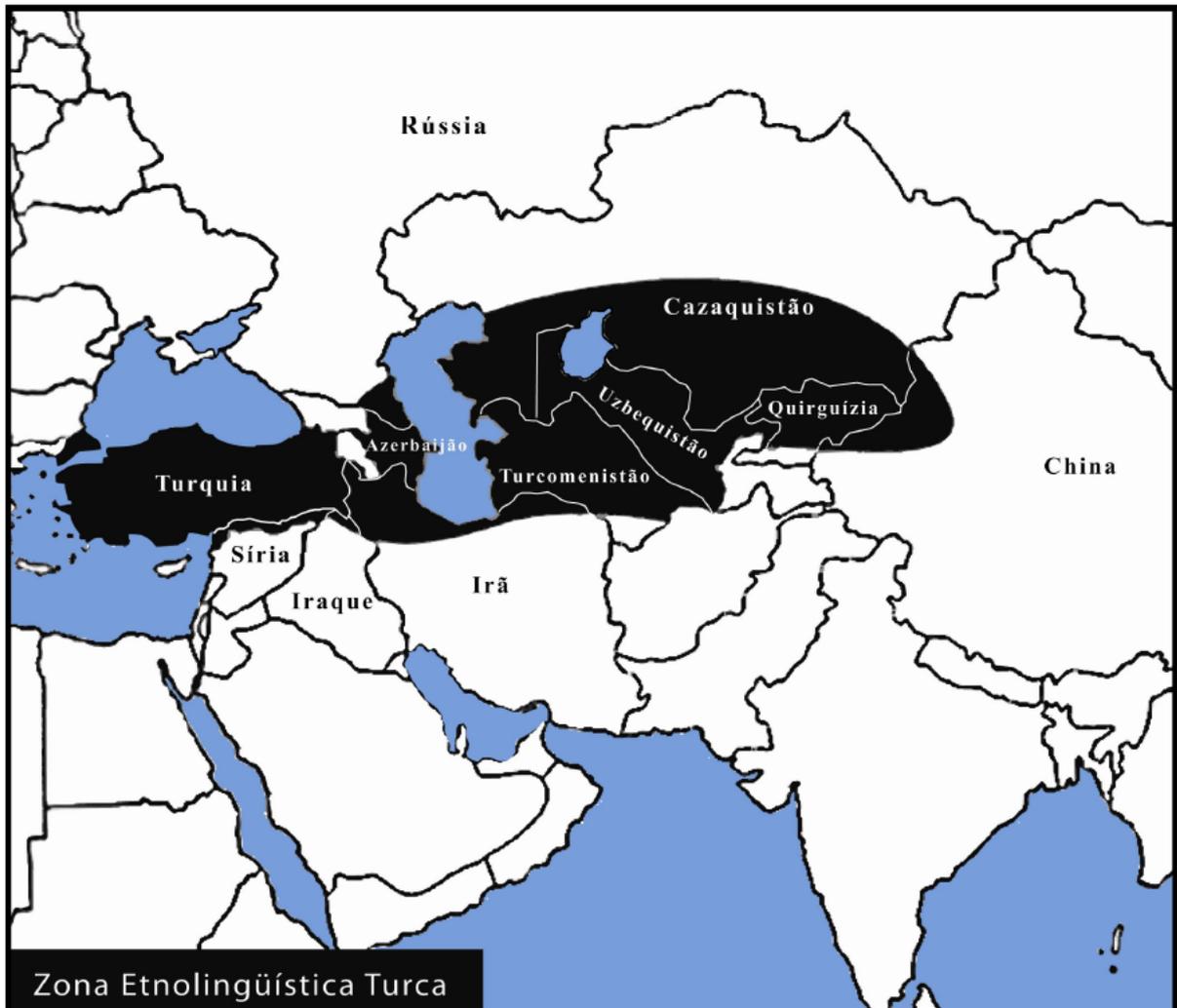
Apesar dos laços culturais, históricos e religiosos nessa região, a Turquia ainda não demonstrou interesse de estabelecer uma ação militar unilateral, nem utilizou o Islã como ferramenta de influência nos Bálcãs. Em vez disso, a Turquia tem investido numa política aliada à OTAN (LESSER; LARRABEE, 2003, p.96 apud GUIMARAIS, 2007, p.106), envolvendo-se em missões de paz e contribuindo para inserção dos Estados balcânicos nas estruturas da Europa ocidental.

A conexão caucasiana também tem suas raízes em épocas passadas, mais especificamente com a impulsão da idéia de panturquismo, lançada na década de 20 sob principal influência da morte de Ísmail Enver⁴⁴, em 1922. Para Fernandes (2005, p.162), o panturquismo, em termos culturais/identitários, remete ao esforço de criação de um sentimento de identidade e de pertencimento a uma comunidade cultural, entre os diferentes povos turcos dos Bálcãs até a China. No entanto, com a fundação e o fortalecimento da URSS, o entusiasmo acerca desta idéia foi deixado de lado, retomando apenas após a desintegração do bloco, em 1991. Esta vasta região desmembrada da ex-URSS foi reorganizada através dos seguintes Estados: Cazaquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Tadjiquistão, Quirguistão e Turcomenistão.

Este apelo turco não quer dizer que esta seja uma região homogênea, muito pelo contrário, trata-se de uma região extremamente heterogênea nos aspectos religiosos e étnicos. Esta questão levanta na sociedade turca um amplo debate sobre aquilo que é o turquismo (do inglês: *turkishness*), ou seja, qual o significado de ser turco, quais os seus traços fundamentais e quais as “fronteiras” do “mundo turco”.

⁴⁴ “O Principal protagonista histórico do panturquismo foi indiscutivelmente Enver – provavelmente o mais emblemático dos ‘jovens turcos’, um dos ‘heróis da liberdade’ na revolução de 1908 que restaurou a Constituição de 1876, líder do braço militar do CUP e, após o golpe de 1913, principal (re)organizador, com apoio germânico, dos exércitos otomanos durante a Primeira Guerra Mundial – o qual, na turbulência político-militar subsequente à derrota otomana e à ocupação da Anatólia pelas potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial, procurou organizar um espaço pan-turco no Cáucaso e na Ásia Central, morrendo em confronto com o ‘exército vermelho’ a 4 de Agosto de 1922, algures a Leste de Bukhara, no atual Uzbequistão (tendo seu corpo sido trasladado para Istambul, em 1997, com honras de herói nacional...). (FERNANDES, 2005, p.161).

Mapa da zona etnolingüística turca



Fonte: Zbigniew Brzezinski. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic imperatives*. p.137.

O historiador François Georgeon aborda os resultados do interesse turco na restauração do panturquismo na década de 90:

Todavia, o “sonho panturquista” do início da década de 90 acabou por se diluir, gradualmente, por razões que têm a ver, quer com os interesses político-econômicos específicos das ex-repúblicas soviéticas, quer com a lógica de funcionamento própria da sociedade turca, onde o interesse dos turcos da Turquia pelos seus “irmãos” da Ásia Central, por mais real que seja, não está necessariamente na primeira linha das suas preocupações. (GEORGEON, 1994, p.207 apud FERNANDES, 2005, p.163-164).

Nesse sentido, cabe notar que a riqueza de recursos naturais desta região atraiu as grandes potências que, indiretamente, impediram a disseminação da idéia do panturquismo no aspecto político-econômico. Porém, no âmbito cultural/identitário, Fernandes (2005, p.164) alega que existe uma progressiva difusão dos intercâmbios culturais e de bolsas de estudo na Turquia, configurando forte tendência para uniformização dos alfabetos através da adoção de

caracteres latinos, além da difusão de canais de televisão por satélite em língua turca. A questão que fica é se a re-descoberta deste componente identitário não provocará uma fragmentação ainda maior da cultura-nacional turca.

Afora o advento do panturquismo, destaca-se o prisma econômico da política externa turca com as regiões supracitadas, que logrou êxito com a iniciativa de formação da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro – BSEC, em 1992, envolvendo além da Turquia, Albânia, Armênia, Azerbaijão, Bulgária, Geórgia, Grécia, Moldávia, Romênia, Rússia, Ucrânia e posteriormente a Sérvia. Esta organização promoveu o comércio desta região de forma significativa.

Dentro deste grupo, destaca-se a Rússia, um dos principais parceiros comerciais da Turquia. Entretanto, o internacionalista Oktay Tanrisever mostra algumas limitações nesta relação:

Embora Ancara e Moscou tenham expandido e aprofundado suas relações, há duas limitações estruturais em seu desenvolvimento futuro. Primeiro, as relações entre a Turquia e a Rússia com as potências ocidentais têm sido baseadas em orientações conflitantes. Enquanto Ancara busca fazer parte da União Européia com o auxílio dos Estados Unidos, Moscou procura contrabalançar os Estados Unidos ao melhorar suas relações com a UE. Segundo, as motivações tanto da Turquia como da Rússia são pragmáticas. Visto que o objetivo estratégico dos dois é melhorar suas relações com as potências ocidentais, tanto a Turquia como a Rússia poderiam optar por melhorar suas relações com as potências ocidentais às custas do outro, caso isso seja considerado de seu próprio interesse. (TANRISEVER, 2004, p.152 apud GUIMARAIS, 2007, p.144).

Enquanto a agenda da política externa turca continua determinada na adesão à UE, o país surge como uma liderança regional nos Bálcãs e na região do Mar Negro, ao mesmo tempo em que a Ásia Central se prova como outra matéria cada vez mais importante, exigindo mais atenção do país.

CAPÍTULO 3. A QUESTÃO IDENTITÁRIA

CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE

No segundo capítulo foram destacados dez entraves para a adesão da Turquia à UE. O último deles, “Tendências de extrema direita na UE, anti-muçulmanismo e islamofobia”, será enfocado a partir deste capítulo final com o objetivo de analisar se a relação entre as identidades turca e europeia se configura em novas barreiras ou se permitem que algumas suposições sejam quebradas e que haja uma nova formatação prática para um bloco europeu secular. Porém, antes deste desdobramento, cabe explicitar o significado de identidade para este trabalho.

Para este fim, esta definição partirá da teoria de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (2008). De acordo com Anderson (2008, p.32), a nação é “uma comunidade imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Soberana pelo fato de que as nações objetivam ser livres, e o maior símbolo dessa liberdade é o Estado soberano, que a representa frente à pluralidade das nações. É imaginada como comunidade porque nela todos são iguais e estão envoltos por uma fraternidade que os une (FREITAS-HUPSEL, 2007, p.10-13) e, foi essa relação que “tornou possível, nestes últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas” (ANDERSON, 2008, p.34).

Anderson (2008, p.33) argumenta que “as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”. Nesse sentido, as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. Stuart Hall ainda acrescenta a existência da

narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. (HALL, 2002, p.52, grifo do autor)

O estabelecimento desses símbolos determinados com base em escolhas arbitrárias – mas não aleatórias – dá legitimidade à idéia da “imaginação” nacional, fortalecendo a existência de um caráter criativo das “comunidades imaginadas”, sendo que essa criação baseia-se em elementos reais. Essa legitimação da nação baseada na idéia de reatualizações e reelaborações constantes aproxima a teoria de “comunidades imaginadas” de Anderson à de “tradições inventadas” de Hobsbawm e Ranger (2002):

“tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. [...] Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de

práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p.9).

Com base nesta teoria, Hobsbawm afirma que “muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram necessária a *invenção de uma continuidade histórica*” (HOBSBAWM; RANGER, 2002, p.15, grifo nosso), o que garante a legitimidade da nação e do grupo nacional, enquanto unidade cultural pretensamente homogênea. Torna-se, então, fundamental no processo de formação das “comunidades imaginadas” a imaginação, a criação e a divulgação de idéias e ideais nacionalistas, por garantirem longevidade à identificação de todos com a nação.

Através desses símbolos, rituais e idéias oriundas das tradições, a coletividade se sente arbitrariamente identificada. A partilha desses valores e símbolos faz sentido para essas pessoas, configurando a especificidade da identidade de uma nação frente a outras nações e grupos nacionais.

Essa combinação de teorias não está isenta de críticas e problematizações. No próprio decorrer deste capítulo serão constatadas algumas apreciações neste sentido, principalmente acerca do questionamento da unidade das identidades nacionais. Ernest Renan (1990, p.19 apud HALL, 2002, p.58), por exemplo, aponta três princípios para o espírito de unidade da nação: “a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu”. Ernest Gellner nota claramente a importância do impulso por unificação nas culturas nacionais:

[...] a cultura é agora o meio partilhado necessário, o sangue vital, ou talvez, antes, a atmosfera partilhada mínima, apenas no interior da qual os membros de uma sociedade podem respirar, sobreviver e produzir. Para uma dada sociedade, [...] ela tem que ser, assim, a *mesma* cultura. (GELLNER, 1983, p.37-38, tradução nossa, grifo do autor)⁴⁵.

Sendo assim, a cultura nacional faria o papel de unificar diferentes etnias, gêneros, classes e religiões em uma única identidade. Contudo, este propósito e o caráter da identidade serão sempre questionados tendo em vista alguns pontos complexos. Assim nota Stuart Hall:

A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. [...] Cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, línguas e tradições, e tentou impor uma hegemonia cultural mais unificada. [...] Em segundo lugar, as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero. [...] Em terceiro lugar, as nações ocidentais modernas

⁴⁵ Do original: “culture is now the necessary shared medium, the life-blood or perhaps rather the minimal shared atmosphere, within which alone the members of the society can breathe and survive and produce. For a given society [...] it must be the *same* culture”.

foram também os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre a cultura dos colonizados. (HALL, 2002, p.52).

Para este trabalho, cabe pensar as culturas nacionais, não como unificadas, mas constituindo um dispositivo que represente a diferença como unidade ou identidade, sendo atravessadas por divisões e diferenças internas. Dessa forma, estas contribuem para ligar as disparidades em uma única identidade.

A IDENTIDADE TURCA

Como já visto no primeiro capítulo deste trabalho, as reformas revolucionárias instauradas na formação da República da Turquia possuíam caráter secular e ocidentalizador, além de contarem com o ideal do kemalismo, uma espécie de protótipo genérico de uma ideologia modernizadora e construtora da nação. Yavuz diz que

as reformas seculares turcas não apenas dividiu Estado e sociedade, mas definiu o Estado republicano contra a sociedade tradicional. Antes que a ligação entre ‘nação’ e ‘Estado’ pôde ser estabelecida, a elite republicana tinha que dissolver a ligação com o passado otomano. (YAVUZ, 2003, p.7, tradução nossa)⁴⁶.

Esse rompimento promoveu uma verdadeira desestabilização social do Islã na fundação da República, que se tornou coesa novamente apenas com a eleição de Erbakan para primeiro-ministro em 1996, por sua representação pessoal baseada na orientação islâmica. Havia um novo paradigma nas relações sócio-estatais que logo entrou em conflito com as reformas seculares de Atatürk e de seus seguidores, daí a origem do Golpe “pós-moderno” em 1997. Entretanto, antes de avançar aos desdobramentos de tal evento, cabe analisar a transição sócio-cultural que levou Erbakan ao poder e como os movimentos islâmicos tiveram sua ascensão.

Para isso, retorna-se mais uma vez à “Era reformista” (1920-1950), quando a população era pouco integrada em termos do *ethos* social e do ponto de vista ideológico. Enquanto o kemalismo era difundido nas grandes cidades, as vastas áreas rurais da Anatólia continuavam seguindo o Islã. Apenas entre 1950 e 1970, há uma desconcentração religiosa dessas áreas devido aos fortes movimentos migratórios. Yavuz (2003, p.82) aponta que 18% da população campestre se mudou neste período com destino praticamente certo: as grandes cidades. Em 1980, 60% da população de Istambul e 40% de Ancara eram provenientes de outras regiões do país.

⁴⁶ Do original: “The Turkish secular reforms not only hyphenated state and society but defined the Republican state against traditional society. Before the link between ‘nation’ and ‘state’ could be established, the Republican elite had to dissolve the link with Ottoman past”.

Segundo Yavuz (2003, p.83-84), estes imigrantes não eram integrados economicamente e por isso formavam um setor informal às margens da economia. Em termos de habitação, os menos favorecidos construíram espécies de favelas (em turco: *gecekondu*) em ocupações ilegais. Diferentemente de São Paulo, onde ocorreu processo migratório semelhante, esses habitantes ilegais não eram tão alienados e isolados da vida urbana, pois, além de terem a possibilidade de contar com infra-estrutura habitacional – com o fornecimento de energia elétrica, por exemplo –, a busca constante por integração propiciou um dinamismo cultural que possibilitava uma reinterpretação e conseqüente adaptação das tradições culturais rurais à vida urbana.

Esta adaptação fomentou o surgimento de novos bairros sob costumes das regiões natais e regidos por um código de ética islâmico. Como reflexo, o centro de integração e assistência aos recém-chegados eram as mesquitas locais. Yavuz (2003, p.85) complementa que tanto as necessidades materiais quanto as psicológicas dessas pessoas eram atendidas pela comunidade bairrista. Yusuf Ziya Özcan (apud YAVUZ, 2003, p.85), um analista da evolução quantitativa das mesquitas na Turquia, levanta o dado de que entre 1973 e 1999, o número de mesquitas nos espaços urbanos cresceu de 45152 para 75000.

Esse novo espaço comprovou a adaptação cultural desta nova comunidade, com uma mescla dos antigos valores rurais e dos novos urbanos. O passado otomano voltou a crescer nas expressões culturais e artísticas; na música, por exemplo, o ressurgimento do *Arabesk*⁴⁷, comprova tal impulso. Entretanto, por representar uma ameaça às normas promovidas pelo Estado kemalista, o *Arabesk* foi oficialmente banido de ser transmitido nas estações de rádio até o começo dos anos 90. Não só a música, mas a moda e a literatura também representavam um ato consciente de resistência contra as tentativas do Estado de instaurar uma cultura oficial, diferente das raízes otomanas.

Os movimentos migratórios instigaram uma grande transformação sócio-cultural na Turquia a partir da década de 50. A continuidade desse processo é bem notada por Yavuz:

as crianças da primeira onda migratória aproveitaram as oportunidades educacionais dos anos 70 e começaram a assumir postos públicos no começo dos anos 80. Alguns deles formaram um novo e importante grupo de intelectuais e músicos islâmico-vernáculos. A imagem do Islã para eles é diferente da dos seus pais; é rearticulada

⁴⁷ As músicas do *Arabesk* refletem a dor e o sofrimento advindos da modernização, vivido por vastos setores marginalizados pelo crescente caráter capitalista da economia na Turquia. Essas músicas representavam o sentimento dos recém-chegados nas cidades, que se sentiam estrangeiros em seu próprio país. As letras enfatizavam temas como pobreza, mobilidade social e alienação. O espaço urbano era representado nas músicas como fonte de oportunidades e ao mesmo tempo, corrupção e desunião (YAVUZ, 2003, p.86).

para atender aos desafios de uma vida urbana moderna e do programa público de europeização da República. (YAVUZ, 2003, p.86, tradução nossa)⁴⁸.

Esse movimento deu margem ao surgimento de uma burguesia muçulmana com três características marcantes: é religiosa e socialmente conservadora, economicamente liberal e bastante crítica ao intervencionismo estatal na economia. Em consequência do ganho de força desse novo ator econômico, se inicia uma segmentação na mídia e de mercado adequada ao conceito de lazer e ao padrão de consumo dos muçulmanos.

Surgem jornais, produções literárias, canais de televisão, estações de rádio, restaurantes, cafés, agências de publicidade, gravadoras e selos musicais, entre outros, voltados para o turco muçulmano. Um exemplo extremo dessa segmentação de mercado é o hotel cinco estrelas Caprice, que recebe apenas pessoas “devidamente trajadas” – o que inclui o uso do véu islâmico – e conta com piscina exclusiva para cada gênero. Este empreendimento provoca uma discussão polêmica entre os muçulmanos, pois os mais conservadores consideram que isto é a comprovação da dominância dos valores neoliberais sobre os islâmicos e que há um movimento forte de secularização do Islã, mais preocupado com a concorrência mercadológica do que com seu próprio amoldamento aos valores contemporâneos. Para melhor compreensão das divisões de percepção acerca do Islã sunita, Cemal Karakas expõe a seguinte tabela:

Tabela 5: A Matriz do Islã sunita na Turquia

	Islã estatal	Islã popular	Islamismo
Objetivos	Modernização do Estado e da sociedade; preservação da ordem laica na República e da integridade territorial.	Preservação da fé e da identidade islâmica.	Introdução de um “Estado Islâmico” que tenha a política subjugada.
Fontes de legitimidade	Escrituras (Alcorão), suplementada pela ideologia kemalista (especialmente nacionalismo).	Escrituras (Alcorão), suplementado pelos costumes da Anatólia e da cultura popular.	Escrituras (Alcorão).
Dogma	Positivismo/Racionalismo.	Misticismo/Sufismo.	Ortodoxia/Fundamentalismo (no sentido de rigorosa adesão das Escrituras).
Image m desejada	Moderna/Progressista.	Espirituosa a nível público/Integradora (no sentido da sociedade ser supra-étnica).	Verdadeira/Justa.

⁴⁸ Do original: “The children of the first wave of migrants seized the educational opportunities of the 1970s and began to hold public offices in the early 1980s. Some of them have come to form a new and important group of vernacular Islamic intellectuals and musicians. Their image of Islam is different from that of their fathers; it is rearticulated to meet the challenges of modern urban life the overtly Europeanizing program of the Republican old guard”.

Relação com o laicismo	Afirmativa.	Dependendo do grupo, tanto afirmativa, quanto negativa. Entretanto, todos os grupos demandam mais direitos religiosos na esfera pública (ex.: liberalização do uso do véu islâmico).	Negativa.
Modo de organização	Presidência para Assuntos Religiosos; escolas Imam Hatip (que contam com classes de religião), mesquitas estatais e aulas de Alcorão; mídia pública.	Mesquitas estatais e privadas e aulas de Alcorão; irmandade, ordens religiosas e organizações (as maiores são Naqshbandi, Süleymancı e Nurcu).	Mesquitas privadas; ordens religiosas e organizações, incluindo Milli Görüş; grupos radicais operando clandestinamente (como IBDA-C e o Hezbollah turco).
Adeptos	Aproximadamente 40 milhões de turcos e curdos.	Aproximadamente 10 milhões de turcos e curdos.	Aproximadamente 07 milhões de turcos e curdos.
Status legal	Legal.	Todas as irmandades e ordens eram banidas. Desde o estabelecimento das medidas de tolerância religiosa de Turgut Özal, elas se integraram na vida pública através de escolas de Alcorão, instituições sociais, ações e financiamentos na mídia e nos setores industriais.	Todos os grupos radicais estão banidos. Os partidos islâmicos não-militantes mais recentes de Necmettin Erbakan foram banidos em 1998 e 2001. Seu movimento Milli Görüş nunca é integrado na vida pública através de escolas de Alcorão, instituições sociais e ações na mídia e nos setores industriais.

Fonte: Cemal Karakas. Peace Research Institute Frankfurt. Disponível em: <<http://www.hsfk.de/fileadmin/downloads/prif78.pdf>>. Acesso em 6 nov. 2008, tradução nossa.

Nesse contexto, o Golpe Militar “pós-moderno” de 1997 representa a securitização do Islã por parte da elite burocrático-militar kemalista, pois teve como principal alvo o setor da sociedade civil muçulmano e o principal objetivo era purificar as vozes islâmicas na esfera pública por criminalizar associações, partidos, mídia, empresas e políticos de cunho islâmico em nome da segurança nacional (YAVUZ, 2003, p.246).

Erbakan, forçado pelo golpe militar e buscando evitar a violência generalizada a todo custo, renuncia o cargo de primeiro-ministro poucos dias depois, mas abre indiretamente um questionamento público acerca da ideologia kemalista em contraste com o islamismo. Alguns autores acompanham essa discussão, entre eles Hamit Bozarsian, que analisa profundamente a ideologia:

Com efeito, tomado no sentido metafísico do termo (a expressão é de Parla, 1989), tal como impõe a Constituição, o kemalismo é suscetível de justificar qualquer tipo de prática do poder (pluralismo político e de democracia, ditadura militar, comunismo, fascismo, sistema teocrático). A razão é que os versículos kemalistas constantemente reeditados por diferentes ministérios são contraditórios. Eles não constituem um corpo de recomendações pronunciadas em abstrato, mas inscreveram-se em contextos históricos particulares, o que impede toda tentativa de erigi-los em um dogma. Não é, portanto, surpreendente que um homem como Turgut Özal, cujo programa político reduzia-se a enterrar o kemalismo, tenha podido proclamar-se kemalista, ou que um partido tão pouco kemalista como o Refah pudesse tirar vantagem do kemalismo (“se ele tivesse vivo, teria aderido a nosso

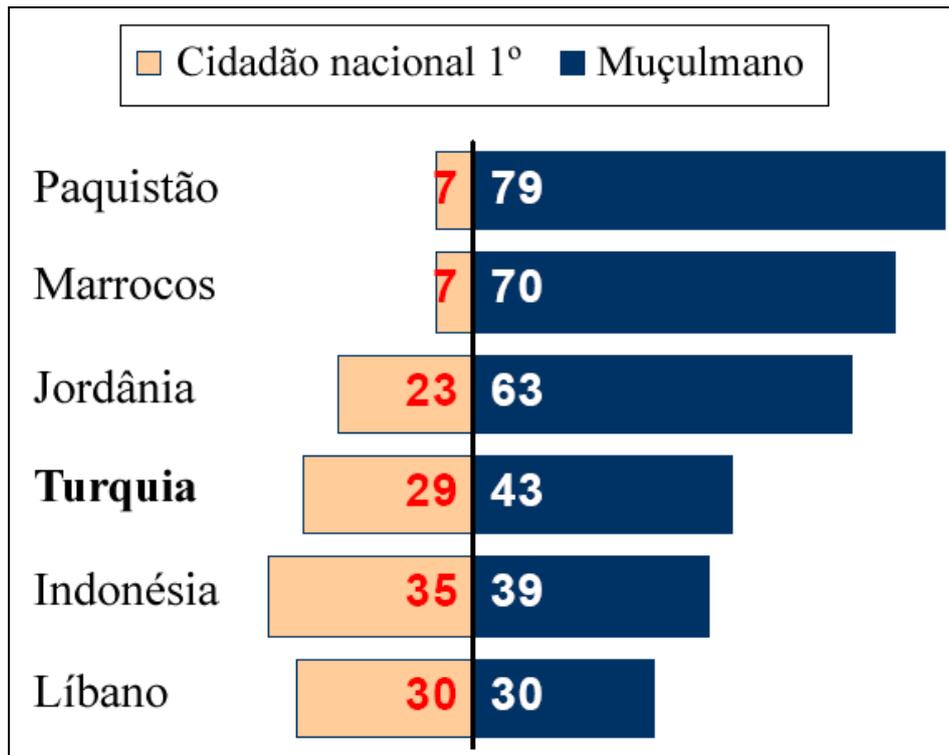
partido”) e, enfim, que, apoiados na abundante correspondência de Mustafa Kemal, certos atores curdos possa, com um prazer malicioso tentar dar legalidade à “igualdade curdo-turca” e colocar seus juízes, dotados de outros versículos, em posição delicada. Enquanto tal, o kemalismo não pode evidentemente constituir-se em um objeto de pesquisa, muito menos em uma base jurídica viável. Em uma tal abordagem, o pesquisador poderia interessar-se, quando muito, pelo culto que lhe é dedicado e por seu lugar no imaginário popular e burocrático. Se adotar-se, ao contrário, um método que historize o kemalismo como doutrina e prática do poder, assim como sistema jurídico elaborado nos anos 30 (reformas no domínio religioso, seis flechas do Partido único, fusão do Partido e do Estado, nacionalismo antropológico, culto do “chefe eterno”, rejeição do passado otomano, instrumentalização da religião conjuntamente com uma política agressiva nessa questão, etc...), concluir-se-á naturalmente que ele existiu completamente. Mas, nessa perspectiva, seria preciso inevitavelmente admitir que, como a maior parte das experiências de partidos-únicos do entre-guerras, ele está também completamente morto; e isso, desde a passagem ao pluralismo político em 1945. Algumas das reformas de Mustafa Kemal, que se inscreveram na linhagem dos movimentos de secularização do Império otomano, conheceram sem dúvida uma posteridade real, mas não os elementos que singularizaram seu regime. Ninguém pode, desde então, pretender um sistema político, no qual “só o chefe da sociedade humana é digno de ser santificado”. Do mesmo modo, não há político algum que ousaria fazer a apologia do estatismo, ou medir os tamanhos dos crânios e dos ossos para provar a superioridade racial dos turcos, propor a fusão do Estado com um partido, nomear deputados ou obrigar os professores de história a reconhecer sua “ignorância” em torno de uma mesa coberta de bebidas alcoólicas... Por outro lado, a estrita conformidade com o kemalismo (e com a letra da Constituição) resultaria de jure na interdição de todas as formações, com exceção do MHP [Partido da Ação Nacionalista]. (BOZARSIAN, 2001, p.6-8).

Afora a confrontação ao kemalismo por parte da ascensão dos movimentos islâmicos, principalmente influenciados pelas idéias da síntese turco-islâmica, o advento da negociação da adesão da Turquia à UE contribui fortemente para a crise da ideologia kemalista, tanto que, no pós-golpe de 1997, o grupo burocrático-militar kemalista anti-UE se divorcia do kemalismo pró-UE, que define a adesão como um processo natural para o kemalismo, o chamado projeto ocidentalizador (YAVUZ, 2003, p.255).

Além disso, vale notar a importância que essa negociação permite em termos de proteção ao partido no poder, e isso o AKP tem aproveitado muito bem, pois se defende das decisões e das intenções antidemocráticas por parte da elite burocrático-militar kemalista através da UE e dos EUA, estimulando uma legitimidade popular para o partido e a sua conseqüente continuidade no poder.

Uma identidade nacional turca nova, híbrida, islâmica e moderna se encontra em mutação neste momento e isso é comprovado pelos valores equilibrados atingidos das pesquisas abaixo:

Você se considera... (2005)

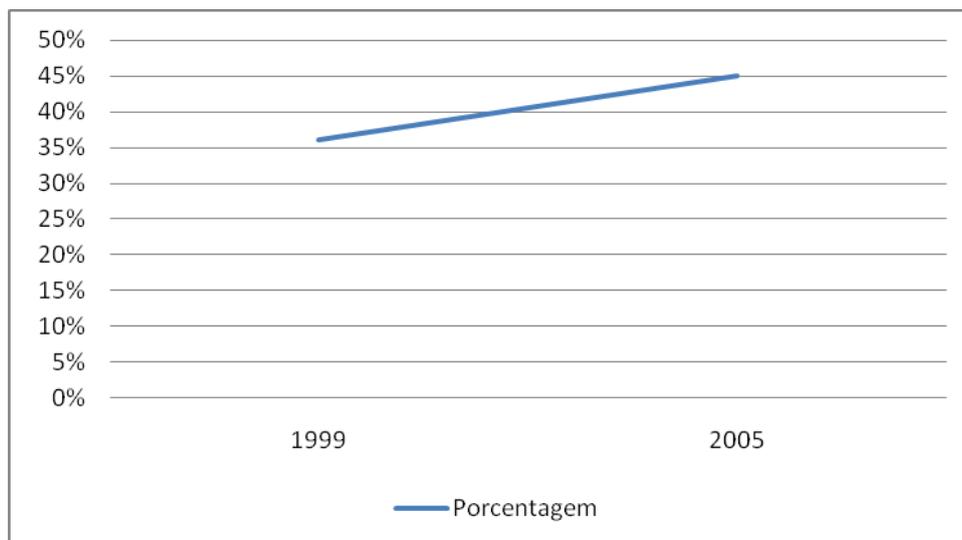


Fonte: Adaptado de Pew Global Attitudes Project. Disponível em: <<http://pewglobal.org/reports/display.php?PageID=813>>.

Acesso em: 07 nov. 2008.

Nota: Baseado em entrevistados muçulmanos apenas.

Turcos identificados como "Muçulmano", e não "Secular" entre 1999 e 2005



Fonte: Adaptado de Turkish Economics and Social Studies Foundation apud The Washington Institute for Near East Policy.

Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1142>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

Frente a esses dados e a essa perspectiva histórica, a adesão na UE significaria uma adequação da Turquia aos princípios democráticos e as reformas demandariam a quebra de

paradigmas, instigando novas liberdades sócio-culturais. Ao mesmo tempo, existe a constante tensão no estilo autoritário de atuação dos partidos da esquerda secularista, isto é, qualquer deslize seria capaz de minar a negociação com o bloco europeu e significar um regresso ao passado.

A IDENTIDADE EUROPÉIA E O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Seria a identidade européia baseada nas dimensões territoriais da Europa? No caso de uma resposta afirmativa, estaria identificada como européia a pessoa que vive a poucos quilômetros da margem oeste do Rio Ural, ou nas cidades banhadas pelos mares Mediterrâneo e Negro? Definitivamente, o critério geográfico não é o mais adequado para a análise da identidade européia.

Voltemos à idéia de cultura nacional de Gellner (1983). Como constatar algum elemento de análise que permita que as diferenças culturais entre os nacionais, dos países europeus, sejam sobrepujadas em benefício de uma formação identitária? Identificando-se pelo que você não é, com base no outro, e pelos valores cristãos.

Para melhor compreensão desta relação, é importante observar o processo de formação do Estado moderno europeu que, segundo Norberto Bobbio (1998, p.425-426), “nos aparece como uma forma de organização do poder historicamente determinada e, enquanto tal, caracterizada por conotações que a tornam peculiar e diversa de outras formas, historicamente também determinadas e interiormente homogêneas, de organização do poder”. A idéia de Estado político da Europa cristã pré-moderna é rompida e se assume a independência estatal em relação à religião. “A distinção entre o espiritual e o mundano, inicialmente introduzida pelos Papas para fundamentar o primado da Igreja, desencadeou agora sua força na direção do primado e da supremacia da política” (BOBBIO, 1998, p.425-426).

Jürgen Habermas (2000, p.300) destaca que na esteira das guerras religiosas, “o conflito entre as profissões de fé e as seitas levou a pluralismos religiosos que minaram qualquer reivindicação de legitimação divina dos reis e acabaram por exigir a secularização do Estado”.

A presença do cristianismo, no período anterior à formação do Estado secular na Europa, possibilita a aproximação da idéia de identidade à de civilização como expoente do pensamento culturalista. Assim, autores desta escola, como o historiador Arnold J. Toynbee (1976) e o cientista político Samuel P. Huntington (1993) destacam a religião como um dos principais parâmetros na definição das civilizações mundiais, entre estas, a civilização ocidental cristã.

Em 1948, no livro *A civilização posta à prova*, o historiador supracitado aponta que a civilização ocidental não era superada por nenhuma outra não só em armamentos, mas também na técnica de vida econômica, ciência militar, e, principalmente, cultura espiritual, o que a tornaria suscetível a ataques de outras civilizações em busca da quebra deste “domínio”. Como potencial força opositora, Toynbee (1976, p.199-200) ressalta que “o ‘pan-islamismo’ está adormecido; mas devemos contar com a possibilidade de que este adormecido venha a despertar, se algum dia, o proletariado cosmopolita de um mundo ‘ocidentalizado’ chegar a se insurgir contra o domínio ocidental e clamar por um comando antiocidental”.

Na mesma obra, no capítulo *O Choque de Civilizações*, o autor faz uma projeção de como os historiadores futuros analisarão esta época a cada milênio. O ponto comum dessas análises é a presença da cultura como paradigma vigente em cada época e como ela adquire importância no decorrer do tempo. Em 2047, por exemplo, o autor acredita que o choque da civilização ocidental com as outras sociedades vivas seria o grande acontecimento, pois transtornaria, por completo,

a vida de todas as suas vítimas, afetando, profundamente, a conduta, as idéias, os sentimentos e as crenças de homens, mulheres e criança, fazendo vibrar, na alma humana, as cordas insensíveis às forças externas, por mais consideráveis e aterradoras que fossem. (TOYNBEE, 1976, p.202).

A projeção é encerrada no ano de 5057 em que “a unificação social da humanidade não teve que ser encontrada no campo da técnica e da economia, nem tampouco, no da guerra e da política, mas no campo da religião” (TOYNBEE, 1976, p.204). O historiador assegura que este

progresso histórico da religião, [...] tal como é representado pela ascensão das religiões superiores e sua *culminação no Cristianismo*, poderá trazer – e quase seguramente o fará – uma incomensurável melhoria nas condições da vida social humana sobre a Terra. (TOYNBEE, 1976, p.233, grifo nosso).

Essa aventura profética do autor, pautada em julgamentos das civilizações e seus respectivos choques, demonstra o caráter tendencioso de uma visão chamada culturalista ocidental, que instigou seguidores e correntes opositoras nos anos seguintes.

Influenciado por este, Huntington relançou a teoria do “choque de civilizações” em uma versão aperfeiçoada no pós-Guerra Fria e ganhou destaque na academia, com um artigo publicado na revista *Foreign Affairs* em 1993.

Esta nova teoria também acreditava que o aspecto cultural era a maior fonte de conflitos, deixando o aspecto político-ideológico e o econômico em segundo plano. Os conflitos também ocorreriam entre nações e grupos de diferentes civilizações, propiciando o

domínio do “choque de civilizações” nas políticas globais. Isso teria como causa as características culturais que são menos mutáveis e, conseqüentemente, de maior dificuldade de resolução do que a política e a economia (HUNTINGTON, 1993, p.22-27).

Apesar de a argumentação ter pontos de partida muito semelhantes entre os dois autores culturalistas, Huntington diverge de Toynbee na identificação das civilizações. Enquanto o segundo apontava a existência de vinte e uma civilizações no mundo, o primeiro resume a apenas seis. Isso se dá principalmente pelo aperfeiçoamento da conceituação de civilização pelo cientista político:

uma civilização é uma entidade cultural. Vilas, regiões, grupos étnicos, nacionalidades, grupos religiosos, todos possuem culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. [...] Deste modo, uma civilização é o mais amplo agrupamento cultural de pessoas e a magnitude dos níveis culturais na identidade [...]. É definida tanto através de elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes, instituições, quanto da subjetiva auto-identificação das pessoas. [...] As civilizações são dinâmicas; elas ascendem e ruem; elas se dividem e se mesclam. Além disso, [...] desaparecem e são sepultadas com o passar do tempo. (HUNTINGTON, 1993, p.23-24, tradução nossa)⁴⁹.

Com esta conceituação elucidada, cabe constatar em quais níveis ocorre o choque de civilizações. Segundo Huntington (1993, p.29) são dois: o micro e o macro. O micro é caracterizado pelo contato interno à civilização, normalmente violento, o objetivo comumente é o controle territorial. Já o macro aborda o contato entre Estados de diferentes civilizações, que competem pelo poderio militar e econômico e se empenham pela tomada do controle das instituições internacionais, para assim promover seus valores políticos e religiosos. A previsão de conflito entre a civilização ocidental cristã e a islâmica, prevista Toynbee, agora ganha novas dimensões.

A síntese argumentativa desses autores demonstra a importância que essa corrente ocidental conservadora tem na forma de organização política e social de vertentes alinhadas à direita, principalmente no caso da Europa de hoje, como será explanado mais adiante. Contudo, antes, será analisada uma corrente opositora à culturalista, que deu margem a elaboração do conceito de orientalismo.

O ORIENTALISMO NO CONTATO DE IDENTIDADES

Em um caminho oposto a esse construído por pelos culturalistas, antes mesmo da publicação do artigo *O Choque de Civilizações?*, o intelectual Edward W. Said publica, em

⁴⁹ Do original: “A civilization is a cultural entity. Villages, regions, ethnic groups, nationalities, religious groups, all have distinct cultures at different levels of cultural heterogeneity. [...] A civilization is thus the highest cultural grouping of people and the broadest level of cultural identity [...]. It is defined both by common objective elements, such as language, history, religion, customs, institutions, and the subjective self-identification of people. [...] Civilizations are dynamic, they rise and fall; they divide and merge. [...] disappear and are buried in the sands of time”.

1978, o livro *Orientalismo*. Esta obra demonstra como Oriente foi inventado pelo Ocidente e a construção de um estereótipo que marca as civilizações a leste da Europa sob o signo do exotismo e da inferioridade. Said conceitua “Orientalismo” da seguinte forma:

as relações culturais, materiais e intelectuais entre a Europa e o Oriente passaram por inúmeras fases, mas em geral foi o Ocidente que se moveu para o Oriente, e não vice-versa. “Orientalismo” é o termo genérico que tenho empregado para descrever a abordagem ocidental do Oriente; Orientalismo é a disciplina pela qual o Oriente era (e é) abordado de maneira sistemática, como um tópico de erudição, descoberta e prática. (SAID, 2007, p.114-115).

Sendo assim, o Orientalismo não estaria longe da chamada “idéia de Europa” (SAID, 2007, p.34), que identifica

a “nós” europeus contra todos “aqueles” não-europeus [nota-se que também seria possível o uso do termo “outros”, ou até de “eles”], e pode-se argumentar que o principal componente da cultura européia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura dentro e fora da Europa: a idéia de uma identidade européia superior a todos os povos e culturas não europeus. (SAID, 2007, p.34).

A questão do orientalismo é mais profunda do que um simples debate acadêmico. Sua ocorrência é perceptível principalmente a partir do século XVIII, pelas mais diversas manifestações artísticas. Os autores Montesquieu e Flaubert, os compositores Giuseppe Verdi e Alexander Borodin, os pintores Théodore Chassériau e Eugène Delacroix, os fotógrafos Roger Fenton e Francis Frith, além de tantos outros artistas, demonstraram características orientalistas em suas obras.

No cinema e na televisão, mesmo em desenhos animados destinados ao público infantil, como o Alladin, da Disney, o árabe ou o muçulmano é associado com a libidinagem ou com a desonestidade sanguinária. Normalmente ele aparece como um degenerado excessivamente sexuado, capaz de intrigas inteligentemente sádicas, traiçoeiras e baixas. Traficante de escravos, camaleão, cambista, um patife pitoresco: esses são alguns papéis tradicionais do árabe no cinema⁵⁰ (SAID, 2007, p.383).

Nas páginas conclusivas de *Orientalismo*, Said desfere uma crítica que parece antecipar a teoria huntingtoniana do choque de civilizações:

Não há como evitar o fato de que, mesmo que desconsideremos as distinções orientalistas entre “eles” e “nós”, uma série poderosa de realidades políticas e, em última análise, ideológicas informam a erudição hoje em dia. Ninguém pode deixar de lidar com as divisões Leste/Oeste, Norte/Sul, ter/não ter, imperialista/antiimperialista, branco/de cor. Não podemos contorná-las, fingindo que não existem; ao contrário, o Orientalismo contemporâneo nos ensina muito sobre a desonestidade intelectual de dissimular a esse respeito, cujo resultado é intensificar

⁵⁰ Para um estudo detalhado sobre a presença do Orientalismo em toda a história do cinema recomendo o filme *Filmes Ruins, Árabes Malvados: Como Hollywood Vilificou um Povo*, baseado no livro *Reel Bad Arabs*, de Jack Shaheen.

as divisões e torná-las viciosas e permanentes. No entanto, uma erudição “progressista” abertamente polêmica e justa pode degenerar com facilidade em inatividade dogmática, uma perspectiva que tampouco é edificante. (SAID, 2007, p.435).

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 revigoraram a teoria de Huntington, que passa a ser novamente debatida em escala mundial, e ganha respaldo político de alguns países, além de favorecer à islamofobia, que passa a crescer fortemente após esse evento. Alguns autores, que seguiam os preceitos culturalistas vistos em Huntington, chamados de “internalistas” por Peter Demant (2008, p.339), chegaram a acusar os defensores da teoria orientalista – chamados por “externalistas” pelo mesmo autor – por omissão ou corroboração, tendo “desarmado o Ocidente frente a um inimigo implacável” (DEMANT, 2008, p.339). Em uma crítica direta à teoria de Huntington, no posfácio da edição de 1995 de *Orientalismo*, Said diz que

isso é absurdo, porque um dos grandes progressos na moderna teoria cultural é a percepção, quase universalmente reconhecida, de que as culturas são híbridas e heterogêneas, e de que [...] as culturas e as civilizações são tão inter-relacionadas e interdependentes a ponto de irem além de qualquer descrição unitária ou simplesmente delineada de sua individualidade. Como se pode falar hoje em dia de “civilização ocidental” a não ser, em grande medida, como ficção ideológica, atribuindo-se uma espécie de superioridade a um punhado de valores e idéias, nenhum dos quais tem muito significado fora da história de conquista, da imigração, do deslocamento e da mescla de povos que deu às nações ocidentais as suas identidades miscigenadas? [...] E essa era uma das mensagens implícitas de *Orientalismo*: qualquer tentativa de forçar culturas e povos em estirpes ou essências separadas e distintas não só revela as representações errôneas e as conseqüentes falsificações, mas também o modo como a compreensão torna-se cúmplice do poder para produzir coisas como o “Oriente” ou o “Ocidente”. (SAID, 2007, p.460-461, grifo do autor).

As características da Turquia favorecem sua inserção nas teorias vistas acima. Inicialmente, Toynbee vê positivamente a forma como a República turca foi fundada, pois seus

estadistas experimentaram, durante tantas gerações, adquirir apenas a arte da guerra ocidental, a instituição ocidental de governo constitucional parlamentar, a qual se acha muito mais perto do coração da nossa civilização ocidental do que nossa arte da guerra, conseguiu, verdadeiramente, deitar raízes. Se tal aconteceu, isso constitui notável triunfo no sentido de moderação e honestidade políticas, coisas que, julgamos nós, ocidentais, constituem uma das melhores dádivas que o Ocidente pode conceder ao mundo. (TOYNBEE, 1976, p.269-269).

Além de tendenciosa, trata-se de uma conclusão um tanto precipitada por tudo o que ocorreu na Turquia desde a década de 50. Provavelmente atento a esses eventos, Huntington analisa importantes aspectos da Turquia, como o seu enquadramento na civilização do Islã, sua caracterização como país dividido e sua relação com a UE.

Segundo este (1993, p.24), a civilização do Islã é subdividida entre a Árabe, a Turquica e a Malaia. Essa simples divisão já coloca a Turquia em situação delicada na teoria do choque de civilizações, pois “o Islã tem fronteiras sangrentas” (HUNTINGTON, 1993, p.35). No entanto, o autor aprofunda o caso turco por se tratar de uma peculiaridade teórica, juntamente com o México e a Rússia. Para ele (1993, p.42), a Turquia é o protótipo do país dividido, que fracassa na mudança de sua civilização para a Ocidental, e isso fica comprovado pela sua história, sua cultura e suas tradições. Nesse sentido, o autor é categórico ao dizer que a Turquia não vai se tornar membro da UE, pois

[...] o sucesso econômico do regionalismo vai reforçar a consciência civilizacional. Ao mesmo tempo, o regionalismo econômico apenas poderá ter êxito se baseado em uma civilização comum. A Comunidade Européia se baseia em uma fundação compartilhada da cultura européia e da cristianidade ocidental. (HUNTINGTON, 1993, p.27, tradução nossa)⁵¹.

O autor afirma (HUNTINGTON, 1993, p.42) que a saída da Turquia seria aproveitar o desmantelamento da URSS e liderar a revitalização da civilização Turquica, que englobava sete países na região do Cáucaso, o que demandaria esforços para redefinições identitárias. Como exposto no segundo capítulo deste trabalho, essa alternativa não é prioritária na política externa turca e agrega maior complexidade do que argumentado por Huntington.

Por outro lado, incorporando os esforços de Said, a adesão da Turquia à UE é possível e significaria um grande avanço para mundo, pois quebraria paradigmas baseados em divisões e ficções ideológicas, seja entre Oriente e Ocidente, seja entre “nós” e “eles”, abrindo um diálogo transcultural. Ou seja, este alargamento europeu representaria o passo inicial de que a resposta ao Orientalismo não é o Ocidentalismo.

O 11 DE SETEMBRO DE 2001

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos EUA são frequentemente usados como tema no debate da mudança de paradigma no cenário internacional e os conseqüentes impactos nas relações internacionais. Apesar do enfoque deste trabalho ser a negociação de adesão da Turquia à UE, cabe analisar de que forma este evento interfere neste processo, principalmente no âmbito sócio-cultural.

O atentado marca o início de um novo período de crescimento da islamofobia, que marca a representação negativa dos muçulmanos, muito próxima aos islamistas – fundamentalistas islâmicos. O Islã e seus seguidores são muitas vezes vinculados em meios de

⁵¹ Do original: “[...] successful economic regionalism will reinforce civilization-consciousness. On the other hand, economic regionalism may succeed only when it is rooted in a common civilization. The European Community rests on the shared foundation of European culture and Western Christianity”.

comunicação de massa como uma ameaça à segurança dos supostos valores sociais ocidentais. Aquele estereótipo orientalista do muçulmano se torna ainda mais deturpado, instigando o surgimento ou o adensamento do sentimento de ódio ou de repúdio aos islâmicos.

Contudo, mesmo a ocorrência dos ataques à Madri em 11 de março de 2004, o diálogo da Turquia com a UE seguiu sem qualquer transtorno, tanto que em dezembro de 2004 fica decidido que as negociações seriam oficialmente abertas no ano seguinte. O internacionalista Ziya Öniş ainda acrescenta que o advento do 11 de setembro de 2001 interferiu positivamente para a Turquia:

[...] o contexto pós-11/09 foi importante balanço gradual em favor da inclusão da Turquia na Comunidade, pelo menos em longo prazo. Uma das importantes ramificações dos trágicos eventos de 11/09 foi a necessidade de paz e segurança na comunidade global, que necessitava de uma compreensão e um diálogo mais próximo entre o Ocidente e o mundo muçulmano. Neste cenário, a incorporação da Turquia como membro permanente adquiriu um novo significado. Havia um novo sentido para a inclusão turca à Europa, a de ajudar na superação da imagem de uma civilização projetada com orientação interna, um clube de nações cristãs que constituem um fraco alicerce para o desenvolvimento de não apenas relações ao mundo externo, mas de incorporar eficazmente grandes minorias muçulmanas que existem no espaço europeu. Ademais, a Turquia tem a pretensão de ser modelo com o secularismo e o desenvolvimento econômico para o resto do mundo [...]. (ÖNIŞ, 2004, p.15, tradução nossa)⁵².

Mais adiante, o autor alega que o projeto de alargamento da UE é “uma construção elitista e uma tomada de decisão que envolve importantes questões sensíveis como a união monetária ou a adesão da Turquia como um processo vindo de cima para baixo, que falha em envolver a participação ativa dos cidadãos” (ÖNIŞ, 2004, p.16, tradução nossa)⁵³.

Independente das supostas falhas participativas apontadas pelo autor, a sociedade não é excluída deste processo decisório. Com a conclusão das reformas, alguns países do bloco podem colocar a questão em referendo e inviabilizar a adesão turca. Nesse sentido, a pesquisadora Antonia Ruiz Jimenez levanta uma interferência do 11 de setembro diferente de Öniş:

⁵² Do original “[...] the post-9/11 context was important in gradually swinging the balance in favor of Turkey’s inclusion in the Community, at least in the long-run. One of the important ramifications of the tragic events of 9/11 was that peace and security in the global community necessitated closer mutual understanding and dialogue between the West and the Muslim world. In this context, the incorporation of Turkey as a full member acquired a new meaning. There was a growing realization within Europe that Turkey’s inclusion would help to overcome the image of a narrowly based civilization project-an inward-oriented club of Christian nations-an image which would constitute a poor ground for developing not only close relations with the external world, but also in effectively incorporating the sizable Muslim minorities that exist within the European space itself. Furthermore, Turkey’s claims to be a model of secularism and economic development for the rest of the world [...]”.

⁵³ Do original: “there is a growing debate that the European integration project is an elitist construction and the decision-making involving highly sensitive issues such as the monetary union or the future membership of Turkey an essentially top down process, a process that fails to involve the active participation of citizens from below”.

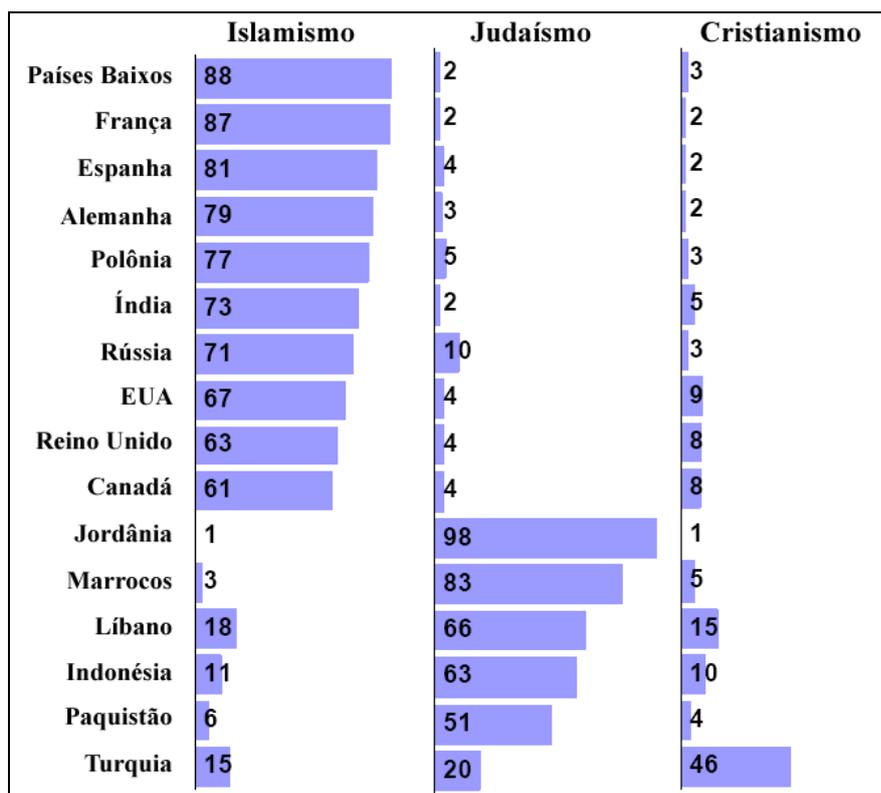
[...] as elites da UE tem um papel importante a desempenhar. Elas podem ajudar a desembaraçar a questão da adesão da Turquia pelo medo da imigração muçulmana, o que ajudaria nas perspectivas turcas. O tom do debate sobre a adesão da Turquia deve ser os turcos, não os muçulmanos. Muitos turcos na Alemanha reclamam, por exemplo, que antes dos ataques de 11 de setembro eles eram referidos por “turcos” pelos formadores de opinião alemães e pela mídia, e após o 11 de setembro, eles repentinamente tornaram-se “muçulmanos”. (JIMENEZ, 2008, tradução nossa)⁵⁴.

Essa transição fomenta a mutação da percepção do outro. Em recente pesquisa do Eurobarometer, o apoio público dos europeus para a adesão da Turquia à UE caiu 18% desde a abertura das negociações em 2005. Em 2006, o principal motivo dessa queda era justificado por 61% dos cidadãos do bloco como o entendimento de que diferenças culturais eram “significantes demais”. Todavia, no mesmo ano, outra pesquisa do mesmo instituto aponta que os cidadãos europeus e turcos partilham valores sociais comuns (JIMENEZ, 2008).

Jimenez (2008) aponta que esta contradição é justificada pelo fato da concepção européia de “diferença cultural” estar baseada na islamofobia e na possibilidade de livre circulação de pessoas, receando que a adesão da Turquia à UE excite novas levadas migratórias de muçulmanos para seus países, o que culminaria em uma grande e indesejável interferência no processo de formação da identidade européia. O gráfico abaixo demonstra o medo dos nacionais atrelado à questão da violência nas religiões:

⁵⁴ Do original: “EU elites have an important role to play. They can help disentangle the question of Turkey's accession from the fear of Muslim immigration, which would help Turkey's accession prospects. The language of the debate on Turkey's accession should focus on Turks, not Muslims. Many Turks in Germany complain, for instance, that whereas before the September 11 attacks they were referred to as ‘Turks’ by German opinion makers and media, after September 11, they suddenly became ‘Muslims’ ”.

Qual religião é a mais violenta? (2005)



Fonte: Adaptado de Pew Global Attitudes Project. Disponível em: <<http://pewglobal.org/reports/pdf/248.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

Nota: Os que responderam que algumas religiões são mais propensas à violência do que outras foram perguntados acerca de quais religiões aqui nomeadas você acha que é mais violenta, Cristianismo, Islamismo, Judaísmo ou Hinduísmo?

Ademais a essa idéia de mutação de valores no pós-11 de setembro, a Europa passa por um novo processo político orientado à direita, não visto com essa intensidade desde o pré-II Guerra. O acompanhamento deste movimento, que pode influir decisivamente na adesão turca ao bloco europeu, será explanado no sub-capítulo a seguir.

MOVIMENTOS DE EXTREMA-DIREITA NA EUROPA

Enquanto a esquerda se encontra enfraquecida na Europa, a direita cada vez mais assume o poder, dirigindo 19 dos 27 governos segundo reportagem de Pere Rusiñol e Walter Oppenheimer (2008) de setembro de 2008. Esta característica do bloco permite, sem maiores transtornos, a instauração de políticas restritivas e punitivas acerca da questão da imigração e a possibilidade do recrudescimento da intolerância social ao outro, apesar da garantia constitucional.

Os jornalistas supracitados afirmam que

a hegemonia da direita não se expressa só na esmagadora maioria de países que ela governa na UE. Vai além: nos raros países onde a esquerda governa, promovem-se

muitas vezes políticas indiferenciáveis das dos Executivos de direita: enrijecimento das políticas migratórias, redução das liberdades civis em nome da política antiterrorista, liberalização a todo custo do mercado de trabalho, subordinação aos EUA. (RUSIÑOL; OPPENHEIMER, 2008).

Na mesma matéria, Eric Hobsbawm justifica o contexto pelo fato de que

a esquerda não soube enfrentar o relativo declínio do Estado em comparação com a globalização. [...] O Estado nacional, que foi o marco essencial para muitos dos programas de esquerda, não está mais em posição de gerar as reformas que a esquerda reformista estava disposta a implementar, ou de transformar-se totalmente em uma economia socialista. (apud RUSIÑOL; OPPENHEIMER, 2008).

Apesar de parecer paradoxal a continuidade negociação da adesão da Turquia neste cenário, a própria direita fica dividida acerca desta questão. Enquanto uma frente acredita que esta é a chance de estreitar os laços entre Ocidente e Oriente, agregando valor econômico, outra, mais radical, é taxativamente contra.

Esta segunda frente, chamada de extrema-direita, fica bem exemplificada pelo recém-falecido Jörg Haider, ex-governador austríaco do estado de Caríntia e ex-chefe do partido populista de direita Aliança pelo Futuro da Áustria – BZÖ. Com o slogan “a Áustria para os austríacos” (WHITNEY, 1992), ele transformou o partido na quarta força política do país, ao conquistar mais de 10% das cadeiras do parlamento. Haider combateu a disseminação do islamismo com a implantação da lei que proíbe a construção de mesquitas e minaretes⁵⁵.

Nesse sentido, vale o destaque para o favorável ambiente ao crescimento dos movimentos sociais de extrema-direita. Uma reportagem de junho de 2008 de Stefan Berk, Markus Deggerich e Sven Röbel (2008) aponta que “em toda a Alemanha a polícia documentou um total de 1311 crimes cometidos por extremistas de direita e racistas, o que significa um aumento de 458 casos em relação ao mesmo mês do ano passado”, sendo que geralmente “os alvos são estrangeiros – incluem mesquitas, automóveis e cafés de imigrantes”. Kenan Kolat, da Comunidade Turca na Alemanha, destaca que “os extremistas de direita têm sido especialmente eficientes em disseminar o medo entre os turcos”.

Estas vítimas não seriam primeiramente visadas por serem nacionais, mas muçulmanos. O anti-muçulmanismo é percebido e difundido de diferentes formas na Europa. Nos últimos cinco anos ocorreram casos como o lançamento do curta metragem *Submissão* seguido pelo assassinato do cineasta holandês Theo van Gogh, a publicação de charges

⁵⁵ Diversos focos de manifestações contra a construção de mesquitas estão espalhados pela Europa. Segundo Daniele Joly (apud STINSON, 2008), diretora do Centro de Pesquisa em Relações Étnicas na Universidade de Warwick na Inglaterra, “as atuais controvérsias em relação às mesquitas representam uma atitude anti-muçulmana que emergiu logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e das bombas nos transportes em Madri em 2004 e em Londres em 2005 [...]. Essa visão é agravada pela pressão do aumento do número de imigrantes e do crescimento da população de muçulmanos em toda a Europa”. Veja mais em: <http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/usatoday/2008/07/21/ult582u840.jhtm>

ofensivas ao profeta Maomé em um jornal dinamarquês, e a realização do documentário *Fitna* pelo político holandês de extrema-direita Geert Wilders.

Cena do curta metragem *Submissão* de Theo van Gogh



Fonte: Greg.org – Disponível em: <http://greg.org/archive/2004/11/02/wait_i_thought_nobody_watched_short_films.html>. Acesso em: 21 nov. 2008.

Nota: *Submissão* é um curta-metragem de dez minutos que relata a suposta violência exercida contra as mulheres muçulmanas. Foi escrito e produzido por Ayaan Hirsi Ali, uma refugiada somali, que deixou de ser muçulmana, e é membro do parlamento holandês. A produtora lançou em 2006 um livro chamado *Infiel: a história de uma mulher que desafiou o Islã*.

Charges ofensivas do jornal Jyllands-Posten ao profeta Maomé e à religião islâmica



Fonte: A Arte da Fuga – Disponível em: <<http://artedafuga.blogspot.com/2007/01/cartoons-vs-desire-for-censorship.html>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

Nota: Kurt Westergaard, autor das charges, posteriormente lançou um livro com novas charges chamado *Groft Sagt*.

Cena do documentário *Fitna*



Fonte: Cynics Unlimited – Disponível em: <<http://www.cynicsunlimited.com/2008/03/29/movie-review-fitna>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

Nota: O curta metragem *Fitna*, realizado pelo político holandês de extrema-direita Geert Wilders, explora a suposta motivação do Alcorão para terrorismo e faz uma abordagem sobre o Islã nos Países Baixos. *Fitna* pode ser traduzido como “discórdia” ou “caos”.

Durante o torneio de futebol Eurocopa 2008, diante da boa campanha da seleção turca, o supracitado líder da extrema-direita austríaca declarou à Agência AFP (2008): “os turcos podem ganhar a final em Viena, mas as portas da Europa seguirão fechadas para eles. Não acredito que estejam prontos para aceitar as regras européias e nossa cultura”. Independentemente de como caminham as reformas demandadas pela UE e seus impactos sociais, fica a questão inversa: a Europa está preparada para receber a Turquia e a aceitar o multiculturalismo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há consenso por parte dos autores analisados no decorrer deste trabalho ao traçarem perspectivas de um longo período de negociação entre o bloco europeu e a Turquia. Seria difícil prever a conclusão antes de 2014. As divergências se adensam nas compreensões dos entraves e de suas justificativas. Feroz Ahmad (2005, p.188, tradução nossa)⁵⁶, por exemplo, acredita que “o real problema da Turquia ingressar à UE não é sua diferença religiosa e cultural, mas sua fraqueza econômica”.

Este trabalho demonstrou justamente o contrário: o aspecto identitário deve ser levado em consideração em tal análise, assim como os outros obstáculos apontados no decorrer do segundo capítulo. Não existe um real problema, são vários e de diferentes complexidades e possibilidades de resolução. Concebendo a identidade como elemento concreto neste processo negociativo, cabe percebê-la em três prismas: turco, europeu e no contato entre ambos.

No nível turco, há dificuldade no estabelecimento do multiculturalismo. Considerando que cerca de 20% da população turca é curda e por volta de 25% dos muçulmanos são xiitas (FERNANDES, 2005, p.99), não é de fácil compreensão que a identidade nacional, assim como definida hoje, as representa da mesma forma que os muçulmanos sunitas. Essa lógica multicultural traria impactos positivos nos graus de liberdade política, religiosa e lingüística, além de certa autonomia política no caso dos curdos – o que seria muito apreciado pela UE. Porém, mesmo em uma perspectiva otimista, é difícil acreditar que a maioria muçulmana sunita esteja preparada para essa metamorfose identitária.

Também é notada a falta de perspectiva do futuro multicultural europeu, pois se constata relativa ineficácia na execução de sua concepção de secularismo, além de se encontrar em um movimento orientado para direita, tendendo mais à homogeneização sócio-cultural do que o inverso.

Por fim, o contato dessas identidades resulta em manifestações ainda mais complexas e pessimistas, principalmente ao que diz respeito à sociedade. Em 2007, apenas 49% da opinião pública turca manifestava interesse pela adesão (CAGAPTAY, 2008) e, em outra pesquisa (PEW, 2005), cerca de 65% da população francesa e alemã se opunham a inclusão da Turquia à UE em 2005.

Por parte dos europeus, conforme detalhado no terceiro capítulo, a percepção do turco se deteriora no pós-11 de setembro de 2001. Com a interligação e até substituição por uma

⁵⁶ Do original: “The real problem with Turkey joining the EU is not its religious and cultural differences, but its economic weakness”.

concepção de muçulmano que está próxima ao islamista, proporciona o surgimento ou a ascensão de sentimentos islamofóbicos, que chegam a atingir a esfera política – assim como foi visto no caso do político holandês de extrema-direita Geert Wilders.

Portanto, mesmo que a Turquia afirme sua identidade multicultural e leve a cabo todas as reformas demandadas – o que vem sendo bem rumado pelo AKP no poder –, infelizmente, a perspectiva é de que o aspecto identitário seja suficiente para o fracasso do processo negociativo.

Infelizmente, pois a perspectiva supracitada não é baseada na teoria de choque de civilizações de Huntington, a qual este trabalho repudia, mas pela teoria do orientalismo de Said. A compreensão seguirá como cúmplice do poder racional para produções como “nós” e “outros”, porque a civilização européia “pretendendo-se soberana, [...] não suporta dividir o domínio da mente e sua visão de mundo com outro princípio ou outros valores que a contradigam. Excludente e fria, a razão só se satisfaz com monopólios” (GAMBINI, 2000, p.164).

Resta às partes dessa negociação, analisar suas alternativas frente a esse fracasso. Nesse sentido, de acordo com Claus Leggewie (2008) a UE tende a buscar algo semelhante a uma “parceria privilegiada” com a Turquia e, em contrapartida, os turcos tendem a objetivar a manutenção de uma democracia *sui generis* e buscar novas alianças dentro e fora do Oriente Médio.

O modelo de parceria privilegiada que já havia sido defendido em 2004 por Angela Merkel, hoje chanceler da Alemanha, atualmente é lembrado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy. Seu conteúdo ainda é incerto, mas se prevê a adesão da Turquia ao espaço econômico comum e a integração da política de segurança e defesa.

No caso da Turquia, algumas questões como a dos curdos, tendem a seguir sem resolução, apesar das pressões multilaterais. Dessa maneira, a manutenção de uma democracia *sui generis* será de fundamental importância. Além disso, novas alianças externas serão vitais para a continuidade do crescimento econômico turco. Essa alternativa tem sido trabalhada em paralelo à negociação da adesão à UE pela política externa turca, haja vista o acordo com o Mercosul em julho de 2008, que abre negociações para a criação de uma área de livre comércio entre as partes (MDIC, 2008).

Como está prevista uma longa duração para a conclusão da negociação da adesão turca à UE, a possibilidade de novos adventos e interesses demandados pelo cenário internacional podem alterar os desfechos aqui previstos. Mas, de toda forma, como diz Said (2007, p.25), os

conflitos reducionistas sob rubricas falsamente unificadoras, como “Ocidente” ou “Islã”, não podem continuar tendo a força que têm, e devem, sobretudo, ser combatidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFP. *Jörg Haider critica a presença de Turquia e Rússia na Eurocopa*. Disponível em: <<http://afp.google.com/article/ALeqM5gF661oor8D-WILtUK9E2dYboDo5g>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

AHMAD, Feroz. *The Making of Modern Turkey*. Londres. Routledge, 1993.

_____. *Turkey: The Quest for Identity*. Oxford. Oneworld Publications, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo. Companhia Das Letras, 2008.

ALPAY, Şahin. *Why sigh rather than celebrate?* Disponível em: <<http://www.todayszaman.com/tz-web/yazarDetay.do?haberno=149271>>. Acesso em: 01 out. 2008.

BBC News. *EU Institutions*. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/english/static/in_depth/europe/2001/inside_europe/eu_institutions/flow_chart.stm>. Acesso em: 07 out. 2008.

BERK, Stefan; DEGGERICH, Markus; RÖBEL, Sven. *Regiões da Alemanha enfrentam a banalização da violência extremista*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/derspiegel/2008/06/04/ult2682u817.jhtm>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

BERMEJO, Laura Fernández. *La trayectoria del terrorismo separatista en Turquia: El Partido de Los Trabajadores Kurdos (PKK)*. *UNISCI Discussion Papers*, Madri, n. 11, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76701113.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2008.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Tradução: João Ferreira. 4.ed. Brasília. UNB, 1998.

BOZARSIAN, Hamit. *Radicalismos, violências e integração política na Turquia*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol13n1/v13n1a06.pdf>. Acesso em: 07 nov 2008.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic imperatives*. Nova Iorque. Basic Books, 1997.

CAGAPTAY, Soner. *Ankara's Quiet Revolution*. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1146>>. Acesso em: 01 out. 2008.

_____. *Turkey Changes, By the Numbers*. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1142>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

CAGAPTAY, Soner; YEGENOGLU, Duden, *Left-wing Monster: Abdullah Öcalan*. FrontPageMagazine.com, EUA, 2006. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/opedPDFs/43c2dd11a309d.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2008.

DAHL, Brock; SLUTZKY, Danielle. *Timeline of Turkish-Israeli Relations, 1949–2006*. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/documents/44edf1a5d337f.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

DEMANT, Peter R. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo. Contexto, 2004.

EDER, Mine. The Economic Criteria of EU Membership. In: ÇARKOĞLU, Ali; RUBIN, Barry. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Nova Iorque. Frank Cass, 2003. p. 219-244

EURACTIV. *Eu-Turkey Relations*. Disponível em: <<http://www.euractiv.com/en/enlargement/eu-turkey-relations/article-129678>>. Acesso em: 06 out. 2008.

EUROPA. *O processo de adesão de um novo Estado-Membro*. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/114536.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2008.

EUROPEAN Commission. *Enlargement – How does it work? – Negotiations*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enlargement/how-does-it-work/negotiations/index_en.htm>. Acesso em: 08 out. 2008.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Turquia: metamorfoses de identidade*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2005.

FRENCE Presse. *Turquia anula permissão para uso de véu nas universidades*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u409175.shtml>>. Acesso em: 1 out. 2008.

GAMBINI, Roberto. *Espelho Índio: a Formação da Alma Brasileira*. 2.ed. Axis Mundi. São Paulo, 2000.

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Oxford. Blackwell, 1983.

GUIMARAIS, Marcos Toyansk Silva. *Turquia: dicotomias e ambivalências de uma possível potência regional*. São Paulo, 2007. 189f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HABERMAS, Jürgen. Realizações e limites do Estado nacional europeu. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da questão nacional*. Tradução: Vera Ribeiro e Cesar Benjamin. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um Mapa da questão nacional*. Tradução: Vera Ribeiro e Cesar Benjamin. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (org.) *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. *The clash of civilizations?* Foreign Affairs, Nova York, n.72, p.22-49, 1993.

FREITAS-HUPSEL, Caroline Cotta de Mello. Reivindicação do direito à diferença com base em identidade étnica na Bolívia: um nacionalismo aymara?. *Inter Relações FASM*, São Paulo, dez. 2007. v. 28, p. 10-13.

JIMENEZ, Antonia Ruiz. *Tackling Turkey's Image Problem in the European Union*. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/templateC05.php?CID=2820>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

KAYA, Nurcan; BALDWIN, Clive. *Minorities in Turkey: Submission to the European Union and the Government of Turkey*. Desenvolvido por Minority Rights Group International. Disponível em: <<http://www.minorityrights.org/download.php?id=183>>. Acesso em: 22 mai. 2008.

LEGGEWIE, Claus. *From neighbourhood to citizenship*. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2005-12-21-leggewie-en.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

_____. *Privileged partnership, less democracy?* Disponível em: <<http://www.eurozine.com/articles/2008-07-08-leggewie-en.html>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. 2.ed. Londres. Oxford University Press, 1968.

MARZO, Mariano. *Empresas petroleiras preparam planos no Curdistão*. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI2004064-EI8253,00-Empresas+petroleiras+preparam+planos+no+Curdistao.html>>. Acesso em: 10 out. 2008.

MDIC. *Negociações Mercosul/Turquia*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1895>>. Acesso em: 23 nov. 2008.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo. Edusp, 1999.

ÖNIŞ, Ziya. *Turkish Modernization and Challenges for the New Europe*. Disponível em: <<http://portal.ku.edu.tr/~zonis/Modernization.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

OTAN. *NATO Mini. Comm. Lisbon, 20th-25th February 1952*. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c520225a.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

PEW Global Attitudes Project. *How Non-Muslim Publics View Muslims*. Disponível em: <<http://pewglobal.org/reports/display.php?PageID=812>>. Acesso em: 23 set. 2008.

PIOT, Olivier. Entre os combatentes do Curdistão. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n.6, p.16-17, jan. 2008.

RADU, Michael. *The rise and the fall of the PKK*. *Orbis*, Reino Unido, v. 45 n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary_0286-10610780_ITM>. Acesso em: 19 set. 2008.

REIS, Tarcísio Hardman. A entrada da Turquia na União Européia: Uma questão jurídica ou diplomática. In: GOMES, Eduardo Bacchi; REIS, Tarcísio Hardman. *Direito Constitucional Europeu: Rumos da Construção*, Ed. Juruá, Curitiba, 2005, p.149-182.

RUSIÑOL, Pere; OPPENHEIMER, Walter. *A esquerda mingua enquanto a direita marca a agenda na Europa*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2008/09/09/ult581u2776.jhtm>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

SIMSEK, Ayhan. *US support for Turkey's EU bid comes as France creates hurdles*. Disponível em: <http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2008/06/13/feature-02>. Acesso em: 13 out. 2008.

STINSON, Jeffrey. *Disputas para evitar mesquitas na Europa refletem sentimento anti-muçulmano*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/usatoday/2008/07/21/ult582u840.jhtm>>. Acesso em: 01 dez. 2008.

TODAY'S Zaman. *Babacan urges French fairness in EU talks*. Disponível em: <<http://www.todayszaman.com/tz-web/detaylar.do?load=detay&link=145116&bolum=102>>. Acesso em: 17 jun. 2008.

TOYNBEE, Arnold J. *Estudos de História Contemporânea: A civilização posta à prova. O Mundo e o Ocidente*. Tradução: Brenno Silveira e Luiz de Sena. 4.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

TURKISH Daily News. *Turkey far from EU accession*. Disponível em: <<http://www.turkishdailynews.com.tr/article.php?enewsid=96839>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

VALE dos Lobos. Produção de Serdar Akar. São Paulo: Flashstar, 2006. 1 DVD (122 min.): DVD, Ntsc, son., color. Legendado. Port.

WHITNEY, CRAIG R. *Vienna Journal; Once More, Turbulence for Austrians*. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE2D71E3DF93BA15752C1A964958260>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

YAVUZ, M. Hakan. *Islamic Political Identity in Turkey*. Nova York. Oxford University Press, 2003.

ZÜRCHER, Erik J. *Turkey: A Modern History*. 3.ed. Nova Iorque. I.B. Tauris, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – CRONOLOGIA DA QUESTÃO CIPRIOTA (1959-2002)

11 de fevereiro de 1959: Acordos de Zurique assinados entre o Reino Unido (RU), Grécia e Turquia sobre os princípios fundadores da República do Chipre (RdC).

19 de fevereiro de 1950: Acordos de Londres assinados entre RU, Grécia e Turquia sobre os princípios fundadores da RdC.

16 de agosto de 1960: Proclamação da independência da RdC.

12 de setembro de 1963: Acordo de Associação (o Acordo de Ancara assinado entre Turquia e a UE).

30 de novembro de 1963: O Arcebispo Makarios propôs ao vice-presidente Fazıl Küçük 13 emendas que facilitariam o funcionamento do aparato estatal, como a inaplicabilidade de diversas disposições da Constituição foi provada aos olhos cipriotas gregos.

21 de dezembro de 1963: O “Natal Sangrento” é declarado como tendo causado a morte de dois cipriotas turcos assassinados pelos policiais cipriotas gregos, para forçar os cipriotas turcos a aceitar 13 emendas constitucionais. Na sequência desses eventos, os cipriotas turcos abandonaram seus lugares no parlamento e na administração.

04 de março de 1964: O Conselho de Segurança das Nações Unidas (NU) aprovou a resolução 186 (1964), que colocou uma força – a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre – para manter a paz e colocar um fim na violência no Chipre. A referência nesta resolução ao “Governo da República do Chipre” marcou o primeiro exemplo de reconhecimento da administração greco-cipriota como o governo legal do Chipre

01 de dezembro de 1964: Torna-se efetivo o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.

19 de dezembro de 1972: É assinado o Acordo de Associação entre a República do Chipre e a UE.

01 de junho de 1973: Acordo entre a República do Chipre e a UE.

15 de julho de 1974: *Coup d'état* organizado pela junta do exército grego no poder e executada pelo EOKA-B (o acrônimo grego para “A Organização Nacional dos Combatentes Cipriotas”) contra o presidente Makarios.

20 de julho de 1974: Intervenção turca no Chipre para impedir a *enosis*, para colocar um fim no combate intercomunitário e proteger os cipriotas turcos.

16 de agosto de 1974: Segunda ofensiva do exército turco, que levou à ocupação de 37 por cento da parte norte da ilha pelo exército turco e subsequente ao reagrupamento territorial das populações das duas comunidades.

13 de fevereiro de 1975: Proclamação do estabelecimento do Estado Federal Turco-Cipriota (*Kıbrıs Türk Federasyonu*).

12 de fevereiro de 1977: Acordo entre o presidente Rauf Denktaş e o arcebispo Makarios colocando as bases para diálogo intercomunitário.

19 de maio de 1979: Acordo entre os presidentes Rauf Denktaş e Spyros Kyprianou preparando as bases para o diálogo intercomunitário.

15 de novembro de 1983: Proclamação da independência da República Turca do Norte do Chipre (*Kuzey Kıbrıs Türk Cumhuriyeti* - RTNC). Apenas a Turquia reconhece a RTNC enquanto que a RdC, que controla apenas a zona meridional e inclui apenas os cipriotas gregos, maronitas, armênios, e outras minorias, é reconhecida pelos outros países como o único Estado legítimo.

18 de novembro de 1983: O Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 541 (1983), que desaprova essa declaração de separação, considera a proclamação inválida, exige sua anulação e apela a todos os Estados que não reconheçam outro Estado além da República do Chipre.

14 de abril de 1987: A Turquia solicita sua adesão à UE.

01 de janeiro de 1988: Entra em vigor o protocolo de união alfandegária entre a República do Chipre e a UE.

18 de dezembro de 1989: A Comissão Europeia rejeita a candidatura turca, mas confirma a elegibilidade da Turquia à adesão.

04 de julho de 1990: Pedido de adesão do governo do Chipre à EU em nome da ilha inteira.

30 de junho de 1993: A Comissão Europeia é a favor da abertura das negociações para a adesão do Chipre.

04 de outubro de 1993: O Conselho Europeu aprova a opinião da Comissão durante a Conferência de Luxemburgo.

24-25 de junho de 1994: O Conselho Europeu de Corfu declara que a próxima ampliação da União incluiria Malta e Chipre.

06 de março de 1995: O “compromisso histórico” que garantiu ao Chipre as negociações para a sua adesão começaria seis meses após a conclusão do IGC 1996. Em troca, a Grécia suspendeu o veto ao acordo de união alfandegária com a Turquia.

01 de janeiro de 1996: Entre em vigor a união alfandegária entre a Turquia e a União Europeia.

12-13 de dezembro de 1997: Tomada a decisão de iniciar as negociações com a RdC pelo Conselho Europeu de Luxemburgo.

12 de março de 1998: O presidente greco-cipriota, Glafcos Clerides, convidou a comunidade cipriota turca a se unir à equipe de negociação cipriota. A presidência britânica da EU transmitiu o convite ampliado aos líderes turco-cipriotas durante a Conferência Europeia em Londres. O convite foi recusado pela RTNC.

31 de março de 1998: Começaram as negociações de adesão com a RdC.

10 de novembro de 1998: Início de negociações substanciais para a adesão da RdC.

10-11 de dezembro de 1999: O Conselho Europeu da Conferência de Helsinque declarou que a acomodação política no Chipre não constituiria uma pré-condição para a adesão do Chipre à União Européia; a candidatura da Turquia se tornou oficial após a retirada do veto grego.

04 de dezembro de 2001: A decisão de começar as conversações entre os presidentes Denktas e Clerides.

14-15 de dezembro de 2001: A reunião do Conselho Europeu em Laeken expressou a sua determinação em trazer as negociações de adesão a uma conclusão bem-sucedida – até o fim de 2002 – com os países que estiverem aptos, e listou o Chipre como um dos países que estariam prontos, se a velocidades das negociações e reformas fossem mantidas.

21 de janeiro de 2002: Início de rodadas de negociações intensivas e abertas entre os líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas.

11 de novembro de 2002: O secretário geral da ONU, Kofi Annan apresentou as *bases para um acordo para uma abrangente acomodação do problema de Chipre*.

12-13 de dezembro de 2002: O Conselho Europeu de Copenhague recebeu o Chipre como membro da União Européia a partir de 1º de maio de 2004, sem levar em consideração a resolução da questão do Chipre.

Fonte: (SUVARIEROL, 2003, p.72-75 apud GUIMARAIS, 2007:184-188, grifo do autor)

ANEXO B – CRONOLOGIA DA RELAÇÃO DA TURQUIA-UE (1952-2007)

Fevereiro de 1952: A Turquia se torna um membro pleno da OTAN.

Setembro de 1959: Ancara faz requisição de associação como membro da Comunidade Económica Européia.

Setembro de 1963: O Acordo de Ancara (um acordo de associação) é assinado para levar a Turquia à união aduaneira e se tornar um membro pleno da CEE. O primeiro protocolo financeiro também foi assinado.

Novembro de 1970: O Protocolo Adicional e o segundo protocolo financeiro são assinados em Bruxelas.

Janeiro de 1973: O Protocolo Adicional entra em prática. Define, então, como a União Aduaneira deve funcionar.

Julho de 1974: A Turquia invade o Chipre.

Primeira metade de 1980: As relações entre a Turquia e a CEE são congeladas por causa do Golpe Militar de 12 de setembro de 1980.

Junho de 1980: O Conselho de Associação decide reduzir os encargos financeiros de todos os produtos agrícolas para “zero” em 1987.

Setembro de 1986: A Turquia e o Conselho de Associação da CEE se reúnem para reativar o processo de associação.

14 de abril de 1987: A Turquia se candidata para se tornar membro pleno da CEE.

Dezembro de 1989: A CEE confirma a elegibilidade da Turquia, mas declina a candidatura.

Março de 1995: A Turquia e o Conselho de Associação da UE finalizam o acordo de União Aduaneira, que entra em voga em 01 de janeiro de 1996.

Dezembro de 1997: Na Conferência de Cúpula De Luxemburgo, os líderes da UE declinam a concessão de candidatura à Turquia.

Dezembro de 1999: O Conselho de Helsinki da UE decidem aceitar o status de candidato da Turquia.

Março de 2001: O Conselho de Ministros da UE adotam o plano de Parceria de Acesso UE-Turquia.

Março de 2001: O governo turco adota o Programa Nacional da Turquia para a adoção das leis da UE.

Setembro de 2001: O parlamento turco adota mais de 30 emendas constitucionais para se adequar aos Critérios de Copenhagen para o processo de adesão à UE.

Agosto de 2002: O parlamento turco lança novas e grandes reformas para atingir o critério dos Direitos Humanos exigidos pela UE.

13 de dezembro de 2002: O Conselho Europeu de Copenhagen resolve que se o Conselho Europeu, em dezembro de 2004, com base no relatório e na recomendação da Comissão, decidir que a Turquia se enquadra nos Critérios de Copenhagen, a UE deve abrir as negociações de adesão com a Turquia. Neste meio tempo, os líderes da UE acordam em estender e aprofundar a cooperação da União Aduaneira UE-Turquia e prover à Turquia o aumento de assistência financeira de pré-acesso.

Mai de 2003: O Conselho de Ministros da UE decidem os princípios, as prioridades, os objetivos intermediários e as condições para a “Parceria de Acesso com a Turquia”.

Janeiro de 2004: A Turquia assina um protocolo banindo a pena de morte em qualquer circunstância. Um movimento apreciado pela UE.

Março de 2004: O Conselho da Europa recomenda o término do monitoramento da Turquia.

Outubro de 2004: O relatório de progresso da Turquia é emitido pela Comissão.

17 Dezembro de 2004: O Conselho Europeu decide abrir negociações de adesão da Turquia à UE em 03 de outubro de 2005 com restrições.

Mai de 2005: A Turquia nomeia o Ministro da Economia Ali Babacan como o negociador chefe da negociação de acesso.

01 de Junho de 2005: A Turquia revisa seu código penal, que havia sido adotado em setembro de 2004, e o coloca em prática.

17 de junho de 2005: O Conselho reitera a determinação da UE de seguir com seu processo de alargamento.

29 de junho de 2005: A Comissão apresenta para Ancara o seu “rigoroso” quadro de negociação.

29 de julho de 2005: A Turquia assina o protocolo do acordo de Ancara, expandindo a União Aduaneira para os dez novos Estados membros, incluindo o Chipre. Ancara solta uma declaração de não-reconhecimento do Chipre.

21 de setembro de 2005: A UE aprova a contraproposta da Turquia do dia 29 de julho.

03 de outubro de 2005: As negociações de acesso se iniciam simbolicamente.

23 de janeiro de 2006: O Conselho decide as principais prioridades e condições contidas na “Parceria de Acesso com a Turquia”.

16 de março de 2006: O Parlamento Europeu adota uma resolução baseada em um relatório de Elmar Brok no projeto estratégico da Comissão de alargamento.

12 de abril de 2006: Istambul é recomendada para ser a Capital Cultural da Europa de 2010.

12 de junho de 2006: A UE dá início às negociações concretas de adesão com a Turquia. O quadro negociativo especifica 35 capítulos. Cada um deles precisa ser aberto por unanimidade e fechado pelo Conselho. O Conselho concorda em abrir o capítulo de Ciência e Pesquisa.

12-27 de julho de 2006: A UE recebe sinais preocupantes de liberdade de expressão com o julgamento “turquista” de Hrant Dink.

31 de julho de 2006: O General Yasar Büyükanit, conhecido por ser de “linha dura”, é apontado como Chefe militar turco.

04 de setembro de 2006: O Parlamento Europeu produz um relatório com as preocupações para o progresso do preparo para a associação. O relatório diz que a Turquia teve progresso insuficiente nas áreas de liberdade de expressão, direito das minorias, corrupção e violência contra a mulher.

08 de novembro de 2006: A Comissão publica um relatório crítico acerca do progresso da adesão da Turquia à UE.

29 de novembro de 2006: A Comissão recomenda a suspensão parcial das negociações de adesão com a Turquia por causa do vácuo de progresso na questão cipriota.

11 de dezembro de 2006: Os Ministros do Exterior da UE decidem seguir as recomendações da Comissão e suspendem as negociações com a Turquia em 08 dos 35 capítulos.

26 de junho de 2007: Dois novos capítulos da negociação são abertos: Controle estatístico e financeiro, entretanto, a abertura do capítulo de União Monetária e Econômica foi removida da agenda.

22 de julho de 2007: O AKP é reeleito com 47% dos votos nas eleições parlamentares.

24 de outubro de 2007: O Parlamento lança sua resolução anual para a adesão à UE.

06 de novembro de 2007: A Comissão publica seu relatório de alargamento anual, recomendando não abrir as negociações no que concerne à justiça e direitos básicos enquanto a Turquia não reformar seu código criminal.

Fonte: (EURACTIV, tradução nossa)

ANEXO C – O PROCESSO DE ADESÃO DE UM NOVO ESTADO-MEMBRO NA UE

O alargamento constitui uma oportunidade para a União Europeia (UE) e para a sua função histórica de fazer do continente europeu um espaço de paz, de estabilidade e de prosperidade. O artigo 49.º do Tratado da União Europeia (TUE) estabelece as condições (bem como as regras) para qualquer país que pretenda aderir à UE: ser um país europeu e respeitar os princípios comuns da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito.

Com o quinto alargamento, sem precedentes, a UE criou progressivamente um processo para guiar e apoiar os países candidatos à adesão a prepararem-se para as suas obrigações de Estados-Membros, nomeadamente nos seus processos de transição, de reformas e de adopção e de aplicação do acervo.

SÍNTESE

Base jurídica

A UE está aberta a qualquer país europeu, em conformidade com o artigo 49.º do Tratado da UE (TUE), que constitui a base jurídica de qualquer adesão. No entanto, para aderir à UE, o país europeu candidato deve respeitar os princípios enunciados no artigo 6.º, n.º 1, do TUE, que são comuns aos Estados-Membros e nos quais a UE assenta: a liberdade, a democracia, o respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como o Estado de Direito.

Nos termos do artigo 49.º TUE, qualquer Estado europeu que pretenda aderir à UE deve dirigir o respectivo pedido ao Conselho. Esta instituição europeia, antes de decidir, deve consultar a Comissão e solicitar um parecer favorável ao Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria absoluta dos membros que o compõem. Então, o Conselho decide por unanimidade.

As condições de adesão e as adaptações dos Tratados e das instituições decorrentes dessa adesão serão objecto de acordo entre os Estados-Membros e o país candidato. Este acordo, ou tratado de adesão, será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes.

Processo de adesão

Qualquer **pedido de adesão** deve ser objecto de um parecer da Comissão e de uma decisão do Conselho. O facto de o **estatuto de país candidato** ser reconhecido ao país

requerente, não implica necessariamente a abertura de negociações com vista à adesão imediata. Para esse efeito, o referido país deve responder a determinadas condições.

Qualquer país que pretenda aderir à UE deve respeitar os critérios de adesão, ou critérios de Copenhaga, com base nos quais a Comissão emite o parecer relativo a qualquer pedido de adesão. Estes critérios foram definidos no Conselho Europeu de Copenhaga, em 1993, e completados no Conselho Europeu de Madrid, em 1995. Exige-se:

- Critérios políticos: estabilidade das instituições que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos do Homem, bem como o respeito e a protecção das minorias.
- Critérios económicos: existência de uma economia de mercado viável e capacidade para enfrentar a pressão concorrencial e as forças do mercado na União Europeia.
- Capacidade para assumir as obrigações de membro, que decorrem do direito e das políticas da UE (ou do acervo), incluindo a adesão aos objectivos de união política, económica e monetária.
- Ter o país em causa criado as condições necessárias à sua integração através da adaptação das suas estruturas administrativas.

No caso dos países dos Balcãs Ocidentais, nos termos do roteiro proposto pela Comissão em 2005 e assumido pelo Conselho em 2006, os resultados positivos de um país em relação às obrigações que decorrem do seu Acordo de Estabilização e Associação (nomeadamente as disposições em matéria de comércio) constituirão uma parte essencial dos elementos sobre os quais se baseará a UE para analisar um eventual pedido de adesão.

Além disso, a capacidade de absorção da UE constitui outro dos elementos fundamentais em relação a qualquer novo alargamento. Por capacidade de absorção (ou capacidade de integração) entende-se que o alargamento da União deve estar em condições de aprofundar a integração através de instituições e de políticas que funcionem, à medida que são acolhidos novos membros. Estes novos membros devem estar bem preparados para assumir o seu novo estatuto de Estado-Membro. A capacidade de integração da UE necessita, por outro lado, que o seu alargamento receba o apoio da opinião pública nos Estados-Membros e nos países candidatos.

Logo que os países com o estatuto de país candidato satisfaçam estes critérios, as **negociações de adesão** estão prontas a ser lançadas. O Conselho Europeu decide da oportunidade de encetar as negociações com base no parecer da Comissão.

As negociações de adesão constituem o fundo do processo de adesão, que incide na adopção e aplicação do acervo pelos países candidatos; estas negociações têm por objectivo auxiliar os países candidatos a preparar-se para fazer face às respectivas obrigações de Estados-Membros a partir da adesão. As negociações baseiam-se nos méritos próprios de cada país candidato e são efectuadas individualmente, podendo, por conseguinte, o grau de preparação variar em função do país candidato.

O desenrolar das negociações de adesão parte de um quadro de negociação estabelecido pelo Conselho sob proposta da Comissão; este quadro oferece uma perspectiva das negociações que devem ser levadas a cabo e tem em conta a situação e as características específicas de cada país candidato, ou seja:

- Os princípios e os procedimentos relativos à negociação.
- Os pontos que podem ser objecto de negociação, como os aspectos financeiros, as excepções temporárias ou as medidas de salvaguarda em domínios específicos do acervo (livre circulação de pessoas, políticas estruturais ou agricultura, por exemplo) que podem ser invocados durante as negociações de adesão.
- A relação entre as reformas políticas e económicas do país candidato e o desenrolar das negociações.
- Pontos das negociações que permaneçam em aberto.
- O objectivo que constitui a adesão.

As negociações incidem sobre o acervo, que se divide em capítulos, correspondendo cada capítulo a um domínio do acervo. As negociações começam por uma fase preparatória ou exame analítico do acervo ("screening") da responsabilidade da Comissão. O "screening" destina-se a apreciar o grau de preparação do país candidato, a familiarizar os países candidatos com o acervo e a identificar os capítulos que devem ser abertos com base nos critérios de referência ("benchmarks") definidos para a abertura do capítulo. Estes critérios de referência dizem respeito a etapas preparatórias essenciais para o alinhamento futuro e o respeito das obrigações contratuais ao abrigo dos acordos de associação ligadas ao acervo. O Conselho decide por unanimidade eventuais critérios de referência, ou a abertura de um capítulo com base em recomendações da Comissão.

As negociações têm lugar no âmbito de conferências intergovernamentais bilaterais que reúnem todos os Estados-Membros, por um lado, e o país candidato, por outro.

As negociações deste ou daquele capítulo são encerradas quando o país candidato preencher os critérios de referência ("benchmarks") definidos para efeitos do encerramento do capítulo (iniciativas legislativas, medidas administrativas ou judiciais, aspectos do acervo efectivamente aplicados, economia de mercado viável em relação aos capítulos económicos, por exemplo), e quando aceite o projecto de posição comum da UE elaborado pela Comissão e adoptado pelo Conselho por unanimidade. Contudo, os capítulos encerrados podem ser reabertos sempre que os países candidatos deixem de satisfazer as condições exigidas.

Previstas pelo quadro de negociações, as negociações de adesão podem ser suspensas em caso de violação séria e persistente dos princípios em que assenta a UE. A Comissão pode, então, por sua própria iniciativa ou a pedido de um terço dos Estados-Membros, recomendar a suspensão das negociações e determinar as condições para que estas possam ser retomadas. O Conselho adopta a recomendação por maioria qualificada após ter ouvido o país candidato em causa.

O encerramento das negociações relativas a todos os capítulos determina o termo do processo de adesão, podendo, então, lançar-se a adesão através da celebração de um acordo, o **tratado de adesão**, entre os Estados-Membros e o país candidato. No entanto, é ao Conselho que cabe decidir por unanimidade a conclusão do processo, após parecer da Comissão e parecer favorável do Parlamento Europeu. O tratado de adesão deve integrar:

- O resultado das negociações de adesão, as condições da adesão e as medidas de salvaguarda ou de adiamento relativamente a domínios que necessitem de maior aprofundamento, em conformidade com a última avaliação da Comissão.
- A adaptação das instituições e dos tratados, como a indicação do resultado de cada votação no Conselho e no Parlamento Europeu ou o número de deputados europeus, os membros do Comité das Regiões, etc.
- A data de adesão.

Durante o período que vai desde a celebração do tratado de adesão até ao dia da adesão, o tratado deve ser ratificado por todos os Estados-Membros e pelo futuro Estado-Membro. O país candidato passa a país em vias de adesão, prosseguindo o processo relativo à adesão através da adaptação dos domínios que apresentem lacunas e em relação aos quais devam ser realizados progressos acompanhados pela Comissão.

Instrumentos do processo de adesão

É definida uma **estratégia de pré-adesão** em relação a cada processo de adesão e em relação a cada país candidato, com vista a auxiliá-lo a preparar a sua adesão futura. Esta

estratégia de pré-adesão prevê os quadros e os instrumentos do processo (enumerados a seguir), que vão apoiar os países candidatos na sua preparação.

Os **acordos bilaterais** celebrados entre a UE e cada país candidato servem de quadro bilateral ao diálogo e às negociações. É o caso do acordo de associação e da união aduaneira com a Turquia e os acordos de estabilização e de associação para os países dos Balcãs Ocidentais.

Os **diálogos político e económico** sobre os critérios políticos e critérios económicos e de convergência, respectivamente, têm lugar entre a UE e cada país candidato, a fim de consolidar o processo; os resultados decorrentes desses diálogos são integrados nas negociações de adesão.

As **parcerias para a adesão** representam, para os países candidatos, um quadro individual que pretende ajudá-los a preparar a sua adesão, expondo circunstanciadamente os princípios e os domínios prioritários (sob forma de prioridades a curto e a médio prazo), com base nos critérios de Copenhaga e em relação aos quais devem reforçar as suas instituições e infra-estruturas e/ou legislação ou empreender reformas. As parcerias para a adesão constituem igualmente um quadro de referência para o apoio financeiro assegurado pelos fundos comunitários.

Os **programas nacionais para a adopção do acervo** (PNAA) estão previstos pelas parcerias para a adesão e são instituídos por cada país candidato. Apresentam um calendário para aplicação das prioridades definidas pela parceria para a adesão, bem como os correspondentes recursos humanos e financeiros.

Os **programas, agências e Comités da UE estão abertos a uma participação** dos países candidatos nos mesmos termos que a dos Estados-Membros. Ao participar, o país candidato fornece uma contribuição financeira; a este título, a assistência financeira de pré-adesão pode assumir uma parte deste financiamento. No entanto, os países candidatos apenas possuem um estatuto de observador nos programas em que participam, só assistindo às reuniões dos comités de acompanhamento destes programas quando sejam parte interessada. A sua participação nas agências varia em função da agência, indo desde a participação integral até à participação parcial.

Assim, a participação nos programas, em agências e Comités da UE que visem promover a cooperação entre Estados-Membros e os intercâmbios destina-se a familiarizar os países candidatos com as políticas e instrumentos comunitários. Podem estar em causa diferentes domínios, como a educação, a formação, a juventude, o ambiente, a saúde, etc.

A **avaliação da Comissão ("monitoring")** inicia-se a partir do pedido de adesão e prossegue até ao momento em que o país candidato adira efectivamente à UE.

Esta avaliação é objecto de relatórios anuais (relatórios periódicos) nos quais a Comissão aprecia o grau de preparação dos países candidatos para assumirem as suas obrigações de Estados-Membros. Os relatórios seguem uma estrutura similar, apresentando uma avaliação circunstanciada dos critérios de Copenhaga, que inclui uma avaliação capítulo a capítulo sobre a adopção e aplicação do acervo.

De forma mais regular e em complementaridade da sua avaliação anual, a Comissão criou um processo de acompanhamento do desenrolar das negociações de adesão. Este processo baseia-se no quadro de negociações e destina-se a apreciar o alinhamento dos países candidatos em relação ao acervo e à sua aplicação. Esta avaliação é publicada periodicamente em relatórios de acompanhamento.

O diálogo da sociedade civil tem por objectivo associar as sociedades civis da UE e dos países candidatos ao processo de adesão. Adquiriu uma especial dimensão com a necessidade de ser estabelecida uma associação mais estreita entre as sociedades civis e a UE; neste contexto particular, pretende reforçar a compreensão e o conhecimento mútuos.

A **assistência financeira de pré-adesão** visa apoiar a transição dos países candidatos e as suas reformas, com o propósito de reforçar as instituições e instaurar as infra-estruturas necessárias para se alinharem pelo acervo e poderem pô-lo em prática. Esta assistência é destinada igualmente à cooperação regional e transfronteiriça, bem como ao desenvolvimento regional. Pretende, além disso, preparar os países candidatos a participarem nos fundos estruturais da UE.

A relação entre a assistência de pré-adesão e o processo de pré-adesão é interdependente, na medida em que a assistência se destina a apoiar o processo, da mesma forma que o processo determina a assistência. Por esta razão, esta assistência, que é uma assistência a médio prazo, deve ser flexível em função dos progressos realizados pelos países candidatos e da identificação de novas prioridades. Na sua origem, o principal instrumento financeiro, o Programa Phare , instituído na perspectiva de apoiar o processo de reformas, bem como a transição política e económica da Hungria e da Polónia em 1989, tornou-se muito rapidamente o principal instrumento de assistência para a preparação da adesão dos países candidatos da Europa Central e Oriental. Foi reforçado igualmente pelo instrumento estrutural de pré-adesão (ISPA) e pelo instrumento agrícola de pré-adesão (SAPARD) relativamente ao período de 2000 a 2006.

No que diz respeito ao período de 2007 a 2013, é o instrumento de assistência de pré-adesão (IAP) que concretiza a assistência financeira em prol dos países candidatos (bem como dos potenciais países candidatos dos Balcãs Ocidentais). Destinado a ser um instrumento flexível, o IAP fornece assistência em função dos progressos realizados pelos países beneficiários e das suas necessidades, nos termos do expresso pelas avaliações e pelos documentos de estratégia anuais da Comissão.

Além disso, os países candidatos podem igualmente beneficiar de co-financiamentos de instituições financeiras internacionais (IFI) com as quais a Comissão tenha celebrado acordos. Estes acordos permitem não só reforçar a cooperação entre estas instituições como canalizar melhor os empréstimos e fundos ao serviço do processo de pré-adesão. O Banco Europeu de Investimento (BEI) (DE, EN, FR), enquanto instituição financeira competente da UE, também desempenha neste domínio um papel não negligenciável.

Contexto

A UE conheceu cinco alargamentos sucessivos desde a sua criação, em 1957. Dos seis Estados-Membros fundadores, passou actualmente a vinte e sete Estados-Membros. Os alargamentos de 2004 e de 2007 foram sem precedentes, não só devido ao número de países que pretendiam aderir à UE, mas também em razão dos desafios que implicava a adesão destes países à UE. Com efeito, a situação tanto política como económica da maior parte dos referidos países requeria uma grande preparação antes da sua adesão à UE. Além disso, a própria UE devia preparar-se em termos de capacidade de absorção para os acolher. Por esta razão, o processo de alargamento foi aprofundado, para que estes países estivessem em condições de fazer face às suas obrigações de Estados-Membros no momento da sua adesão, sendo prestada assistência nos seus processos de transição e de reformas e, por conseguinte, na preparação para a adesão.

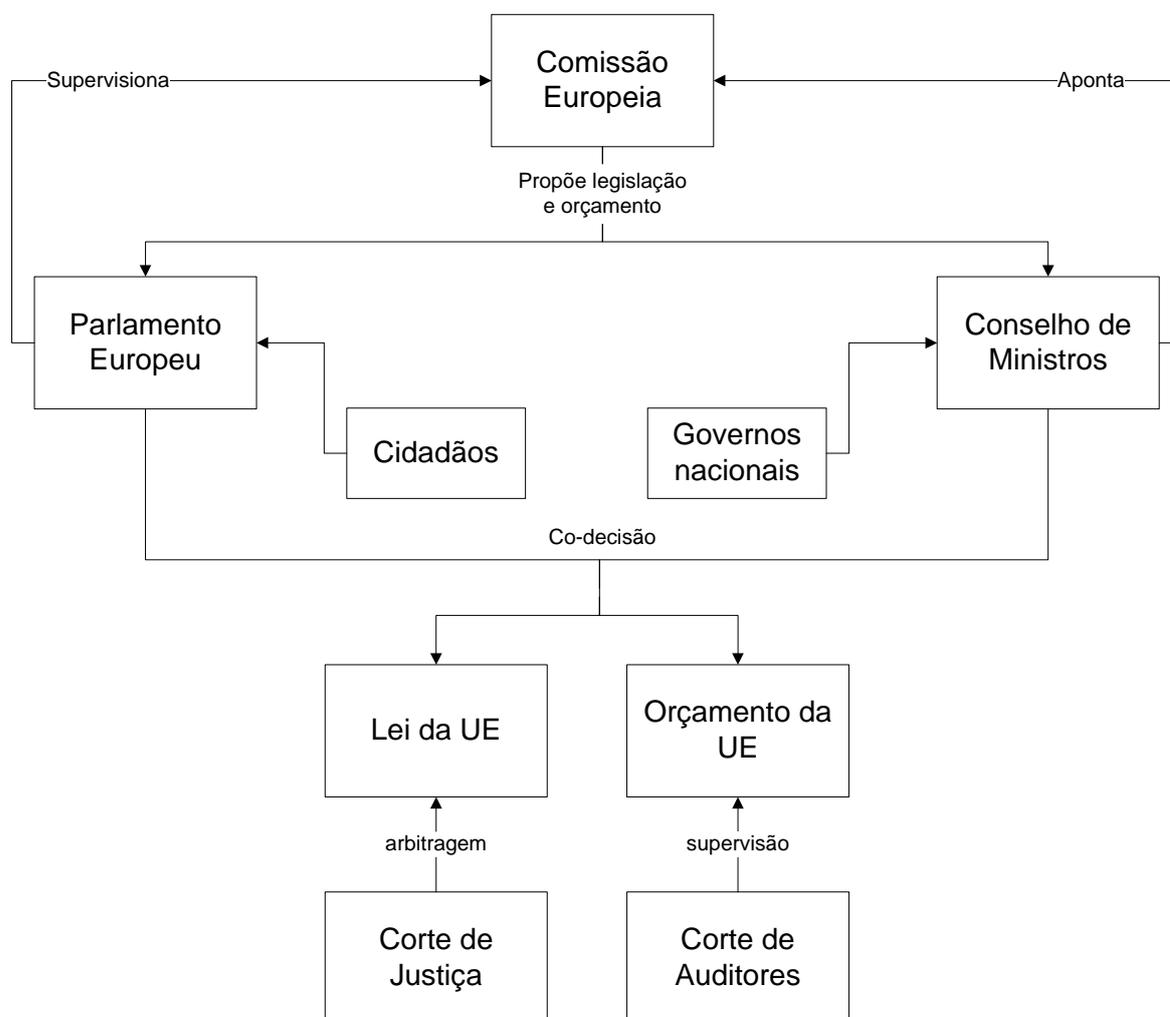
Assim, em conformidade com a vontade dos pais fundadores e o espírito dos tratados, a UE responde ao seu objectivo de se afirmar como um espaço de unidade na diversidade, promotor de estabilidade e de prosperidade e reúne países que partilham um compromisso comum e valores comuns, ou seja a liberdade, a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos do Homem.

Última modificação: 28.2.2007

Fonte: (EUROPA, grifo do autor)

ANEXO D – FLUXO DE PODER DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPÉIA

Fluxo de poder das instituições da União Européia



Fonte: Adaptado de BBC News. EU Institutions. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/english/static/in_dept/europe/2001/inside_europe/eu_institutions/flow_chart.stm>. Acesso em: 07 set. 2008.

A Comissão Européia é a única instituição da UE que pode inaugurar a legislação. Além de propor novas leis, é seu dever consultar os interesses de grupos e especialistas para certificar os interesses da União Européia como um todo.

Assim que a Comissão formou uma proposta, tanto de uma nova lei, quanto do orçamento anual, ela a submete ao Parlamento Europeu e ao Conselho de Ministros, que podem aprová-la ou rejeitá-la.

O Parlamento ainda tem a responsabilidade de supervisionar os 20 delegados das comissões permanentes, além de ser a única instituição com poder de demiti-los. Os delegados das comissões são pré-escolhidos pelo Conselho de Ministros e depois passam por processo de aprovação pelo Parlamento.

Uma vez que a legislação foi aprovada, a Corte de Justiça se certifica que a interpretação seja uniforme entre os Estados membros e tenta resolver os pequenos problemas entre as leis europeias e nacionais.

A Corte de Auditores é o “cão de guarda” do orçamento, conferindo se o dinheiro tem sido bem gasto e tentando beneficiar os cidadãos europeus.

Fonte: (BBC, adaptação do fluxograma e tradução nossa)

ANEXO E – STATUS DOS CAPÍTULOS DA NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DA TURQUIA À UE

TURKEY		screening reports: presented in Council	letter from Presidency to Turkey	benchmark report presented in Council	letter from Presidency to Croatia	first DCP presented in Council	negotiations opened	negotiations closed
state of play: 25 September 2008								
1 – free movement of goods*		19 June 2007	11 Oct 2007 (OBMs)					
2 – freedom of movement of workers		1 Feb 2008						
3 – right of est. & freedom to provide services*		20 April 2007	31 Oct 2007 (OBMs)					
4 – free movement of capital		29 Sept 2006	14 Feb 2007 (OBMs)					
5 – public procurement		7 April 2006	17 May 2006 (OBMs)					
6 – company law		11 May 2007	25 June 2007 (OBMs)					
7 – intellectual property rights		20 Oct 2006	4 April 2007 (OBMs)	1 April 2008	24 April 2008	23 May 2008	17 June 2008 (Min)	
8 – competition policy		10 May 2006	28 June 2006 (OBMs)	11 March 2008	16 April 2008	23 May 2008	17 June 2008 (Min)	
9 – financial services*		20 April 2007	25 June 2007 (OBMs)					
10 – information society and media		3 July 2007	25 June 2008 (OBMs)	5 Sept 2008				
11 – agriculture and rural development*		12 Sept 2006	24 Jan 2007 (OBMs)					
12 – food safety, vet. & phyto-sanitary policy		9 Feb 2007	12 July 2007 (OBMs)					
13 – fisheries*		7 March 2008						
14 – transport policy*		25 Sept 2007						
15 – energy		30 March 2007						
16 – taxation		26 Jan 2007	18 April 2007 (OBMs)					
17 – economic and monetary policy		10 Oct 2006	24 Jan 2007 (no OBMs)	NA	NA	4 May 2007	26 June 2007 (Min)	
18 – statistics		8 Dec 2006	19 Jan 2007 (no OBMs)	NA	NA	29 May 2007		
19 – social policy and employment		5 Sept 2006	19 January 2007 (OBMs)	NA	NA	2 March 2007	29 March 2007 (Dep)	
20 – enterprise and industrial policy		19 Sept 2006	20 Dec 2006 (no OBMs)	NA	NA	6 Nov 2007	19 Dec 2007 (Min)	
21 – Trans-European networks		25 June 2007	27 Sept 2007 (no OBMs)					
22 – regional pol. & coord. of structural instr.		15 May 2007						
23 – judiciary and fundamental rights		29 June 2007						
24 – justice, freedom and security		9 June 2006						
25 – science and research		7 Feb 2006	23 Feb 2006 (no OBMs)	NA	NA	23 May 2006	12 June 2006 (Min)	12 June 2006 (Min.)
26 – education and culture		14 Feb 2006	26 April 2006 (no OBMs)	NA	NA	5 Sept 2006		
27 – environment		25 June 2007	3 Oct 2007 (OBMs)					
28 – consumer and health protection		4 May 2007	12 July 2007 (no OBMs)	NA	NA	25 Sept 2007	19 Dec 2007 (Dep)	
29 – customs union*		12 March 2007	11 May 2007 (OBMs)					
30 – external relations*		1 Feb 2008						
31 – foreign, security and defence policy								
32 – financial control		29 Sept 2006	14 Feb 2007 (no OBMs)	NA	NA	1 June 2007	26 June 2007 (Min)	
33 – financial and budgetary provisions		10 Jan 2008						

* covered by decision of 11 December 2006
NB: OBMs = opening benchmarks; Min = Ministerial level; Dep = Deputies' level

Fonte: (EUROPEAN)

ANEXO F – CRONOLOGIA DA RELAÇÃO TURQUIA-ISRAEL (1949-2006)

1949

28 de março: A Turquia é um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel.

1958

29 de agosto: O primeiro ministro de Israel David Ben-Gurion e o primeiro ministro turco Adnan Menderes participam de reunião secreta para definir as bases para uma parceria, acordando o “pacto periférico”. Este pacto envolveria mútuas campanhas de relações públicas para influenciar seus respectivos cidadãos, uma troca de informação de inteligência, e o apoio mútuo para avanços militares.

1967

Junho: A Turquia entra na comunidade das nações Árabes, condenando Israel pela Guerra dos Seis Dias e clamando para que Israel devolva as terras ocupadas no pós-guerra. Entretanto, a Turquia se absteve em assinar uma cláusula que referia Israel como um “Estado agressor”.

1969

25 de setembro: A Turquia se opõe a conclusão do encontro da Organização da Conferência Islâmica, em Rabat, Marrocos, que propunha um rompimento das relações diplomáticas com Israel.

1979

Outubro: Yasser Arafat viaja para Ancara para inaugurar um escritório da Organização para a Libertação da Palestina – OLP.

1980

03 de dezembro: A Turquia anuncia seu plano de redução das relações diplomáticas com Israel para um nível simbólico – com a incorporação de deveres de um “segundo secretário” – citando que a política para os problemas do Oriente Médio continua “não conciliatória”. O ministro do exterior turco, Oktay Iscen, afirmou que Israel foi notificado da decisão em 26 de novembro, e enfatiza que a representação de “segundo secretário” se iniciará em uma base de reciprocidade.

1985

- Israel nomeia Yehuda Millo, um diplomata com status de conselheiro ministerial, para o cargo das relações externas com a Turquia.

1986

Setembro: A Turquia nomeia Ekrem Guvendiren, um diplomata com status de embaixador, como “segundo secretário” em Tel Aviv. Guvendiren inicia a função em 05 de setembro.

06 de setembro: Dois homens descritos como Árabes invadiram a sinagoga de Neve Shalom em Istambul durante o Sabbath e atiraram com submetralhadoras e detonaram granadas, matando pelo menos vinte e um dos trinta veneradores.

- Turk Hava Yollari (Turkish Airlines) lança vôos diretos entre Israel e Turquia.

1987

Setembro: Os Ministros do Exterior de Israel e da Turquia se encontram na Assembléia Geral das Nações Unidas.

Dezembro: A Primeira Intifada palestina se inicia. A Turquia faz duras declarações “denunciando a opressão israelense e apoiando o direito de auto-determinação dos palestinos”.

1988

Novembro: A Turquia reconhece a existência do Estado palestino, tornando-se a primeira nação com relações diplomáticas com Israel a se posicionar dessa forma. Quando Israel protesta às representações turcas em Ancara, a Turquia se contém em garantir status de plena diplomacia para a representação da OLP.

1989

- Moris Amitay, um lobista pró-Israel nos Estados Unidos, é contratado para dar suporte à Turquia no Senado dos EUA para derrubar o projeto de resolução que denuncia um suposto massacre dos armênios pelos turcos durante a II Guerra Mundial.

1990

- Estimativas da balança comercial entre os dois países neste ano apontam o crescimento de \$100 para \$150 milhões. (As exportações israelenses para a Turquia contam com cerca de 70% deste quadro).

1991

Dezembro: As duas nações retomam relações plenas de suas embaixadas.

1992

Abril: Os ministros de defesa das duas nações assinam um documento com princípios de cooperação.

Mai: A Turquia toma parte das reuniões do Controle de Armas e Segurança Regional – ACRS para o Oriente Médio como um parceiro extra-regional, Israel como um participante membro.

Junho: A “normalização” das relações com Israel procede com a assinatura de um tratado facilitando o turismo entre os dois países com o Ministro do Turismo turco Abdulkadir Ates.

Julho: O presidente de Israel Chaim Herzog visita Istambul.

Outubro: Bilgin Unan, o subsecretário delegado do Ministro do Exterior turco, visita Israel.

- Os turcos e o mundo judeu comemoram o aniversário de 500 anos das boas vindas dos judeus pelo Império Otomano.

1993

Março: O Conselho de Negócios Turquia-Israel é estabelecido.

Abril: O Ministro do Exterior de Israel Shimon Peres visita a Turquia para o funeral do presidente Turgut Özal.

Novembro: As duas nações assinam um memorando de cooperação, criando comitês oficiais para lidar com questões regionais, como terrorismo e fundamentalismo. Os países

concordaram em cooperar e congregar inteligência com Síria, Irã e Iraque, além de se encontrarem regularmente para contribuir com os temas terrorismo e capacitação militar nestes três países.

13-15 de novembro: O ministro do exterior turco Hikmet Cetin visita Israel, a primeira visita da história de um ministro do exterior turco. Ele participou da assinatura de dois documentos que estabeleciam mútua estrutura em temas como turismo, cooperação econômica e intercâmbio educacional.

1994

Janeiro: O presidente de Israel Ezer Weizman visita a Turquia. A primeira visita oficial do chefe de estado israelense. Ele participa da assinatura de um acordo cultural e de um memorando de cooperação nas áreas de arte, cultura, educação, ciência e esportes.

Abril: O ministro do exterior israelense Shimon Peres visita a Turquia, onde assina um acordo de proteção ambiental entre os dois países.

31 de maio: Um Acordo de Segurança e Sigilo é assinado, garantindo sigilo no intercâmbio e compartilhamento de informação entre os dois países.

Verão: As duas nações trocam adidos militares.

Setembro: Negociações de um acordo de livre comércio entre Turquia e Israel são iniciadas.

Outubro: O diretor de segurança israelense Asaf Haffetz visita a Turquia.

03-05 de novembro: O primeiro-ministro turco Tansu Ciller visita Israel, a primeira visita oficial de um primeiro-ministro, e incentiva o acordo de livre comércio entre os dois países. Ciller compara Bem-Gurion com Kemal Ataturk, o pai da Turquia moderna.

Novembro: As polícias das duas nações chegam a um acordo de cooperação na troca de informações.

10 de dezembro: O primeiro ministro turco Ciller participa da cerimônia do Prêmio Nobel por Yitzhak Rabin, Shimon Peres e Yasser Arafat, e mantém diálogo com cada um.

1995

Mai: O ministro do exterior israelense Yossi Beilin visita a Turquia.

18 de setembro: Líderes dos dois países assinam um memorando de entendimento para o treinamento de pilotos nos espaços aéreos um do outro.

Novembro: O comandante naval israelense Adm. Ami Ayalon visita a Turquia.

06 de novembro: O primeiro-ministro turco Tansu Ciller participa do funeral de Yitzhak Rabin's.

21 de novembro: Israel dá total apoio aos planos de União Aduaneira da Turquia com a União Européia, acreditando que o acordo prevenirá a florescência do fundamentalismo islâmico na Turquia. Para deixar isso claro, o embaixador israelense Zvi Elpeleg anuncia que o primeiro ministro Shimon Peres enviou diversas cartas para os líderes e parlamentares da UE demonstrando apoio à União Aduaneira.

24 de dezembro: O WP, liderado por Necmettin Erbakan, que fazia campanha prometendo cortar a relação com Israel, ganha vários votos.

1996

Janeiro: O subsecretário do ministério do exterior turco Onur Oymen visita Israel.

Fevereiro: As Forças de Defesa de Israel – FDI aconselham e equipam as forças de segurança turca nas fronteiras com Iraque, Síria e Irã.

23 de fevereiro: As duas nações assinam um acordo de 5 anos – renovável anualmente – de cooperação militar. O acordo envolvia intercâmbio de experiência militar, visitas entre as forças armadas dos dois países, treinamento conjunto e da mesma forma, exercícios separados em territórios um do outro.

Março: O presidente turco Suleyman Demirel visita Israel, primeira visita oficial de um presidente turco a Israel, e vários acordos econômicos foram assinados.

14 de março: Um acordo de livre comércio entre Turquia e Israel é assinado.

Abril: F-16s israelenses treinam no espaço aéreo turco, rotina que estava marcada para continuar por uma semana e em outras quatro oportunidades no ano.

Abril: A Turquia anuncia publicamente seu novo acordo de cooperação militar com Israel. As Forças Aéreas Israelenses conduzem sua primeira missão aérea com as Forças Aéreas Turcas.

Junho: O presidente israelense Ezer Weizman visita a Turquia.

Junho: Doze aviões turcos se encaminham para Israel para receber treinamento. Rotina que dura uma semana e ocorre 04 vezes por ano.

08 de junho: Durante conferência de cúpula entre Síria, Egito e líderes sauditas em Damasco, os participantes incitam a Turquia a reconsiderar seu acordo de 23 de fevereiro com Israel, para assim, manter as “relações de boa-vizinhança” na região.

Agosto: Turquia e Israel iniciam produção conjunta de US\$ 150 milhões do míssil “Popeye I air-to-ground”.

28 de agosto: Um acordo de cooperação militar-industrial é assinado.

08 de dezembro: O primeiro-ministro Necmettin Erbakan assina um contrato de US\$632.5 milhões com as Indústrias de Aeronaves Israelenses – IAI para o *upgrade* de 54 “F-4 Phantoms” turcos. Este foi o maior acordo do IAI até então.

- A tripulação de um submarino israelense treina na Turquia.
- Um fórum é lançado para reunir a cada dois anos líderes estratégicos turcos e israelenses.

1997

Fevereiro: Ocorre um protesto contra a presença de Israel a leste de Jerusalém em Sincan, uma pequena cidade próxima a Ancara. O evento foi organizado pelo prefeito da cidade, preso posteriormente.

24-28 de fevereiro: O chefe do estado-maior. Gen. Ismail Hakki Karadayi visita Israel.

Abril: O acordo de livre comércio entre Turquia e Israel é ratificado pelos dois países.

Abril-Maio: O ministro da defesa da Turquia Turhan Tayan visita Israel.

08-09 de abril: O ministro do exterior israelense David Levy visita a Turquia e encontra o General Karadayi.

Maior: O acordo de livre comércio é iniciado na prática.

04-06 de maio: O chefe do estado-maior Cevik Bir visita Israel.

19 de maio: Turquia e Israel iniciam produção conjunta dos mísseis “Popeye II”, projeto estimado em US\$100 milhões.

Junho: Cinco navios turcos visitam o porto de Haifa, em Israel, para receber treinamento após o “Sea World-97”.

Outubro: O chefe do estado-maior israelense Gen. Amnon Lipkin-Shahak visita a Turquia.

Dezembro: O ministro da defesa de Israel Yitzhak Mordechai visita a Turquia.

1998

Janeiro: Em um contrato de US\$75 milhões, Israel faz um *upgrade* em 48 “F-5” turcos. No decorrer do mês, a Turquia adquire de Israel grandes tanques para os F-16, assim como equipamento militar *high-tech*. Enquanto isso, Israel compra 50 veículos armados turcos.

08 de janeiro: A operação “Reliant Mermaid”, pela primeira vez reuniu conjuntamente EUA, Turquia e Israel, que objetivavam investigação e captura.

03-07 de fevereiro: O Gen. Huseyin Kivrikoglu, comandante turco das forças terrestres, visita Israel.

24 de março: Israel e Turquia assinam protocolo de comércio em Ancara.

28 de maio: O ministro da defesa israelense Yitzhak Mordechai se reúne em Tel Aviv com o chefe do estado-maior turco Gen. Cevik Bir.

Julho: A Turquia triplica seu contingente militar em Tel Aviv.

Setembro: O primeiro-ministro turco Mesut Yilmaz visita Israel.

Outubro: O presidente de Israel Ezer Weizman visita a Turquia pela segunda vez.

Dezembro: O chefe das forças aéreas turcas, Gen. Ilhan Kilic, visita Israel.

1999

Julho: O presidente turco Suleyman Demirel visita Israel.

Agosto: Após a Turquia sofrer com um grande terremoto, Israel envia ajuda para recuperação.

Setembro: O presidente israelense Ezer Weizman visita a Turquia pela terceira vez pelo cargo.

Outubro-Novembro: O primeiro-ministro israelense Ehud Barak visita a Turquia.

Dezembro: “Reliant Mermaid 1999” é conduzido na costa oeste mediterrânea da Turquia.

2000

Janeiro: Turquia e Israel assinam um acordo que permite a Israel extrair 50 milhões de metros cúbicos de água turca.

Fevereiro: As duas nações [...], assinam um protocolo com seus projetos irrigação agrícola. Totalizando US\$600 milhões e destinado para a região do GAP, o projeto consistia em abarcar oito províncias na Anatólia, Turquia.

Junho: O primeiro memorando de entendimento para promover a cooperação científica entre Israel e Turquia é assinado, em Ancara, por representantes do Ministério da Ciência, Cultura e Esportes israelense e o Conselho Científico e de Pesquisa Tecnológica Turco (TUBITAK). Esse acordo é renovável a cada dois anos.

Setembro: O presidente turco Suleyman Demirel, que estava de saída, é convidado para participar da “Comissão Mitchell”, que estava incumbida de investigar o surgimento da Segunda Intifada Palestina.

2001

17 de janeiro: “Reliant Mermaid III” é lançado.

Abril: Turquia e Israel manobram conjuntamente um exercício na base naval turca de “Marmaris Aksaz Deniz”.

Junho: As Forças Aéreas de Israel, Turquia e EUA empreitam exercício conjunto, chamado de “Anatolian Eagle”, em Konya, Turquia.

Julho: O ministro da defesa israelense Binyamin Ben Eliezer visita Ancara.

Novembro: O primeiro-ministro turco Bulent Ecevit repreende publicamente o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon, durante conferência de imprensa em Ancara, recusando as alegações de Sharon que o líder palestino Yasser Arafat “apóia o terrorismo”.

03-07 de dezembro: “Reliant Mermaid IV” é lançado.

2002

Março: Israel se compromete a comprar água da Turquia.

29 de março: A Turquia assina um acordo secreto com as Indústrias Militares de Israel, estimado em US\$668 milhões, para dar um *upgrade* em 170 tanques “M-60A1” turcos.

Abril: Um acordo de cooperação é assinado pela Academia de Ciências Turca (TUBA) e a Academia de Ciências e Humanidades Israelense.

Abril: O primeiro-ministro turco Bulent Ecevit protesta publicamente em Israel ao dizer que a política de Sharon com os palestinos é equivalente a um “genocídio”.

Julho: Israel é congratulado com um contrato de US\$ 110 milhões em sistemas eletrônicos de guerra nos helicópteros turcos.

06 de agosto: Turquia e Israel assinam acordo estimado de US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão para a importação da água turca do rio Manavgat.

Novembro: O AKP é eleito na Turquia, desapontando as relações Turquia-Israel-Palestina. Neste governo do AKP, a Turquia expressa apoio aos palestinos, e ao Hamas particularmente.

Dezembro: Lt. Gen. Moshe Yaalon, chefe do estado-maior das Forças de Defesa de Israel, visita a Turquia.

Dezembro: “Reliant Mermaid V” inicia.

2003

09 de janeiro: O presidente israelense Moshe Katsav envia uma carta de condolência para o presidente turco Ahmet Necdet Sezer após acidente de avião próximo a Diyarbakir, que fez uma série de vítimas.

14 de abril: O ministro do exterior israelense Silvan Shalom é recebido em Ancara pelo presidente e pelo primeiro-ministro turcos.

Mai: O ministro de defesa israelense Shaul Mofaz visita a Turquia.

08-09 de julho: O presidente israelense Moshe Katsav visita Ancara.

12 de agosto: Na votação da Assembléia Geral da ONU na resolução de condenação da separação dos territórios Israelenses e Palestinos, a Turquia se juntou às outras nações muçulmanas, criticando Israel.

Novembro: O ministro do exterior israelense Silvan Shalom visita Istambul, logo após bombardeios consecutivos em sinagogas judias, o consulado britânico e o prédio do HSBC.

Dezembro: O primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdogan visita o rabino chefe da comunidade judia turca, Isak Haleva. A primeira visita do tipo na história turca.

- Israel comprou US\$ 1 bilhão de mercadorias turcas no decorrer do ano. Além disso, mais de 320 mil turistas israelenses visitaram a Turquia, mesmo com os ataques às sinagogas em 15 de novembro. Em Gezbe, a leste de Istambul, uma indústria *high-tech* binacional é inaugurada. Israel contava com 48% do empreendimento.

2004

04 de março: Israel assina o acordo de água de Manavgat com a Turquia, garantindo a importação de 50 milhões de metros cúbicos por ano em um período de 20 anos. O acordo foi provido com cautela por parte da Turquia, que receava um recuo das parcerias militares entre os dois países.

24 de março: Logo em seguida ao assassinato israelense do líder do Hamas Sheikh Ahmed Yassin, o primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdogan denuncia o ato com terrorista.

24 de março: Khaled Mashal, presidente do conselho de político-administrativo do Hamas, requisita à Turquia apoio financeiro, político e diplomático aos palestinos.

20 de maio: O primeiro-ministro turco Erdogan descreve a política israelense na Faixa de Gaza como “Estado-patrocinado terrorista” e critica o primeiro ministro israelense Ariel Sharon por sua política palestina, causando um mal estar na relação da Turquia com Israel e os EUA.

24 de maio: O grupo Zorlu, uma empresa turca, assina um contrato de US\$ 800 milhões com Israel para construir e administrar três usinas de energia.

14 de julho: O ministro da indústria e do comércio israelense Ehud Olmert visita a Turquia e se reúne com o presidente Ahmet Necdet Sezer, o ministro do exterior Abdullah Gul, o ministro da economia Ali Babacan, o ministro das comunicações Binali Yildirim, e o ministro da energia Hilmi Guler. A razão central para o encontro foi decidir quem vai assumir a presidência do Conselho Econômico Turquia-Israel.

6-7 de setembro: O ministro do exterior turco Gul sedia um jantar de honra para o primeiro-ministro palestino Ahmed Qurei em sua primeira visita ao país. O primeiro-ministro Erdogan recebe o líder palestino no dia seguinte.

25 de novembro: Os ministérios do exterior turco e israelense negociam em Ancara acordos bilaterais acerca de assuntos regionais, incluindo o conflito palestino-israelense após a morte do líder palestino Yasser Arafat. Este encontro fez parte de uma série de regulares conversas entre os dois países.

2005

Abril: A Turquia compra três sistemas de Veículos aéreos não tripulados – UAV das IAI e da empresa israelense Elbit Systems por US\$ 183 milhões. O acordo previa dez estações

terrestres, cada uma com três ou quatro UAVs. Todos os setores das forças armadas turcas vão se utilizar da nova tecnologia.

1-2 de maio: O primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdogan visita Jerusalém. Durante a visita, ele convida o primeiro-ministro Ariel Sharon para visitar o memorial do Holocausto Yad Vashem em Ancara, confirmado o desenvolvimento de dezessete novos projetos militares turco-israelenses.

Setembro: A Turquia sedia a primeira reunião oficial entre Israel e Palestina.

Dezembro: Faruk Comert, comandante das Forças Armadas turcas visita Israel em uma viagem “não oficial” de três dias. O comandante Comert é acompanhado por um *staff* de 5 pessoas e se encontra com sua contraparte, o Marcehal Eliezer Shekedi.

Dezembro-Janeiro: O comandante das Forças Navais turcas, Adm. Yener Karahanoglu, viaja para Israel.

22 de dezembro: O chefe do estado-maior israelense Dan Halutz visita Ancara para se encontrar com a contraparte turca, Gen. Hilmi Ozkok. Eles discutem questões comuns como terrorismo islâmico e a suspeita de atividades nucleares iranianas. No decorrer das conversas, Turquia e Israel concordam em continuar as atividades militares conjuntas (continuidade do Reliant Mermaid) e em usar satélites de inteligência com maior eficiência para monitorar o terrorismo islamista na região. O IDF ainda concorda em suprir equipamentos de vigilância *high-tech* para maior eficácia na inspeção da Turquia em sua fronteira problemática com o Iraque, que conta com separatistas curdos infiltrados.

- No decorrer do ano, Israel foi o maior parceiro comercial da região para a Turquia, que importou US\$ 900 milhões de mercadorias israelenses e exportou US\$ 1.2 bilhões no período.

2006

27 de janeiro: Um dia após a vitória do Hamas nas eleições legislativas da Palestina, o primeiro-ministro turco Tayyip Recep Erdogan reafirma que a comunidade internacional deve respeitar a decisão do povo palestino.

14 de fevereiro: O ministro do exterior turco Abdullah Gul faz referência ao Hamas por ter “atuado de maneira democrática”.

16 de fevereiro: Oficiais turcos se encontram com o líder do Hamas no quartel-general do AKP.

Março: Autoridades militares turcas esboçam dois acordos de defesa com Israel, um para uma estratégia de reconhecimento com alto valor agregado, e outra para mísseis anti-radares. Analistas analisam que não viram fins políticos neste fato.

Março: O subsecretário turco do ministério do exterior Ali Tuygan viaja a Israel para consultas política. Encontra Dov Weisglass, assessor chefe do primeiro-ministro, Tzipi Livni, ministro do exterior e Ron Prosor, subsecretário do ministro do exterior.

31 de abril: Durante o primeiro dia de dois de uma visita turca aos territórios israelenses e palestinos, o ministro do exterior turco, Abdullah Gul, assina um acordo com oficiais palestinos para reabrir uma zona industrial na Faixa de Gaza. Ele foi acompanhado pela contraparte palestina, Naser al-Qidwa. Gul assina acordo semelhante com oficiais israelenses no mesmo dia.

Mai: A Federação das Câmaras de Comércio Israelenses assinam um acordo de cooperação econômica com as câmaras de comércio turcas da região de Aegean para incentivar o comércio bilateral. O acordo é feito durante a “Agritech 2006”, depois da visita de Nedim Kalpaklioglu, presidente do conselho de administração da Câmara da Indústria da Região de Aegean – EBSO, juntamente com seu conselho executivo, à Israel. Os dois países também negociaram um projeto milionário de suprimento de água e energia que permitiria o transporte de água, eletricidade, gás natural e oleodutos para Israel e posteriormente ainda mais ao leste.

28 de maio: O ministro do exterior israelense Tzipi Livni chega à Turquia para o contato mais próximo entre os dois países desde que o governo de Ancara deixou o Estado de Israel furioso com a recepção da delegação do Hamas.

6-9 de junho: O presidente turco Ahmet Necdet Sezer visita Israel para se reunir com o presidente israelense Ahmet Necdet Sezer, o primeiro-ministro Ehud Olmert, o ministro do exterior Livni, além de Benjamin Netanyahu, entre outros. Ele também se encontrou com o premier palestino Mahmoud Abbas, do Fatah.

10 de junho: O ministro das relações exteriores da Turquia condena Israel pela morte de uma família palestina na praia de Gaza, e demonstra sua preocupação com a crescente tensão no Oriente Médio.

26 de junho: O ministro do exterior israelense Livni telefona para a contraparte turca, Gul, para requisitar apoio no resgate de um soldado israelense seqüestrado por militantes palestinos. Gul contata o primeiro-ministro palestino Ismail Haniyeh, após conversa com Livni.

29 de junho: Um dia após a invasão das tropas israelenses em Gaza na tentativa de resgate do soldado seqüestrado, o ministro do exterior turco insiste no diálogo entre palestinos e israelenses para evitar uma “crise profunda” no Oriente Médio.

30 de junho: Na Turquia, milhares de protestos ocorrem, com queimadas de bandeiras israelenses e slogans pró-Hamas. Incluído nestes protestos estavam os freqüentadores da mesquita de Beyazit.

3 de julho: O primeiro-ministro turco Erdogan envia seu conselheiro de política externa para Damasco, onde o ministro do exterior Gul tenta convencer o presidente sírio Bashar al-Asad a neutralizar o conflito entre Israel e a Palestina. A visita foi encorajada por EUA e Israel.

8 de julho: O ministro do exterior turco lança dois manifestos para o fim da violência. O primeiro demonstra a preocupação do crescimento das tensões; o segundo demanda aos israelenses e aos palestinos um compromisso com a responsabilidade.

9 de julho: No domingo, aproximadamente 50 mil turcos fazem protesto contra a ofensiva israelense na Faixa de Gaza no quarteirão de Abide-i-Hurriyet, distrito de Istambul. O ministro do exterior Gul, em um encontro com jornalistas quando ia para Tehran, diz que o assassinato brutal de palestinos é um “ato horrível”. Gul também deixa claro que a Turquia se opõe às decisões unilaterais israelenses e assegura que o diálogo e as negociações são necessários para uma resolução final.

16 de julho: O primeiro-ministro Erdogan envia a seguinte mensagem para os líderes do G8: Parem Israel ou a Turquia vai suspender seu papel frente ao Oriente Médio e o norte da África.

17 de julho: Dez mil turcos protestam em Diyarbakır e condenam as operações israelenses nos territórios do Líbano e da Palestina.

18 de julho: O ministro do exterior turco reporta que a Turquia enviará 35 caminhões com 630 toneladas de comida e medicamento para os palestinos.

26 de julho: Em grande número, ativistas, oficiais partidários, e cidadãos turcos protestam em frente à embaixada de Israel em Ancara contra as operações militares israelenses no Líbano e na Palestina.

28 de julho: O parque Taksim Gezi, em Istambul, se torna palco para um protesto turco de 30 dias contra as agressões israelenses no Oriente Médio. [...] O evento foi organizado pela Confederação dos Sindicalistas e Trabalhadores Revolucionários – DISK.

31 de julho: Israel e Turquia assinam um acordo para incrementar o comércio de produtos agrícolas com Israel em cerca de US\$ 20 milhões anuais. [...] A expectativa era de que as mudanças tivessem efeito em três meses após a aprovação dos dois países.

31 de julho: Em Ancara, reações negativas aparecem na medida em que tensões nos territórios palestinos e libaneses aumentam. [...]

1-2 de agosto: No grupo de apoio às relações com Israel no parlamento turco, 26 dos 263 membros renunciam o cargo. O principal representante do grupo – Vahit Kirisci, deputado do

AKP de Adana – alega que a dissolução não é a melhor alternativa do grupo, e que ao invés de políticas ofensivas, Israel deve clamar por paz.

Fonte: (DAHL; SLUTZKY, 2006, tradução nossa)